



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

MARIA DO CARMO GOMES PEREIRA CAVALCANTI

**O TRABALHO LINGUÍSTICO-DISCURSIVO EM UM GRUPO DE ESTUDOS E
ATENDIMENTO À GAGUEIRA INFANTIL (GEAGI) COM PAIS DE CRIANÇAS
IDENTIFICADAS COMO GAGAS**

RECIFE

2016

MARIA DO CARMO GOMES PEREIRA CAVALCANTI

**O TRABALHO LINGUÍSTICO-DISCURSIVO EM UM GRUPO DE ESTUDOS E
ATENDIMENTO A GAGUEIRA INFANTIL (GEAGI) COM PAIS DE CRIANÇAS
IDENTIFICADAS COMO GAGAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem, na linha de pesquisa **Aquisição, Desenvolvimento e Distúrbios da Linguagem em suas diversas manifestações.**

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo.

RECIFE

2016

**O TRABALHO LINGUÍSTICO-DISCURSIVO EM UM GRUPO DE ESTUDOS E
ATENDIMENTO À GAGUEIRA INFANTIL (GEAGI) COM PAIS DE CRIANÇAS
IDENTIFICADAS COMO GAGAS**

MARIA DO CARMO GOMES PEREIRA CAVALCANTI

Dissertação submetida à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Data: ____/____/2016

Banca Examinadora:

Profª Drª Nadia Pereira Da Silva Gonçalves De Azevedo
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
Orientadora

Profª Drª Silvia Friedman
Examinadora Externa - PUC - SP

Prof Dr Karl Heinz Efken
Examinador Interno- UNICAP - PE

RECIFE

2016

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo, que me ensinou a compreender o sujeito gago e seu sofrimento na luta que trava contra o movimento espontâneo e contra a tensão que o irrita, encontrando uma nova abordagem para a gagueira à luz da Análise do Discurso. Nadia, como disse Lispector a Veríssimo, é uma das pessoas mais gostáveis que já conheci e de uma largueza extraordinária. É a luz que entrou em minha vida e quando todos diziam que seria muito difícil a consecução do meu propósito na UNICAP, Nadia me fez acreditar que os sonhos realmente podem concretizar-se, que a construção do conhecimento é sempre possível e sem limites... basta acreditar no próprio potencial.

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. (*Foucault*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha força e proteção, que me iluminou com sabedoria, mais calma na construção do trabalho, como está escrito na Bíblia, no livro de Tiago 3:17 “Mas a sabedoria que do alto vem é, primeiramente pura, depois pacífica, moderada, tratável, cheia de misericórdia e de bons frutos, sem parcialidade e sem hipocrisia”.

A meus pais (*in memoriam*), que tudo por mim fizeram, para que tivesse êxito no meu percurso formativo.

Aos meus familiares, que sempre me incentivaram no percurso acadêmico, principalmente Maurício Braz (*in memoriam*) e Mário Gomes.

A minha colega Taciana, pelo incentivo ao ingresso no mestrado.

A minha querida orientadora Nadia Azevedo, com quem entrelacei discursos e construí este trabalho, que me fez desbravar áreas que eu não conhecia, que me descortinou um novo horizonte teórico para compreender a gênese da gagueira, que realmente se deve falar como se a boca fosse o terminal do coração de forma natural, solta. Nadia é coração, amor, paciência, dedicação.

A Dona Glória por nos ter dado o privilégio da presença de Nadia Azevedo em nossa vida.

Aos professores do mestrado, em especial ao professor Karl Heinz, pelas grandes reflexões sobre a epistemologia e sobre o ser humano, pelo exercício metacognitivo desenvolvido em suas aulas, que contribuíram para aguçar minha curiosidade, meu senso crítico... agora, sei que o jardim, as flores, as abelhas são as mesmas e não são, para mim e um companheiro, pois somos diferentes e tudo está no permanente processo de vir-a-ser... é um devir sem fim, é um prazer sem fim estar em suas aulas. É uma honra e satisfação tê-lo como examinador interno desta banca. Suscitam-me emoções que coordenam minhas ações para mais estudo, lembrando *maturana. Es ist etwas ganz besonderes!*

À professora Renata da Fonte, pelo carinho, acolhimento com que atende a todos os alunos. Muitas vezes, não precisa falar nada o seu olhar, suas expressões já nos desvelam seu interesse em nos ouvir.

À professora Isabela, pela simpatia, pela escuta em relação a seus alunos e a seus pacientes, que a fazem compreender um para-além da enunciação.

Às professoras Glória e Fátima, com quem, entre tantas maravilhas, aprendi que o inconsciente se manifesta de diferentes formas, que o *real* não é nem presença nem ausência: é uma marca, um registro que resiste à significação. Suas aulas são uma presença mesmo ausente, pois ecoam como uma melodia de uma linda canção tendo como os grandes compositores Freud e Lacan.

À professora Wanilda, profissional iluminada, que tem um *escutar* para além de um ouvir e que ultrapassa a linguagem oral articulada.

À professora Jônia, pela participação como suplente.

À coordenadora do programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem, Professora Roberta Caiado, por procurar atender às demandas do curso e dos alunos, sempre com competência e entusiasmo.

À Silvia Friedman, segunda pessoa além da minha orientadora, que aguçou meu interesse, paixão pelo estudo da gagueira. Profissional com conhecimento vasto que, com grande delicadeza, delineia um caminho bastante interessante à compreensão da fala gaguejada. É uma honra e alegria tê-la como examinadora desta banca.

Ao professor de Língua Portuguesa Fernando Castim, pela atenção e apoio profissional.

A meu marido Gilvan Cavalcanti, meu companheiro e com quem compartilho minhas alegrias e incertezas.

A meu filho, que, com suas perguntas e sua inocência, me proporciona tantos ensinamentos.

À Bruna, Simone e Joabs pela atenção e apoio dados.

A todos os autores com os quais “dialoguei” e que alicerçaram a construção deste trabalho.

À Dalexon, Reginaldo e Érica, pela troca de conhecimento e alegria quando estamos juntos.

Amigo é uma coisa pra se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração... Aos meus colegas do mestrado, especialmente Carlinha, pela força nos momentos de tristeza, e Claudemir, com quem compartilhei tantas atividades, emoções, meu parceiro singular de trabalhos.

A minha querida avó (*in memoriam*) Maria Gomes, que me criou e educou, pessoa que mais amei na vida, foi minha segunda mãe, que me fez conhecer a força deste sentimento nobre, este que nos faz ficarmos juntas espiritualmente e que, com certeza, estaria vibrando por me ver concluir mais esta etapa.

À Prefeitura do Recife, por conceder-me licença integral, pois os professores precisam também ser pesquisadores, entusiasmados em enfrentar desafios, descobrir novos caminhos, e à Universidade, que colabora de forma *sine qua non* para uma educação de qualidade.

À UNICAP, pelo acolhimento e organização.

A todos os funcionários da UNICAP, pela urbanidade no atendimento, em especial Nélia, Eliene, Daniele, Sérgio, Moacir, Ivanise, Carlos e Alessandro.

A todos que fazem o curso de fonoaudiologia, especialmente a turma em que fiz meu estágio de docência.

Às crianças e pais que participam do Grupo de Atendimento à Gagueira Infantil (GEAGI), pela dedicação, participação e confiança em nosso trabalho.

À FACEPE, pelo financiamento desta pesquisa tão importante para nós e para a sociedade.

À Maria Consuelo Passos, pela orientação com suas sugestões.

À Denise Lopes Madureira, pelo envio de sua dissertação que enriqueceu meus conhecimentos, meu trabalho.

À Maria Inês Tassinari, pela atenção e contribuição com sua tese.

RESUMO

Esta dissertação lança um outro olhar relativo aos estudos da gagueira, *quebra-cabeças difícil e complicado*, denominação de gagueira cunhada por Van Riper, que era gago e um dos mais expressivos precursores na busca de sua etiologia. As propostas terapêuticas mais divulgadas se dividem em dois paradigmas: o centrado no sintoma e o centrado no sujeito. Pesquisadores filiados ao primeiro paradigma procuram marcar, no corpo, a gênese do distúrbio ou patologia, como é por muitos nomeada, negligenciando as posições discursivas, considerando conhecimento vulgar a dinâmica disfuncional da família como agente precipitador da gagueira. Este trabalho tem por escopo analisar o discurso de familiares de crianças ditas gagas no Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira Infantil (GEAGI) para identificar a evidência de mitos, além do silenciamento da criança, bem como descrever a mudança de Formação Discursiva no discurso da família de crianças identificadas como gagas e constatar a mudança da posição sujeito da criança a partir do discurso das famílias e participação do pesquisador no GEAGI. A abordagem desta pesquisa será qualitativa e desenvolvida no GEAGI em Universidade do Recife, tendo como população cinco famílias que buscaram atendimento espontaneamente neste grupo. O método utilizado será o discursivo a partir do trabalho sistemático com escuta familiar e, como procedimento, recortes discursivos das famílias constituídos longitudinalmente gravados em áudio e transcritos literalmente para posterior análise, tendo como ancoragem a interdiscursividade que emerge na dinâmica familiar e nas sessões. Abordamos, nesta dissertação, a ótica linguístico-discursiva como possibilidade terapêutica, por acreditarmos que esta suscita um salto qualitativo na fala do sujeito, favorecendo a mudança de posição de sujeito gago para sujeito fluente. Utilizamos como aparato teórico metodológico a Análise do Discurso de linha francesa (AD), fundada por Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Orlandi e outros estudiosos, articulando a estudos de alguns especialistas em gagueira como Azevedo, Freire, entre outros. Ao considerar a AD como estrutura e acontecimento, procuramos evidenciar o espaço discursivo como sendo o lugar em que a gagueira se encontra. Distanciamos-nos, assim, de perspectivas organicistas e incluímos o sujeito e a linguagem no cenário fonoaudiológico. Acreditamos, com Azevedo, ser a gagueira um distúrbio de linguagem diretamente relacionado às condições de produção e à exterioridade. Concluímos o trabalho, evidenciando as mudanças nas Formações Discursivas das famílias estudadas, a resignificação das concepções de fluência/disfluência, o que gera efeitos para a desconstrução de uma relação autoritária dos pais; da imagem estigmatizada de falante, que aprisiona a criança, favorecendo a percepção, tanto por parte da criança como das famílias de que a posição discursiva não é fixa, imutável.

Palavras – chave: Gagueira, Família, Análise do discurso.

RESUMÉ

Cette dissertation jette un autre regard par rapport aux études du bégaiement, casse-tête difficile et compliqué, nommé bégaiement imprimé par Van Riper, qui était bègue et l'un des plus expressifs précurseur dans la recherche de son étiologie. Les propositions thérapeutiques plus divulguées se partagent en deux paradigmes : l'un centré dans le symptôme et l'autre dans le sujet. Des Chercheurs liés au premier paradigme cherchent inscrire au corps la genèse du trouble ou de la pathologie, ainsi appelé par plusieurs, laissant de côté les positions discursives, en considérant la connaissance ordinaire la dynamique dysphonctionnelle de la famille en tant qu'agent precepteur du bégaiement. Ce travail a pour but analyser le discours des familiers d'enfants appelés bègues dans le Groupe d'Études et Accueil au Bégaiement Infantile(GEAGI) pour identifier l'évidence de Mythes, en plus du silence de l'enfant, ainsi que faire de description sur le changement de Formation Discursive dans le discours de la famille et la participation du chercheur no GEAGI. Ce projet aura un approche qualitatif et sera développé au GEAGI dans une Université à Recife, ayant comme population cinq familles qui ont cherché l'hospitalité spontanée dans ce groupe. La méthode utilisée sera la discursive à partir du travail systématique avec l'écoute familière et, comme procédure, des découpages discursifs des familles enregistrées en audio et transcrits littéralement pour une analyse postérieure ; ayant comme ancrage l'interdiscursivité qui se manifeste dans la dynamique familière et dans les séances. Nous abordons dans cette recherche sur la perspective linguistique-discursive comme thérapeutique, pour croire que cela fait naître une saute qualificative dans la parole du sujet, favorisant le changement de position du sujet bègue au sujet courant. Nous avons utilisé le support méthodologique de l'Analyse du Discours de ligne française AD, fondée par Pêcheux et développé au Brésil par Orlandi, et d'autres studieux, articulant à des études de quelques spécialistes en bégaiement tel que Azevedo, Freire entre autres. En considérant l'AD comme structure et événement, nous cherchons mettre en évidence l'espace discursif comme s'il était le lieu où le bégaiement se trouve. En nous éloignant, ainsi, de perspectives organisationnistes et incluant le sujet et le langage au cadre de l'orthophonie nous croyons, comme Azevedo, être le bégaiement un trouble du langage directement lié aux conditions de production et à l'extériorité. On conclut en mettant en évidence les changements chez les Formations Discursives des familles étudiées, en resignifiant les conceptions de s'exprimer avec aisance/sans aisance, ce qu'engendre des effets pour la déconstruction d'une approche autoritaire des parents ; de l'image stigmatisé de bavard qui emprisonne l'enfant, en favorisant la perception tant pour partie de l'enfant comme pour des familles que la position discursive n'est pas fixe, immuable.

Des mots-clefs: Bégaiement, Famille, Analyse de discours.

LISTA DE SIGLAS

UNICAP- Universidade Católica de Pernambuco

GEAGI- Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira Infantil

AD- Análise do Discurso

FD- Formações Discursivas

Fim- Formações Imaginárias

FI- Formação Ideológica

CEFAC - Centro De Especialização Em Fonoaudiologia Clínica

IBF- Instituto Brasileiro de Fluência

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Incidência de Gagueira em Adultos e Crianças.....	31
Figura II – Elementos da Formação Discursiva (FD) do sujeito gago e do sujeito fluente.....	54
Figura III - Funcionamento Discursivo	70
Figura IV - Funcionamento Discursivo da Gagueira.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	20
DIFERENTES ORIENTAÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA GAGUEIRA- ESTADO DA ARTE	20
1.2 Ótica Linguístico discursiva no Cenário Fonoaudiológico	43
1.3 Entrecendo Discursos entre Gagueira e Família na Cena Fonoaudiológica.....	55
1.4 Interlocução Possível e Necessária entre AD , Família e Gagueira	66
CAPÍTULO II.....	77
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
2.1 Seleção dos Sujeitos	78
2.2 Coleta de Dados e Técnicas de Pesquisa.....	78
2.3 Considerações Éticas	83
CAPÍTULO III	84
ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO	84
3.1. Breves análises e orientação escolar	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

A angústia é a ‘cor’ da vida do gago:
 todo o seu sistema de expressão está impregnado por ela e a manifesta;
 revolta-se contra ela e luta sozinho contra as palavras.
 (Annie Anzieu)

Concordo com Lacan (1995) quando afirma que a linguagem conquistou, na experiência, seu status de objeto científico. Sendo um sujeito constituído na/pela linguagem, essa sempre foi para mim um objeto de curiosidade que fomentou diversos questionamentos. Acredito que a opção por uma teoria sobrepuja o puramente científico. Desde criança, a gagueira de colegas suscitava-me inquietude endereçada para uma explicação. Após alguns anos, li vários artigos que conferiam a gênese da gagueira a uma multicausalidade preponderantemente marcada por filiações organicistas que a conduziam a um estatuto de imutabilidade. Após ingressar no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), procurei aproximar-me, humildemente, das teorias, na tentativa de compreender a gagueira, achando-me incapaz de decifrar este quebra-cabeças, como afirmava Van Riper (1982). Assim, lembrei-me da escritora que deslinda as profundezas da alma e que, em seu livro, para não esquecer, escreve

Essa incapacidade de atingir, de entender, é que faz com que eu, por instinto de... de que? Procure o modo de falar que me leve mais depressa ao entendimento. Esse modo, esse ‘estilo’ (!), já foi chamado de várias coisas, mas não do que realmente apenas é: uma procura humilde. Nunca tive um só problema de expressão, meu problema é muito mais grave: é o de concepção. Quando falo em ‘humildade’, refiro-me à humildade no sentido cristão (como ideal a poder ser alcançado ou não); refiro-me à humildade que vem da plena consciência de ser realmente incapaz [...] (LISPECTOR, 1999, p. 25).

Sem considerar uma entidade nosológica e confusa com sua multicausalidade propus-me o desafio de estudar, atravessar e melhor compreender a gagueira. Dentro de um vasto campo de teorias, abri um espaço para reflexões teórico-metodológicas acerca de um objeto de estudo. Fui sensibilizada por uma perspectiva teórica, porque, em determinado momento, percebi que ela é a que melhor atendia a minhas inquietações, demandas. Foi um encontro que resultou em identificação.

Acredito que, em minha trajetória formativa, aproximei-me da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e apenas não a (re)conhecia, não sabia nomeá-la. Como diria Lispec-

tor, em seu livro *A Descoberta do Mundo* (1999, p. 254), “às vezes tenho impressão que escrevo por simples curiosidade intensa. Ao escrever eu me dou as mais inesperáveis surpresas. É que, ao escrever, muitas vezes fico consciente de coisas, das quais sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia”.

Um conceito determinante para minha opção teórica e indissociável da Análise do Discurso é a incompletude, a falta. Essa se representa no real, que é o encontro faltoso, imprevisível, sem ordem, sem regulamentação; expressa-se pela negatividade, deixando sua marca no sistema linguístico, é o impossível de ser simbolizado, dito por Lacan (1995a, 1995b) (1998). É o que se constitui como registro psíquico e nos constitui como ser humano, pois é da ordem do inconsciente. E quão evidente é a manifestação do inconsciente através dos atos falhos, lapsos e a falta, o real que se presentifica na sua ausência, marcada com tantas perdas desde o cordão umbilical, a interdição do pai na relação simbiótica da criança com a mãe, ao desmame, aos excrementos, perdas e perdas que nos levam a uma busca incessante que nada supre.

Aprendi com a AD que o não-dito complementa o dito, que os sentidos, o sujeito e o discurso não são completos, pois a linguagem é opaca, sujeita a equívocos e somos seres inacabados: a falta nos constitui.

A importância da leitura veio em mim edificando-se desde a mais tenra idade. Minha mãe, professora, através dos vários livros de história, alfabetizou-me e aprendi que a leitura de palavras, textos não significava uma ruptura da leitura do mundo, pois estavam imbricados. Aprendi a leitura da “palavra mundo”, como dizia Freire (1989).

Fiz Pedagogia e um dos professores de Didática do ensino de língua portuguesa disse algo que jamais esqueci. O importante é ir além do entendimento da gramática normativa, é tentar identificar os implícitos, os sentidos que podem ter uma palavra numa situação de interlocução, os conteúdos ideológicos presentes no texto, as significações que elaboramos frente a ele.

Na seleção do mestrado, tive o encontro com a Análise do Discurso de linha francesa (AD) fundada pelo filósofo Michel Pêcheux e desenvolvida por Orlandi, Indursky e outros estudiosos.

Percebi que de todas as teorias que estudei a que mais me chamou a atenção para conjugar ao meu objeto de estudo foi a AD. Considerei interessante trabalhar a língua não como sistema abstrato, fechado, mas inseri-la no mundo com suas várias formas de significar,

considerando a produção de sentidos e sendo esses e os sujeitos sempre moventes. A proposta do projeto de pesquisa era abordar a gagueira distanciada das diretrizes propostas na área da Fonoaudiologia.

Na postura de professora de Ensino Fundamental I, preocupava-me a dificuldade de socialização e integração das crianças que apresentavam gagueira, a conduta da família e a não preparação docente frente ao problema.

Rapidamente, percebi que, possivelmente, havia encontrado o caminho, seduzida que estava pela teoria, pela gênese da gagueira. E a AD justificou minha aproximação da Fonoaudiologia e a caminhar para além da linguística. Vale ressaltar que a AD tem contato com a linguística, mas a ultrapassa, interrogando-a pela historicidade que ela apaga, considerando o sujeito atravessado pelo inconsciente e pela ideologia.

A AD trabalha com a língua enquanto estrutura simbólica que abarca o não-sistematizado, ou seja, a falha; com o sujeito constituído pela falta, efeito de linguagem e ao mesmo tempo sujeito do desejo e da ideologia; e com o discurso, materialidade linguística e histórica que imiscui a exterioridade como parte constituinte (FERREIRA, 2007). A AD, enquanto des-disciplina, como fala Orlandi (2007), pulsa num batimento entre descrição e interpretação, vive num entremeio entre liberdade e coação, fechamento e pontos de deriva (FERREIRA, 2007). Se pensarmos a noção de entremeio e o modo como funciona o interdiscurso, podemos concluir que não estamos presos em lugar algum, estamos no entremeio, suspensos, no movimento, na polissemia (ORLANDI, 2013). O discurso não é inédito, não tem um sentido único, é aberto. Essas são algumas características que singularizam a AD e que me fizeram ser por ela capturada.

Na perspectiva da teoria desenvolvida nesta dissertação, a língua corresponde à forma, à estrutura; em que lhe é constitutivo o deslize, a falha e é, por essa via que o sentido surge do interior da sintaxe; de acordo com Pêcheux (1997), a fala refere-se ao sentido, a língua em funcionamento, conforme Azevedo (2000, 2006; 2013); Azevedo e Freire (2001), o discurso é o efeito de sentido entre locutores de acordo com Pêcheux (1997), e a linguagem é onde se articula língua e fala (AZEVEDO; FREIRE, 2001).

Neste trabalho, parto da teoria linguístico-discursiva, procurando inteligir a gagueira distanciada de perspectivas positivistas, organicistas, que reificam a gagueira, excluindo a linguagem e o sujeito.

O aparato teórico metodológico escolhido situa a gagueira em um espaço diferente do apresentado por outros pesquisadores da área de Fonoaudiologia, que, fiéis às suas perspectivas teóricas, circunscrevem a gagueira ao neurofisiológico, psíquico, hereditário, invólucros de tensão, condicionamento, deixando à margem uma teoria linguística.

Este trabalho tem por escopo analisar o discurso de familiares de crianças ditas gagas no Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira Infantil (GEAGI) para identificar a evidência de mitos, além do silenciamento da criança, bem como descrever a mudança de Formação Discursiva (FD) no discurso da família de crianças identificadas como gagas, e constatar a mudança da posição sujeito da criança a partir do discurso das famílias e participação do pesquisador no GEAGI.

Assim, considerar a gagueira situada em um espaço diferente é um desafio, já que a sociedade carrega uma tradição médica organicista que tende a esclarecer qualquer etiologia apenas em sua dimensão biológica. Para compreender o funcionamento discursivo da gagueira, convoco a linguagem, as condições de produção do discurso, o interdiscurso e a mudança de formações discursivas como elementos axiais deste trabalho.

Constituí recortes discursivos de sessões terapêuticas (encontro com as famílias) e usei pensar a gagueira de um lugar distinto de outros pesquisadores, a linguagem, confluindo com os estudos de Azevedo (2000, 2006; 2013); Cavalcanti, (2011); Petrusk, (2013), Friedman; Damasceno (2012), Friedman (2015).

Procurei estudar a gagueira a partir do funcionamento discursivo, da formação discursiva (FD) das famílias dos sujeitos gagos. Para melhor compreender esse distúrbio de linguagem, alcei a uma disciplina de entremeio, como diz Orlandi (2013), que tem contato, mas não pertencimento à linguística, como afirma Ferreira (2007), a AD, já delineada anteriormente e aprofundada a seguir, aproximando-a aos estudos de especialistas em gagueira, como Friedman (primeira pesquisadora a pensar a terapia da gagueira como não-controle), Azevedo, dentre outros. Através da interdiscursividade, procurei analisar algumas FD e sua relação com a exterioridade, com a dinâmica familiar.

Esta dissertação consta desta introdução, três capítulos e considerações finais, onde se delineará o percurso do trabalho. No primeiro capítulo, discorro sobre a gagueira e suas diferentes abordagens. Realizo uma revisão da literatura, procurando assinalar a exclusão do sujeito e da linguagem, já que alguns autores pesquisados mostram um não compromisso com uma teoria da linguagem.

Proponho perceber a gagueira não como uma neurose, tensão corporal, falhas no sequenciamento da fala em determinadas regiões do hemisfério esquerdo. Parto de uma teoria linguística que inclui o sujeito, procurando entender a gagueira como um momento da fala, uma forma idiossincrática de funcionamento da linguagem. Discorro também sobre a gagueira analisada à luz da ótica linguístico-discursiva, o porquê de trabalhar a AD nesta dissertação, como é constituída, como sempre, há uma injunção à interpretação; como, a partir desse olhar, somos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. Falo sobre a participação da família no espaço terapêutico e faço uma articulação entre AD, gagueira e família.

No segundo capítulo, descrevo os procedimentos metodológicos, os critérios para seleção dos sujeitos, a coleta de dados e a utilização da AD enquanto dispositivo teórico e analítico.

No terceiro e último capítulo, realizo a análise do *corpus* discursivo, mobilizando conceitos que sustentarão as minhas interpretações. Concluo a dissertação situando a gagueira no espaço intervalar do discurso, diretamente ligada às condições de produção, à exterioridade e decorrente de FD autoritárias, que incidem na terceira posição descrita por De Lemos (2002), que interpretam a disfluência como gagueira, distúrbio analisado por Azevedo (2000), gerando uma imagem estigmatizada de falante e uma excessiva desarmonia na tensão língua e fala.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, especificamente, utilizo a AD como instrumento teórico-metodológico e o procedimento é a análise das Formações Discursivas (FD) das famílias de crianças vistas como gagas. A partir de diferentes recortes discursivos constituídos longitudinalmente e que versam sobre o mesmo assunto, poder-se-ão caracterizar as FD e os funcionamentos discursivos presentes na dinâmica familiar.

Visto que não existe consenso entre os profissionais que estudam a gagueira, uma teoria explicativa formalizada e única para sua etiologia, neste trabalho, delinearei percursos teóricos distintos de alguns autores, que, fiéis aos seus referenciais teóricos, buscam um caminho para compreender a gagueira.

Nesse sentido, não pretendendo ser reducionista e amparada em observações de conquistas, experiências clínicas, ousou lançar outra perspectiva teórica para a gagueira, ancorada na linguística. Percebendo a gagueira fisiológica como um momento da fala, tal distúrbio será abordado como processo subjetivo-discursivo e será analisado à luz da Análise do Dis-

curso de linha francesa proposta por Pêcheux na França e desenvolvida no Brasil por Orlandi, Indursky e outros estudiosos.

A partir da introdução, deixo o *eu*, primeira pessoa do singular, que estava presente pela minha compreensão de trajetória singular, para assumir o *nós*, no interdiscurso com os autores que me levaram à compreensão do meu objeto de estudo e das análises discursivas.

CAPÍTULO I

DIFERENTES ORIENTAÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA GAGUEIRA: ESTADO DA ARTE

“Você espera a minha fala, vou entregá-la a você, mas ela entrará em você como meu desejo de agredi-lo, violentá-lo, possui-lo, preencher o seu corpo interior; então você possuirá minha fala, mesmo obstruídora, e me esvaziará de minhas palavras, de meus objetos, de meu ser consciente e inconsciente. Tenho medo, fujo. Fico com minhas palavras”. (Annie Anzieu)

Acreditamos que a gagueira situa-se além do bom funcionamento da Laringe, cordas vocais, movimentos da língua, úvula, lábios, mandíbula e de uma sincronia entre respiração, fonação e articulação.

Tomamos como eixo epistemológico para a abordagem da gagueira a Análise do discurso de linha francesa, doravante, AD. Através desta teoria, que também é procedimento metodológico, procuramos compreender e analisar o nosso objeto de estudo.

Antes de expor a literatura especializada sobre a gagueira, é interessante ressaltarmos sua aparição desde os mais remotos tempos. No antigo testamento, em Êxodo 4:10, disse Moisés ao Senhor: “Ah meu Senhor! Eu não sou homem eloquente, nem de ontem nem de anteontem, nem ainda desde que tens falado ao teu servo; porque sou pesado de boca e pesado de língua” e, mais adiante, já no 6:30, há afirmação que “Moisés disse perante o Senhor: eis que eu sou incircunciso de lábios; como, pois, Faraó me ouvirá?”. No entanto, não existem evidências de que isso se referia à gagueira.

O termo *gago* aparece em Marcos 7:32-35, onde há o relato de um homem que era surdo e gago e, após Jesus ter-lhe tocado, os seus ouvidos se abriram e a prisão que existia na língua se desfez, o que resultou em uma fala perfeita.

De acordo com Irwin (1993), a primeira terapia que chegou ao seu conhecimento foi a de um orador grego Demóstenes (385 a.c), que mastigava pedrinhas para evitar a gagueira. Essa autoterapia, aliada a muitos gestos, fez dele um orador famoso. A autora acredita que mastigar pedrinhas era um “mecanismo de distração” e até hoje se usa este método quando se considera capaz de abrandar a gagueira, ou pedir para trocar o padrão natural de fala, falar com sotaque estrangeiro, emissão de voz cantada ou de certa forma ritmada.

Nas sociedades primitivas, não existia uma ciência que se debruçasse sobre teratologias. O que se presentificava era uma espécie de seleção natural, onde os mais fortes sobreviviam. Praticava-se uma eugenia radical, em que a criança deveria enquadrar-se num padrão. Na Idade Média, o deficiente, em vez de ser morto, passa a ser estigmatizado. A deficiência como pecado, para o moralismo cristão católico, recrusdesce, à medida que a Idade Média avança. Muitos anos depois é que será vista como disfuncionalidade (BIANCHETTI,s.d), “Basta ver, por exemplo, que dos 22 milagres com curas e exorcismos feitos por Jesus, oito referem-se à cura de surdos, mudos e gogos”[...] (op. cit.,p.10). Achava-se que espíritos maus precisavam ser exorcizados. A própria religião, com sua força cultural ao afirmar que o homem é como “imagem e semelhança de Deus”, introjetava a ideia do ser humano perfeito nos aspectos físico e psíquico. E não sendo “parecidos com Deus”, ou seja, portando deficiências, imperfeições deveriam ser segregados da condição humana (MAZZOTTA, 2011). Séculos depois, médicos passaram a remover músculos, nervos da língua e até amígdalas em busca da cura para gagueira (BIBLIOTECA on line, 2015). Por volta de 1800, a gagueira começou a ser cientificamente estudada pelo médico cirurgião Jean Itard que trabalhando no asilo de surdos, também se dedicou à educação oral e audição (CORREA, 2010). No século passado, percebia-se como erro ou defeito na fala (CELESTE et al, 2013).

Isso nos remete à memória discursiva, ao que a gagueira significava desde os mais remotos tempos, que ainda atravessa o imaginário social; doença, anormalidade, patologia, estranheza... tudo isso devido à busca por uma fala fluente. A memória discursiva não é só constituída de esquecimentos, falhas, silenciamentos (ORLANDI, 1999).

Ela “[...]é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos, e de retomadas, de conflitos de regularização ... o espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). A memória é constituída por formulações feitas e esquecidas para que façam sentido em nossas palavras (ORLANDI, 2013). Nas palavras se materializa o discurso, em que irrompe o pré-construído entendido como operação sintática que assinala a fronteira do que veio de outro lugar e o que já se encontrava formulado, produzindo o efeito de pertencer ao discurso do sujeito; e o discurso transversal como discurso-outro, que se insere no discurso do sujeito, tangenciando-o e produzindo eco de algo que foi dito em outro lugar (INDURSKY, 2011).

A memória é “como estruturação de materialidade discursiva complexa, entendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer,

mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

A memória discursiva nos leva a duas ordens de realidade díspares no processo discursivo, que são a heterogeneidade constitutiva que se refere ao interdiscurso, processos reais de constituição do discurso. O outro é onipresente, está em toda a parte, atravessa o *um*, independente de uma abordagem linguística, já que, constitutivamente no sujeito e no seu discurso, está o outro; e a heterogeneidade mostrada, que são processos não menos reais de representação do discurso, o espaço aberto ao discurso de um outro em seu próprio discurso. É a inscrição do outro na sequência do discurso através das aspas, da metáfora, da ironia, do discurso indireto (AUTHIER-REVUZ, 1990, 2004). Apesar de a autora convocar a noção de polifonia e dialogia de Bakhtin, ela mantém uma interlocução com a AD. Acredita que mesmo o sujeito tendo a ilusão de ser a origem de seu discurso, na realidade é seu suporte e efeito, pois a fala é marcada pela heterogeneidade. O sujeito é clivado, dividido, descentrado, sendo o seu discurso atravessado pelo inconsciente e afirma que “[...] toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito é que este “é mais falado do que fala” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26). A palavra não é neutra, mas atravessada por outros discursos nos quais se experienciou sua existência social.

A percepção cristalizada do sujeito gago também nos remete às vertentes culturais dos processos de identificação, ao cultural que, enquanto estatuto teórico, ganha gradativamente presença nos estudos discursivos. É uma materialidade significativa que chega até nós pela oralidade, pela escrita, gestos, olhar, o imagético, que são formas pelas quais a cultura nos afeta (FERREIRA, 2011).

O que é relevante ressaltarmos é que a cultura, por esse viés discursivo, torna-se um lugar de produção de sentidos, que, muitas vezes, são naturalizados e passam a reforçar o efeito de apagamento da historicidade de certos fatos sociais. Também é interessante apontar a cultura como lugar de memória e esquecimento; ao reproduzir artefatos simbólicos e materiais ao longo das gerações, o que a torna depositária de um grande acervo de informação social, e demarcadora de apagamentos que os sujeitos produzem de forma inconsciente nos modos de ser, estar e representar em sociedade. Através do movimento memória/esquecimento, o sujeito vai construindo sua identidade (FERREIRA, 2011, p. 61).

Falando sobre cultura e identidade, Orlandi (2008) diz que são um movimento, tanto em seu modo de funcionamento, quanto em sua historicidade e destaca o sentimento de supe-

rioridade do europeu em relação ao brasileiro. Afirma que “o europeu nos constrói como seu “outro”, mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o “outro”, mas o outro “excluído”, sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso “outro”. Eles são sempre o “centro”, dado o discurso das des-cobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que o temos como nossos “outros” absolutos”. (ORLANDI, 2008, p. 54-55).

Fica um sentimento como se apenas nós tivéssemos um ‘outro’, seja italiano, francês, entre outros. Constroem uma história em que somos apagados como alteridade e percebidos como tendo apenas particularidades. Não somos considerados o outro constitutivo porque não “somos” (ORLANDI, 2008, p. 56). Fazendo uma analogia com o sujeito gago, ele faz uma representação do interlocutor como superior e pode realmente acontecer que esse se considere como tal. Ele pode ter sido apagado a vida toda como alteridade, onde as pessoas só colocavam em relevo suas peculiaridades. O interlocutor considerado no imaginário social como fluente ideal é constitutivamente o outro, ao contrário do sujeito gago não considerado outro porque simplesmente o dardejar do olhar para ele não o percebe como ser histórico, social, competente entre outros atributos.

A segregação sofrida pelo sujeito gago como alguém anormal, burlesco, deriva de um processo cultural, que, mesmo passados milhares de anos, deixa reminiscências em sua trajetória histórica. Temos noção do tratamento a ele conferido desde os mais remotos tempos, mesmo existindo a desmistificação na concepção de ser gago, algo ficou, algo falta e sempre faltará, pois ele é um ser humano que tem uma produção diferente em um momento da fala.

Conforme Ferreira (2011), corpo que fala é também o que falta e inclui a noção de real do corpo, como o que instaura uma falta que o sujeito tenta infrutiferamente resolver através de um incessante deslizamento de significações; e também existiria um real da cultura que retorna, mas também resiste em ser simbolizado.

De acordo com Lacan, no Seminário 11 (1998, p.65), a angústia de castração é como um fio que perfura todas as etapas do desenvolvimento [...]. Isso nos faz crer que essa angústia deixa um furo, uma falta, que é o real, núcleo do inconsciente, registro psíquico presente em toda nossa vida e que será melhor explicado no decorrer dos capítulos.

Aparentemente inócua, a gagueira tem impacto social relevante e é uma questão de saúde pública. De acordo com Jakubovicz e Basbaum (2012), cerca de 70 milhões de pessoas no mundo são gagas, e 1% corresponde à população infantil.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Fluência (IBF), o IBGE estima a população brasileira com aproximadamente 191 milhões de pessoas. A incidência da gagueira corresponde a 5% ou seja, cerca de 10 milhões de pessoas estão sendo acometidas pela gagueira. Esse número sobrepuja a população da cidade do Rio de Janeiro. A prevalência da gagueira é de 1%, ou seja, em aproximadamente dois milhões de brasileiros a gagueira se instalou de forma crônica. Esse número ultrapassa a população de Manaus ou Curitiba. No Brasil, aproximadamente 1.800.000 pessoas gaguejam.

Conforme Oliveira; Friedman (2006); Friedman e Damasceno (2012), existem dois paradigmas em que a clínica fonoaudiológica se apoia: o cartesiano positivista, centrado no sintoma e o histórico-dialético, centrado no sujeito. O primeiro enfoca o orgânico e a anátomo fisiologia, recorta a gagueira do sujeito, circunscrevendo-a ao plano motor, ao funcionamento cerebral. Nessa perspectiva, a gagueira é compreendida pela lógica do que se pode dar a ver, escutar e mensurar. A fala transforma-se em amostra, que se transmuda em tipologia e, posteriormente, converte-se em porcentagem, que será cotejada a parâmetros indicativos de patologia ou normalidade do quadro clínico do sujeito. O foco é o déficit orgânico no sequenciamento, planejamento e execução da fala, apartado de quem fala, para quem e em que situação. A proposta terapêutica baseia-se na modelagem, monitoramento e controle da fala.

O segundo paradigma busca dimensionar a gagueira como acontecimento de linguagem e tem como égide um modelo clínico que integra sujeito, linguagem, o social, a intersubjetividade. Associando e marcando a teoria que nos dá suporte, diríamos que é um modelo clínico que integra sujeito, linguagem, espaço interdiscursivo, condições de produção. Compreende a relação sujeito/objeto como complexa não podendo ser satisfatoriamente objetivada através de quantificações, formalizações. Toma a gagueira como um significante que pede leitura para além do que é materialmente visível.

Iniciaremos o trabalho discorrendo sobre estudiosos filiados ao paradigma positivista, precisamente os de abordagem behaviorista; em seguida, os de orientação teórica organicista e, posteriormente, os que trabalham na perspectiva fenomenológica. Em seguida, prosseguiremos com estudiosos que trabalham centrados no sujeito, alguns de orientação psicanalítica, mas que encapsulam a gagueira a neuroses, excluindo a linguística de sua abordagem; e, posteriormente, convocaremos os autores que, centrados no sujeito, se apoiam na linguística como um dos construtos teóricos para abordar a linguagem pela linguagem. Começaremos falando de dois grandes precursores da gagueira e também gagos Van Riper e Johnson. A elucidação sobre a gênese da gagueira percorre caminhos teóricos heterogêneos. Conforme a

filiação teórica atribui-se sua causa a fatores orgânicos, corporais, comportamentais, neurofisiológicos entre outros.

Van Riper (1982), grande expoente no estudo da gagueira, analisa a gagueira no contexto das relações interpessoais e assevera que a gagueira, provavelmente, tem recebido mais atenção do que qualquer outro distúrbio da fala por conta da forma que expõe dramaticamente muitos dos lados desagradáveis da vida social. É o espelho escuro do discurso, reverberando as frustrações do homem em se comunicar com seus companheiros. “A gagueira não é apenas um problema de fala, é um impedimento na vida social”¹. (Tradução nossa)

A gagueira ultrapassa um enigma verbal. Ela pode ser um problema pessoal devastador. É, talvez e, principalmente, um quebra-cabeça cujas peças estão espalhadas sobre as mesas da fonoaudiologia, psiquiatria, neurofisiologia, genética e outras disciplinas. Todos os pesquisadores percebem que um dos objetivos básicos da terapia é reduzir o estresse comunicativo sentido pela criança e a maioria deles insiste que nenhuma tentativa de corrigi-la seja feita quando ela de fato gaguejar (VAN RIPER, 1982). O autor percebe também que sozinho, falando com animais, crianças, cantando o gago não gagueja. Embora não tenha trabalhado sob este enfoque, deixa entrever, da mesma forma que Friedman (2004, 1988, 1994) e Azevedo (2000, 2006), que a gagueira está relacionada a situações de interlocução e que existe uma integridade do sistema fonoarticulatório.

Van Riper (1982) evita a possibilidade de uma única teoria para explicar a gagueira e, embora defenda a multicausalidade, sua mais forte tendência é adotar a teoria da aprendizagem (o condicionamento clássico e operante). Denomina comportamentos expressos na gagueira, as repetições, prolongamentos, bloqueios. Os comportamentos expressos secundários são: fala durante a inspiração, respiração ofegante, movimento de contração dos olhos, tensão da laringe, protrusão dos lábios, puxão na cabeça, queixo, tronco, braços, diferentes movimentos espasmódicos, entre outros. Os comportamentos encobertos são difíceis de definir, pois são relativos a estados emocionais como: medo, frustração, culpa.

Van Riper (1973) também se referiu a truques disparadores e adiadores na manifestação da gagueira. Por exemplo, antecipando que vai falhar ou o sujeito usa a força da fala, como estalando a língua, apertando os olhos, engolindo com força, batendo com a mão em algum lugar ou procurando disfarçar a gagueira que ele acredita que terá, por exemplo, interpondo sons como “at”, “egs”, interpondo palavras como “é que”, “então”, finge pensar. Um

¹ “stuttering is not merely a speech impediment; it is an impediment in social living”. (VAN RIPER, 1982, p. 1-2).

truque que para uma pessoa tem caráter adiador, para outra pode ser disparador e só quem consegue esclarecer a intenção atrás do truque é o próprio gago.

Inúmeras mentes sábias têm procurado definir a gagueira, porém a variação entre elas torna claro que este complexo e variável distúrbio é de difícil delimitação. Alguns de seus complexos componentes têm sido sempre evadidos de apreensão. Algumas definições são meras declarações do ponto de vista de seus autores em relação à causa ou natureza do distúrbio. (VAN RIPER, 1982, p. 11 - 13).

Van Riper (1982) afirma que as definições são tão amplas que pecam em prover limitações próprias e outras são tão restritivas que excluem muitas pessoas que poderiam ser habitualmente denominadas de gagas. De acordo com o autor, ninguém define ao certo a etiologia da gagueira.

De acordo com Johnson (1955), a não aceitação das disfluências normais da fala da criança e a designação como gagueira geram nela sentimentos de vergonha, ansiedade, frente à fala, que, por sua vez, condicionam-na numa luta antecipatória que produz a gagueira, sendo que, após esta, há um alívio da ansiedade, que ajuda a reforçá-la. Esse autor foi o primeiro a interpretar a disfluência como gagueira como origem da gagueira. Quando os pais reagiam de uma forma exagerada às vacilações na fala da criança, produziam a gagueira delas. Daí surgiu, de acordo com Reynolds (2003), a teoria diagnosogênica, ou seja, o diagnóstico dos pais causava a condição. Falando sem pressão, sozinha, com outras crianças ou animais não emergia a gagueira.

Numa época em que a fisiologia era a principal explicação para a gagueira e os principais professores estavam convictos de que a desordem era provocada por sinais incorretos enviados pelo cérebro. Reynolds (2003) afirma que Johnson estava convencido de que se tratava de um comportamento aprendido que poderia ser desaprendido. O fonoaudiólogo, professor e pesquisador falava normal até os cinco, seis anos, quando um docente disse a seus pais que ele estava começando a gaguejar. Quando ele começou a se deter demais no problema, Johnson decidiu, ele o tinha produzido. Seu problema não estava no cérebro, mas no comportamento aprendido. Obcecado por sua gagueira, porque odiava gaguejar, Johnson recrutou uma de suas estudantes de graduação em psicologia clínica, Mary Tudor, a empreender um experimento que provasse que a gagueira era oriunda de um comportamento aprendido, mais tarde intitulado pelos próprios alunos do hoje conhecido por *Estudo Monstro*.

O experimento ocorreria em um orfanato, e o objetivo era induzir gagueira em crianças fluentes, com avaliações negativas de suas falas e provocar mudanças em crianças gagas, dizendo para elas que sua fala era boa. Todas pensavam que iriam receber tratamento fonoau-

diológico. O experimento falhou, o rendimento escolar de todos piorou e foi observado um comportamento defensivo nas crianças. Falavam pouco e, mesmo sendo fluentes, agiam como se fossem gagas, ou seja, balançavam os pés, contorciam as mãos, falavam baixo.

A tese de Tudor, ao contrário dos outros alunos de Johnson, nunca foi publicada, possivelmente o pesquisador não queria ver refutada uma teoria que carregava há anos e que lhe conferiu fama nos estudos sobre a gagueira.

Tudor escreveu uma carta a Johnson na qual dizia: “eu acredito que, com o tempo, eles vão se recuperar, mas nós com certeza deixamos uma marca definitiva neles” (REYNOLDS, 2003, p.38). Um ex-aluno do pesquisador, Sprcestersbach, disse acreditar, apesar de nada ele ter comentado com alguém, que o estudo traria um benefício maior e que qualquer dano seria provisório, reversível. Johnson sabia como ninguém o sofrimento de uma fala com problemas.

Há muito tempo, sua teoria não é mais adotada, apesar de ter sido considerado um pesquisador emblemático em seus estudos sobre a gagueira. O seu experimento, realizado na década de 30, foi alvo de um processo judicial contra o Estado e a Universidade de Iowa, onde as seis pessoas que participaram dele moveram uma ação e ganharam, em 2007, a causa.

Prosseguindo com a abordagem comportamentalista, temos de acordo com Basbaum e Jakubovicz (2012), que existem dois aspectos envolvidos no ato de falar: o comportamental e o cognitivo. A gagueira pode ser entendida como um distúrbio de comportamento, uma forma adotada de falar e, do ponto de vista da cognição, pode-se analisar o que o mobiliza para falar daquela maneira. Associam o distúrbio à aprendizagem por condicionamento clássico de Pavlov ou ao condicionamento operante de Skinner.

A criança, no seu processo de desenvolvimento da linguagem, pode apresentar disfluências ocasionais, sendo logo rotulada pelos pais de gaga. A gagueira seria, então, aprendida por uma relação existente entre a exigência dos pais no momento em que a criança inicia a fala e o ato de falar. Por associação, a criança se condiciona e aprende a dar um determinado tipo de resposta. Gagueja sempre ao falar algo relevante e, mesmo não querendo mais falar daquela forma, não consegue, aprendeu, está condicionada. A hipótese da gagueira por condicionamento operante seria que, na presença de um estímulo para falar, há um reforço positivo ou negativo, fornecido pelo ambiente diminuindo ou aumentando o comportamento (BASBAUM; JAKUBOVICZ, 2012).

O reforço negativo seria chamar a atenção da criança no momento em que ela fala, ou pedindo para ela repetir, para falar mais devagar, que poderá resultar em duas consequências: a criança pode entender as frases ditas pelos pais como um alerta ou crítica. Podem também atuar como alerta quando a criança interpreta que há necessidade de modificar sua maneira de falar. Ela buscará, então, fazer alterações na sua fala. As frases também podem ser interpretadas como crítica do tipo: “Não aceito esta sua forma de falar, você não está falando bem”. Nessa situação, a criança fica insegura e se esforça para falar bem, o que resulta em tensão, produzindo repetições, hesitações e prolongamentos. Existe a possibilidade das mensagens produzidas pelos pais ou ambiente serem interpretadas pela criança como positivas. Elas irão sinalizar que os pais ou outras pessoas estão prestando atenção à sua fala. A criança pode estar precisando de atenção, então manterá o comportamento de gaguejar para obter atenção do ambiente ou dos pais. A intervenção terapêutica enfocará o autocontrole voluntário das tensões física, psíquica e técnicas de modificação da fala tendo como aporte teórico o condicionamento do comportamento (BASBAUM; JAKUBOVICZ, 2012, p.10).

As autoras propõem exercícios de controle, modificação da fala. Utilizam dentre vários descritos o cancelamento, cujo idealizador foi Van Riper. Logo após cancelar a fala, introduz-se uma pausa. Essa acalma, permite identificar o que está sendo feito, oferece oportunidade de se modificar o que está fazendo, corta o hábito de falar repetindo ou bloqueando.

De acordo com Bohnen (2002), dentro da perspectiva da linguagem, a gagueira é um distúrbio de comunicação em que se pode perceber uma causa multifatorial, entre elas questões genéticas, a hereditariedade e aspectos neurofisiológicos.

A gagueira geralmente começa por volta dos três anos e suas raízes se encontram no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem, momento em que as habilidades articulatórias estão sendo adquiridas e expandidas. Estudos de neuroimagem indicam que a gagueira é uma disfunção neurofisiológica que provoca uma ruptura na precisa sincronia pneumofonoarticulatória necessária para produção da fala. É uma falha na ativação normal do lobo temporal durante a fala. Essa falha pode favorecer a dificuldade no processamento e organização sequencial do planejamento fonológico nas regiões pré-motoras, Aliadas a isso foram percebidas anomalias nas relações inter-hemisféricas e nos mecanismos neurais de controle do ato motor da fala (BOHNEN, 2009).

Ademais, estudos de neuroimagística funcional mostraram uma hiperativação no hemisfério direito quando nos sujeitos fluentes o hemisfério esquerdo é que é normalmente ativado e parece existir um problema de temporalização entre as regiões frontal cortical e cen-

tral desse hemisfério. Cada pessoa gagueja de forma singular, única, mas em todos os sujeitos gagos, a ruptura na fluência influencia a temporalidade das unidades linguísticas, afetando a compreensão do ouvinte.

A gagueira é individual, intermitente, involuntária, imprevista. As variações na fluência podem ser explicadas pelo maior ou menor envolvimento dos núcleos de base, responsáveis pela automatização de tarefas como escrever, dirigir, falar. A gagueira resulta de falhas no sequenciamento da fala em determinadas regiões do hemisfério esquerdo (BOHNEN, 2009). A autora prefere deixar as características do paciente determinarem a conduta terapêutica (BOHNEN, 2002).

De acordo com Andrade (1999), em termos etiológicos, a teoria que melhor atende às características apresentadas pela gagueira é o modelo multifatorial poligênico, ou seja, é o modelo que conjuga o potencial genético à ação do meio ambiente.

Embora as pesquisas sobre a neurofisiologia do processamento da fala não apresentem resultados definitivos e as interpretações dos achados não sejam inequívocas e mereçam questionamentos, a metodologia utilizada nos estudos realizados em larga escala confirmam uma grande distinção nos padrões de ativação neural entre pessoas gagas e fluentes. A ativação para linguagem é preponderantemente esquerda e, nas pessoas com gagueira, essa ativação é difusa ou predominantemente direita. A gagueira estaria relacionada a uma superativação incomum do hemisfério direito (ANDRADE, 2014).

Andrade (1999) classifica três tipos de disfluência: normal, leve e grave. A normal acontece de vez em quando. A criança apresenta hesitações, repete uma ou duas vezes sílabas, palavras, frases, pois está aprendendo novas formas de usar a linguagem e, muitas vezes, procura, dentro de si, a palavra correta para usar. A disfluência leve surge frequentemente. A criança repete sons ou sílabas mais de duas vezes, pode apresentar prolongamentos, leves tensões no pescoço, rosto, em torno da boca, oscilações na intensidade da voz. Essas ocorrências duram no máximo seis meses e depois desaparecem. Já na disfluência grave, a criança gagueja em mais de 10% da fala. Apresenta bloqueios, repetições, prolongamentos, tensão, esforço para falar, movimentos corporais associados no momento de falar, medo e fuga de certas situações de fala.

As disfluências emergem com o desenvolvimento da criança e, conjugado a isso, estão os medos e preocupações familiares. Embora mais de 50% das crianças recuperem o padrão fluente, para o outro grupo, a disfluência se mantém ou se agrava.

Existem três subgrupos de gagueira: Idiopática ou do desenvolvimento, Neurogênica e Psicogênica. A primeira ocorre, em geral, entre 18 meses e 7 anos, podendo estender-se até os 12 anos, durante a fase de aquisição e desenvolvimento da linguagem. Esse subtipo é encontrado em cerca de 80% dos casos e a taxa de cronicidade na vida adulta é de 20%, que resulta de uma disfunção do sistema nervoso central com base genética. Esse tipo de gagueira ainda se subdivide em 2 subgrupos: motoras (dispráxica e laríngea) e gagueiras linguísticas (de desenvolvimento propriamente dita, de memória, processamento auditivo). A gagueira neurogênica decorre de um dano cerebral de origem vascular ou traumática; já a gagueira psicogênica é derivada de algum evento psicológico ou associada a quadros psiquiátricos (ANDRADE, 2014).

Andrade (1999) propõe trabalhar com programas de promoção da fluência que consiste numa triagem das gagueiras infantis com o escopo de identificar os riscos de evolução para uma cronicidade. Para isso, utiliza protocolos de risco. No verde se enquadrariam crianças ‘fluentes’, com grande chance de remissão espontânea. O foco de abordagem seria a orientação e sensibilização familiar; o amarelo é indicado para os casos de risco com reduzida possibilidade de remissão espontânea e para as crianças que não apresentaram a total remissão das disfluências, mesmo após a submissão ao programa de baixo risco; o vermelho é indicado quando, independente dos pais terem aplicado adequadamente o programa, ocorreu o agravamento do quadro.

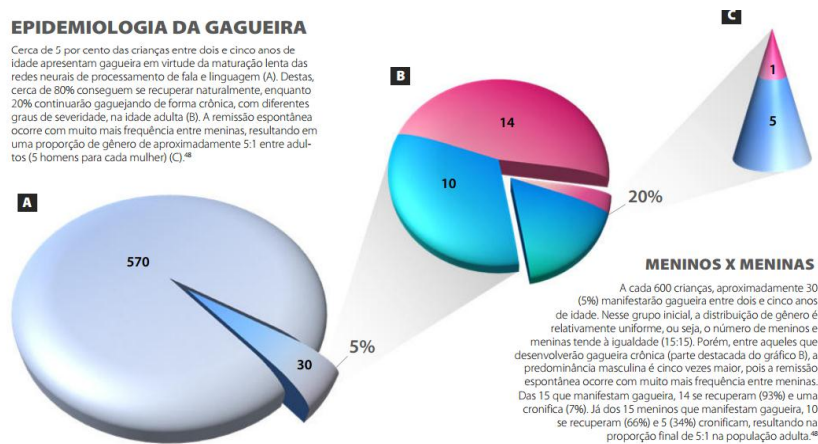
Apesar de apontar algumas possibilidades que podem estar associadas à gênese da gagueira como aspectos biológicos, psicológicos, sociais, genéticos, linguísticos, Andrade (1999) apresenta um forte amparo biológico, trabalha com programa terapêutico de promoção da fluência e protocolos de risco, que inclui uma proposta terapêutica e avaliativa quantitativa. Sujeito e linguagem são excluídos.

A neurocientista Chang (2011) afirma que cerca de 5% de crianças entre dois e cinco anos gaguejam e 20% terão gagueira crônica, com diferentes graus de severidade quando adultos. Não existe nenhum marcador objetivo que ajude a identificar quais crianças terão remissão do distúrbio e quais desenvolverão a cronicidade. A produção da fluência acontece quando existem conexões bem estabelecidas entre regiões do encéfalo que realizam o processamento auditivo, o planejamento motor e a execução motora.

Estudos de neuroimagem mostraram que pessoas que gaguejam manifestaram atividade aumentada no hemisfério direito e também no cerebelo e atividade diminuída nas áreas de processamento auditivo. Pesquisadores conseguiram determinar redução na integridade das

conexões de matéria branca no hemisfério esquerdo em crianças e adultos que gaguejam, o que sugere a possibilidade deste achado ser umas das bases estruturais para gênese da gagueira. Fatores genéticos também influenciam, mas o modo de herança não está claro (CHANG, 2011).

Figura I - Incidência de Gagueira em Adultos e Crianças



Fonte: Revista Cerebrum, 2011.

Estudos recentes de neuroimagem desvelam as bases responsáveis pela fluência em pessoas que gaguejam. Entre as principais regiões do encéfalo que, amalgamadas, produzem uma fala fluente, estão regiões do córtex frontal que controlam o planejamento e a execução do movimento e áreas imbricadas à audição, localizada numa região chamada córtex temporo-parietal. Conjugado a isso existe uma interconexão com áreas profundas do encéfalo, que são núcleos de base, cerebelo e tálamo, por indicarem mecanismos de temporalização e sequenciamento da fala. Foram encontradas, nessas regiões, diferenças anatômicas e funcionais entre pessoas fluentes e aquelas que apresentam a gagueira (CHANG, 2011).

A fluência só ocorrerá em decorrência de uma grande sincronia entre áreas do encéfalo responsáveis pelo processamento auditivo, o planejamento motor e a execução motora. Tal situação ocorre na mais tenra idade quando a criança transita da condição de *infans* para situação de falante tentando corresponder o que ouve aos movimentos gerados por sua fala (CHANG, 2011).

Imagem I – Visualização das regiões motoras e auditivas responsáveis pelo processamento da fala

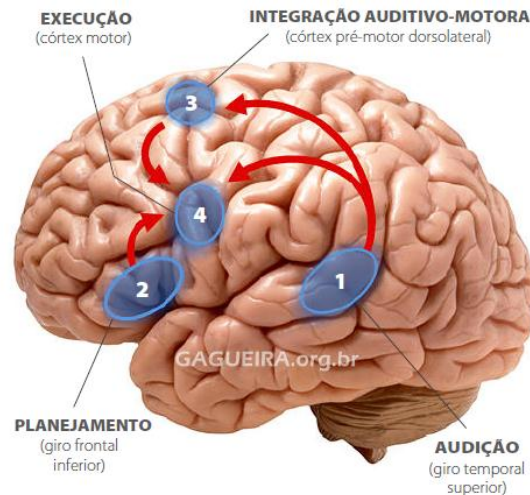


FIGURA 1.2 Diagrama simplificado das principais regiões envolvidas no processamento cortical da fala no hemisfério esquerdo: (1) giro temporal superior (processamento fonológico e auditivo), (2) giro frontal inferior (planejamento articulatório da fala), (3) córtex pré-motor dorsolateral (integração auditivo-motora) e (4) córtex motor (execução da fala). Essas regiões estão interligadas dorsalmente por meio do fascículo longitudinal superior (v. fig. 1.3), uma importante via de matéria branca que conecta os lobos temporal, parietal e frontal, ligando estruturas localizadas na região posterior (sensorial) e anterior (motora) do cérebro. As localizações anatômicas são aproximadas.

[Adaptado de Hickok, G., & Poeppel, D. (2007). The cortical organization of speech processing. *Nature Reviews Neuroscience*, 8(5), 393-402.]

Conforme Friedman (2012), o que as imagens mostram em relação às pessoas que gaguejam é que há maior ativação no hemisfério direito e que, nas pessoas fluentes, acontece o oposto. Isso ocorre porque o sujeito gago, ao se fixar na materialidade da língua, atento à sua forma de falar pretende visualizar sons, palavras que considera difíceis de pronunciar. Assim, tenta evitá-los para não gaguejar. Essa visualização é compatível com o aumento do funcionamento observado no hemisfério direito, que, entre outras funções, é responsável pela síntese de imagens. Isso sugere que o visualizado nas imagens em casos de gagueira pode ser resultado de um desequilíbrio no funcionamento discursivo.

Há uma grande contribuição dos estudos de Andrade (1999, 2002, 2014), Bohnen (2002, 2009), e Chang (2011) e os estudos de neuroimagem, no entanto as autoras se distanciam de nossa proposta de trabalho, pois, fiéis às suas perspectivas teóricas, têm uma base de fundamentação preponderantemente biológica, não considerando o sujeito, a linguagem e o discurso. Enfocam a gagueira a causas internas de uma forma linear e como algo separado do sujeito, da sua história, das condições de produção que o envolvem. Recortam a gagueira do sujeito e evidenciam a forma do cérebro funcionar determinando a forma do sujeito falar.

Este paradigma centrado no sintoma gera a explicação ordenada e linear da natureza e funcionamento do processo de linguagem. Priorizando o objeto (gagueira), excluem o sujeito, conseqüentemente, a linguagem. O invisível da doença torna-se visível através das tecnologias de neuroimagem (OLIVEIRA; FRIEDMAN, 2006).

Sáímos da abordagem organicista, mas nos mantemos na perspectiva focada no sintoma e, neste momento, iremos caminhar para o viés fenomenológico, falando sobre a compreensão de uma das grandes representantes desta orientação teórica. De acordo com Meira (1983), é importante conhecer todos os enfoques, perspectivas das ciências físicas e biológicas sobre a gagueira, pois revelam estruturas que devem ser compreendidas. Mas, para a autora, as teorias existentes não integram gago e gagueira numa unidade. A gagueira não deve ser vista como algo fora do indivíduo em sua existência ôntica, como fato, mas em sua existência ontológica, pois, através delas chega-se a sua essência, o que não é um caminho fácil.

Existem feições invariantes que todos os gagos apresentam, que são as tensões nas regiões oral, cervical e diafragmática chamadas invólucros. À medida que se altera a tensão muscular, visceral e a afetividade, o gago, como qualquer pessoa, reverbera isso em sua maior dificuldade, a gagueira (MEIRA, 1983).

A autora ancora seus estudos na fenomenologia de Husserl, Merleau-Ponty e alguns aspectos do homem como ser-no-mundo em Heidegger. A terapia não trabalha o desaparecimento da gagueira, mas a retirada dos invólucros e uma nova forma de comportar-se do gago frente à gagueira. Isso consiste na gagueira se mostrar em sua essência que emerge e se mantém como possibilidade do ser-no-mundo, que é gago. Sendo uma possibilidade, a gagueira não pode ser classificada, definida (MEIRA, 1983, p.134).

O método integrativo existencial constituído por Meira (2002) enfatiza o processo de desenvolvimento da consciência do corpo, da fala, das atitudes, das formas de ver e lidar com a gagueira. É preciso também o trabalho corporal tendo por escopo o equilíbrio fisiopsíquico, pois a base para o reingresso na fala fluente é saber lidar com o tônus da musculatura que constitui a gagueira. Inibir a ação muscular espúria é necessário para transformar a gagueira em fluência. Isso requer a monitoração da fala ou “estado de zelo” para formação de novos hábitos musculares. O gago, segundo essa perspectiva teórica, continuará sendo gago por toda vida, mas irá aprender a lidar com a gagueira, manter a fluência através deste “estado de zelo”. O fazer fenomenológico implica ir além da objetividade, transitar para a subjetividade e intersubjetividade. A disfluência precisa ser percebida como parte do sujeito constitutiva de sua totalidade fisiopsíquica (MEIRA, 2014).

Neste momento, passamos ao estudo de propostas que estudam a gagueira circunscrita a um sujeito, a um sintoma mas distanciando-se de uma orientação organicista. Discorremos sobre autores de filiação psicanalítica começando por Anzieu (1997), que compreende a gagueira como uma neurose cuja gênese está nas relações familiares, na relação parental. A criança adquire a fala através da dialética do desejo endereçado à mãe. Investimentos recíprocos são realizados onde o corpo da criança se torna objeto de fruição partilhada. Tudo deriva do corpo que adquire um valor.

Em seu cerne, a mãe do gago é insatisfeita com o filho. Essa insatisfação se apresenta de algumas maneiras: a mais elementar é falar no lugar do filho, uma vez que “tem dificuldade em falar”, fala mal. Diante da insatisfação materna que se manifesta para criança como uma exigência obsessiva, esta reage com o afeto mais primário, a angústia (ANZIEU, 1997, p. 166-167). Os distúrbios de aquisição da linguagem na criança estão estreitamente associados à problemática afetiva. Em seu estágio de maturação, quando se está estabelecendo a linguagem, a criança pode apresentar hesitações tônicas, relacionadas à gagueira, que desaparecerão sem problemas. “Mas às vezes, circunstâncias circundantes e o conflito interior da criança são tamanhos que esta conserva a gagueira[...]” (ANZIEU, 1997, p.155). O sujeito é acusado pelos pais de má vontade em utilizar a fala corretamente, e se instaura uma relação ambivalente de apoio e condenação por parte da família. Então, as palavras são vividas sob a forma dos excrementos, como objetos que agriem e que são perigosos (ANZIEU, 1997, p.158).

Enquanto sujeito falante é capaz de se opor, de recusar, mas conhece o risco de perder o amor das pessoas amadas ou torná-las agressivas. Trava-se um debate entre o ego desejoso e o que tende a mantê-lo sem reprovação, o que provoca oscilações na sintaxe, na emissão verbal. O gago não consegue falar e sua elocução é atravessada por hesitação, impotência. Parece fazer com que queiram sua fala, e ele promete aos pedaços, o que resulta na insatisfação do interlocutor (ANZIEU, 1997, p.164). A fala se instaura ao mesmo tempo que o controle esfinteriano. Muitas crianças se assustam com o objeto que sai delas cujo sentido não compreendem. Esse objeto serve de apoio à fantasmaticização e representações sobre os orifícios do corpo. A partir dele, a boca e os prazeres serão investidos de uma nova forma.

Uma das possíveis origens mais profundas da gagueira é a sensação não ultrapassada de fragmentação que a criança vive inicialmente, resultando na não representação de si como uma unidade, e a angústia de castração vivenciada pela criança passa a ser significada pela disfunção oral.

Além disso, a curiosidade sexual recalçada investida de culpabilidade que não pode ser suspeitada pelo discurso, questões que ficaram sem respostas desde a mais tenra idade, interdito da palavra, do desejo que o sujeito experimentou no período de coação esfínteriano e no período edípiano (ANZIEU, 1997, p. 294-300).

Em relação às possibilidades de gênese da gagueira advir da não ultrapassagem do sentir-se como o corpo despedaçado, denominação dada por Lacan (1995a) e da angústia de castração, percebemos, na primeira situação, o papel preponderante da relação dual mãe/criança. É através da relação com a mãe que se torna possível a unificação do próprio corpo, uma antecipação da imagem do corpo como uma totalidade. A mãe não é apenas objeto de satisfação das necessidades básicas da criança, mas veículo de um campo simbólico, em que o choro do bebê é significado como frio, dor, fome. A linguagem está sempre presente nessa relação (FARIA, 1998).

Lacan (1995b), no Seminário 4, situa a mãe como outro primordial, o grande Outro, e ocupa esse lugar à medida que ela é quem introduz a ordem da linguagem na relação que mantém com a criança. Ela se apresenta como um espelho para a criança, seu primeiro espelho. A criança é capturada por este e ela é aquilo que consegue ver através deste (FARIA, 1998).

O estágio do espelho corresponde ao declínio do desmame por volta dos seis meses de idade: é o sentido primário do interesse que um e outro manifestam em sua imagem especular (LACAN, 1987, 1995a). Esse estágio se constitui como antecipação de uma imagem e divide-se em três momentos: no primeiro, há uma confusão entre si e o outro: o reflexo no espelho se confunde com uma outra pessoa da qual a criança tenta se aproximar. A sua imagem é percebida como a do outro, a do outro como sendo a sua. No segundo momento, a criança percebe que a imagem do outro no espelho é apenas uma imagem, não é real e não mais procura aproximar-se dela. No terceiro momento, a criança reconhece a imagem no espelho como sendo a sua.

Essas situações são possíveis porque a mãe, que, inicialmente, ocupa a posição de espelho, faz a mediação entre a criança e a imagem. Os cuidados que a mãe dispensa à criança assim como o fato de se oferecer como espelho para ela são o que tornará possível a conquista de uma unidade corporal que possibilitará a estruturação de um “eu” (FARIA, 1998, p.45-46).

[...] É que o outro em que o discurso se situa, sempre latente na triangulação que consagra essa distância, não o é a tal ponto que não se exponha até mesmo na relação especular em seu momento mais puro no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que assegura, apela com o olhar para o testemunho

que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória, em que por certo ela já estava (LACAN, 1995a, p. 679).

A mãe ou quem exerce a função materna é fundamental para a transição de corpo despedaçado para totalidade corporal que possibilita à criança sua constituição enquanto sujeito.

Em relação ao complexo de castração engendrando a gagueira, lembramosmo-nos de sua angústia. Faria (1998) afirma que Freud, nas teorias sexuais infantis (1908), afirma que existe uma crença tanto no menino quanto na menina de que só existiria um órgão sexual, o pênis. A essa teoria sexual Freud denomina de primazia do falo². Apenas com a instauração do complexo de castração é que algumas crianças reconhecerão que nem todos os seres possuem o pênis.

Os meninos sentem a possibilidade de perder o órgão já que existem pessoas que não têm. Já para as meninas, não se pode perder o que está ausente. A menina percebe-se desde sempre castrada e atribui esse fato à mãe, que a teria concebido sem a presença desse órgão. A menina, então, abandona a mãe como objeto de amor e dirige-se ao pai para obter dele o objeto valorizado representado pelos bebês. Vale destacar que a mulher sempre ocupará uma posição de demandar o falo, o que se traduz no desejo de ter filhos (FARIA, 1998, p.48).

Prosseguindo na perspectiva psicanalítica e tentando compreender a gagueira, temos uma outra forma de incidir nas marcas linguísticas e corporais desse distúrbio. Temos que “a tentativa de abordar a gagueira como uma máscara implica supor um sujeito que atrás dela vê-se, quase que exclusivamente, através dessa marca sintomática em sua linguagem”. O sujeito sofre os efeitos desse dizer, como se fosse algo estranho a ele mesmo. (TASSINARI, 2001, p.78).

A autora afasta-se de uma perspectiva nosológica e aborda a gagueira como sintoma que, por vicissitudes do inconsciente que constitui o sujeito como ser desejante e falante, identifica seu discurso proeminentemente como uma protrusão de disfluência. Assevera que a clínica psicanalítica não tem por escopo retirar o sintoma, mas oportunizar ao sujeito um maior contato com os determinantes inconscientes de sua história. O sintoma na psicanálise é visto como uma estratégia inconsciente para que o sujeito realize seu desejo sem se contrapor aos princípios da censura situação que provocaria desprazer.

² De acordo com Nazio (2007) falo é o pênis idealizado, símbolo de onipotência e de seu avesso, a vulnerabilidade.

Abordando a corporalidade do sintoma, a subjetividade presente no *setting* fonoaudiológico seria neutralizada, existindo um movimento de sobreposição do sintoma ao sujeito que o produz. É possível combinar procedimentos clínicos como relaxamento, exercícios articulatorios, rítmicos, expansão da capacidade respiratória, entre outros associados à movimentação subjetiva da relação do sujeito com a linguagem, uma escuta para perceber as teias relacionais que se cronificam no sintoma (TASSINARI, 2001).

As autoras Anzieu (1997) e Tassinari (2001) trazem uma grande contribuição à clínica de linguagem, mas apresentam uma outra perspectiva de se abordar a gagueira, ou seja, a psicanálise. Não tendo como objetivo a atuação direta nesta demanda do sujeito, mas maiores contatos do paciente com os sentidos inconscientes de sua história, de seu sintoma, encapsulam a gagueira em algo recalcado, em neuroses, o que se afasta de nossa proposta, pois, além de trabalharmos a corporalidade do distúrbio, enfatizamos o espaço discursivo, as condições de produção do discurso e a subjetividade do sujeito, mas, sob outra perspectiva teórica, na qual nossa escuta também ultrapassa a dimensão sensorial, fisiológica.

Abordando a gagueira com orientação teórica centrada no sujeito, Friedman (2014) tem como um dos pilares de sua teoria a psicologia social e acredita ser possível a gagueira surgir no momento em que a estrutura linguística da criança se assenta em autocorrekções, reformulações. Considera a psicanálise, mas não a coloca como sustentação epistemológica e proposta de intervenção clínica. Oliveira; Friedman (2006) situam a gagueira como acontecimento de linguagem e consideram que a sustentação da clínica deve integrar sujeito, linguagem, intersubjetividade e o social, não subtraindo nenhum desses aspectos para que então se possa compreender tal distúrbio. Não tendo como filiação teórica a AD Friedman e Damasceno (2012); Friedman (2014) concordam com os estudos de Azevedo (2000, 2006); Azevedo e Freire (2001) que a origem da gagueira se encontra no espaço discursivo a partir da não aceitação da disfluência como linguagem.

De acordo com Friedman (1994, 2001, 2015); Azevedo (2000, 2006) e Scarpa (2002), a disfluência é um aspecto da fluência. Não existe fluência absoluta, linear. O sujeito histórico fluente é uma abstração. Eventuais imprecisões ou falhas articulatorias são parte natural da produção da fala e dependem das características pessoais e das circunstâncias que permeiam o momento da fala. Quanto mais jovem o sujeito, mais incipiente é o seu uso das regras da linguagem, do domínio motor da fala, que serão paulatinamente incorporados. Dependendo da idade, existirá maior possibilidade de desorganização da atividade articulatória,

o que contribui para emergência de repetições, bloqueios, prolongamentos, impossibilidade de falar, conforme a ativação emocional presente (FRIEDMAN, 1994).

Sob a perspectiva que conduziremos esta dissertação, a gagueira fisiológica será denominada gagueira natural e é compreendida como distúrbio linguístico-discursivo no qual ocorrem repetições de sons, sílabas, palavras ou frases, prolongamentos e/ou bloqueios.

De acordo com Azevedo (2000, 2006), há uma relação direta entre o sujeito que fala, a presença do interlocutor e a ocorrência da gagueira. Se não há ouvinte ou não é identificado como alguém que julga, não há gagueira. Isso acontece porque o sujeito coloca o outro na função de ser seu intérprete enquanto sujeito gago e não intérprete do discurso. Há uma certeza *a priori* do erro e para que não adquira visibilidade na interpretação do ouvinte, o sujeito gago utiliza estratégias discursivas ou não discursivas que acabam por mostrá-lo mais gago. O sujeito, insatisfeito com sua dificuldade, costuma atribuir à sua gagueira uma dificuldade materializada em um objeto, como o telefone, por exemplo, ou um significante como palavras, sons, ou um determinado ouvinte ou mesmo ele próprio como incapaz de fluir. Ignorando que a disfluência faz parte da fluência e que a linguagem é constituída pela falta, por equívocos, qualquer tropeço que aconteça em sua fala considera que compromete todo o seu discurso.

A tensão natural existente entre língua e fala para o sujeito gago torna-se uma desarmonia que não só engendra a gagueira, mas também a reação negativa, o efeito de estranhamento do outro que, recusando sentido à disfluência, atribui-lhe o sentido patológico. Dessa forma, a interpretação do ouvinte perde o caráter de provisoriedade no aprisionamento de sentidos configurando-se como um vaticínio. (AZEVEDO 2000); AZEVEDO; FREIRE (2001).

No processo de aquisição e expansão da linguagem, a criança, frente à escolha de significantes em sua cadeia linguística, não encontra condições de seleção/substituição no eixo metafórico e, enquanto realiza esse processamento, desliza no eixo metonímico, repetindo sílabas, palavras, prolongando fonemas (AZEVEDO; FREIRE, 2001); (AZEVEDO, 2006).

De acordo com Friedman (1988, 1994, 2004), na família, espaço onde ocorre o primeiro processo de socialização, a não aceitação da forma de falar da criança por pessoas que lhe são significativas se manifesta em comunicações verbais como “fale direito,” engendrando uma situação de dupla vinculação, uma interação paradoxal, gerando comportamentos paradoxais. Nessa situação, nem poderá deixar de falar, pois se vive num mundo de interação verbal e os outros pressupõem a continuidade da conversação, nem poderá falar de forma dife-

rente da que lhe é natural. A linguagem se desenvolverá dentro de um padrão de interação em que a fala é ao mesmo tempo negada e exigida. Isso desencadeará uma ruptura no desenvolvimento da fala. Emoções negativas e expectativas se associarão às situações comunicativas determinando um padrão de fala com uma nova qualidade e inaugura-se na mente da criança a possibilidade de planejar o espontâneo, a fala.

Nesse sentido, confluindo com os estudos de Azevedo (2000, 2006); Azevedo e Freire (2001); Friedman (2014), percebemos a possibilidade da interpretação da gagueira não estar nem no sujeito, nem no interlocutor, mas no espaço discursivo em uma relação direta com as condições de produção do discurso. As autoras consideram que a não aceitação do padrão de fala da criança faz com que o sujeito assemelhado ao outro se depare com a diferença e seja deslocada para posição de gago. O efeito de interpretação pelo outro de sua disfluência faz com que a criança saia do eixo do sentido e privilegie o eixo da língua, ficando sua fala à deriva.

Compartilhamos, ainda, com as autoras citadas, que a gagueira depende da situação discursiva, que a recusa do outro em dar sentido ao disfluir não mostra ao falante o lugar de seu erro, como se ele estivesse em toda sua fala e assim ele perde a possibilidade de se corrigir. É importante enfatizar que o sujeito gago, na impossibilidade de superar o erro no funcionamento de sua fala, desloca-se para a materialidade do corpo ou da língua. É como se toda sua fala estivesse capturada pela disfluência, o que o conduz ao silenciamento e/ou a sua transformação em tensão para falar, batendo pés, mãos, substituindo palavras, valorizando a forma e não o sentido do discurso. “A gagueira é um padrão de funcionamento discursivo que se constitui no processo de formação do sujeito sustentado, do ponto de vista intersubjetivo, por uma imagem estigmatizada de falante; e, do ponto de vista subjetivo, por sofrimento na produção da fala” (FRIEDMAN; PASSOS, 2007, p.150).

De acordo com Friedman (2014, 2015), a fluência é disfluente e a interpretação da disfluência como gagueira está no cerne da sedimentação da forma gaguejante de falar e sustenta um funcionamento subjetivo discursivo desviante, em relação à tensão natural que deveria existir entre língua e fala.

A criança, por se sentir culpada em decepcionar o outro, já que ele não reconhece o trecho disfluente como linguagem; não conferindo um sentido que possibilite a continuidade da comunicação, esforça-se para falar do modo esperado. Dessa forma, antecipa os possíveis lugares em que a gagueira emergirá, o que prejudica a espontaneidade de sua fala. A disfluência relaciona-se aos momentos de organização do discurso na subjetividade da criança. Con-

cordamos com Friedman (2014) que a gagueira não pode ser considerada apenas em seu aspecto orgânico numa relação linear de causa e efeito, apartada do sujeito e da subjetividade, pois é afetada pelas relações que o sujeito estabelece com o outro, com a língua numa determinada cultura. A autora fala da importância da interação de pelo menos três fatores: o orgânico, o psíquico e o social e de considerar a dialética entre sujeito (organismo e subjetividade) e sociedade/cultura, pois, através desse relacionamento, tudo se transforma, o que possibilita perceber a fluência como um acontecimento complexo, porque não pode ser explicado dentro de limites fixos, previsíveis.

A autora propõe integrar o diálogo e a sensibilidade corporal na terapia visto que permitirão ao indivíduo ter uma maior criticidade ao que vivencia em sua fala em relação ao pensar, sentir e agir. É importante aceitar a gagueira como momento da fala e da emoção e parar de tentar o espontâneo. Tentativas de padronizar, mensurar o normal e anormal a partir do cálculo de médias relativas às frequências de sílabas e palavras gaguejadas por minuto de fala cria um ideal desumanizado de fala enclausurando suas possibilidades. As pesquisas de inspiração positivista ou vocação biologizante têm descortinado um mito de fluência no qual se apresenta uma imagem de falante que nunca ou muito esporadicamente apresenta uma repetição ou hesitação, que permite considerar-se natural um fluir ideal que lhe confere o valor de normal. Trata-se da ideologia do bem-falar também propagada no senso comum que idealiza a forma de falar ignorando as peculiaridades do processo de construção e desenvolvimento da linguagem, da fala (FRIEDMAN, 2001).

Percebemos a importância das relações sociais para construção das representações de si e de tudo que nos cerca. Friedman e Damasceno (2012); Friedman (2014, 2015) compartilham, em certos aspectos, com nossa proposta, já que acreditam existir uma ideologia do bem falar no imaginário social e que não existe fluência absoluta, pois a disfluência é constituinte da fluência. Azevedo (2000; 2006; 2013) alça os estudos de De Lemos para melhor entender a disfluência e a Análise do Discurso de linha francesa para perceber como a fala é afetada pelas relações entre o sujeito, o outro e a língua, situando nossa vertente epistemológica de trabalho como centrada no sujeito, da mesma forma que fez Friedman, em trabalhos posteriores (2014, 2015).

Acreditamos que a linguagem e o outro estão presentes em nossa vida desde a concepção. Conforme Ferrioli (2002), desde a gravidez, a criança é falada, representada, interpretada e isso permanecerá ao longo de sua vida. A forma como é representada dará as primeiras noções dos lugares discursivos que ela poderá ocupar. O ser só se reconhece a partir do outro,

a essência do ser está no encontro com o outro. Essa afirmação lembra o que nos diz Elia (2009), o Outro³ não se refere apenas a um adulto próximo, mas à ordem que esse adulto encarna, não é apenas a pessoa física, mas toda ordem simbólica que se introduz ao cuidar do bebê. Antes do encontro com o outro, o sujeito é inconstituído e só a partir do encontro que o sujeito e o outro passam a existir.

É na relação com o outro que a disfluência emerge e se mantém. A forma como é falada, representada corresponde à maneira como o sujeito irá constituir-se como falante. Se ele se reconhece na posição de gago, foi porque aí se constituiu e é a partir desta posição que ele irá falar. A família tem relevante papel para o terapeuta compreender quais formações ideológicas constitui o sujeito, como o interdiscurso atravessa o seu discurso referente à ideologia do falar-se (FERRIOLI, 2002).

A fluência não se processa somente no cérebro ou na tensão muscular, mas, antes disso, no âmbito discursivo. Quando chega ao estágio do espelho, em que reconhece nele sua própria imagem, passa a se reconhecer como alguém separado do outro e, então, começa a construir sua individualidade. A criança e o outro interagirão a partir de trocas discursivas (FERRIOLI, 2005).

A criança, ao ser colocada no lugar de gaguejante, deixará de se posicionar em outro lugar. Dessa forma se estabelece uma interdição. Ao gaguejar, o sujeito repete e, através da repetição, retroage a algo que ficou interdito e isso está associado à forma que se relacionou com o Outro desde a infância. A maneira como o outro nos escuta, olha, critica, tem uma íntima relação com a imagem que construímos sobre nós mesmos (FERRIOLI, 2005). A autora aproxima-se de nossa proposta ao considerar o âmbito discursivo, para abordagem da gagueira, o inconsciente e a Análise do Discurso de linha francesa.

Carneiro (2006) compartilha com nossos estudos ao apontar a gagueira sob um olhar linguístico. Para encetar uma compreensão sobre sua perspectiva, perpassaremos os estudos de De Lemos (2002), que fala em uma linguística tocada pela psicanálise. Afirma que a fala

³ De acordo com Lacan (1998, p. 193-194), no seminário 11 “o Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder, presentificar-se do sujeito”. “[...], o sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significante, o significante unário, surge no campo do Outro, e no que ele representa o sujeito para o outro significante, o qual outro significante tem por efeito a afânise do sujeito” (o Outro também. “[...] o sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significante, o significante unário, surge no campo do outro, e no que ele representa o sujeito para o outro significante, o qual outro significante tem por efeito a afânise do sujeito” O Outro também é o da linguagem, se refere ao outro primordial, quem exerce a função materna (LANCAN 1998, p. 207, Grifo nosso). Conforme Lacan (1998), só há surgimento do sujeito ao nível do sentido por sua afânise (desaparecimento) no Outro lugar que é do inconsciente. De acordo com Lacan (1985) em seu seminário 2, p. 307, o outro se refere ao eu, ao semelhante, estes todos imaginários.

da criança é determinada pela fala do outro e “[...] o que acontece na fala da criança revela muito mais sobre a subjetivação do que sobre a língua [...]” (De Lemos, 2002, p. 64). Existe uma mudança de posição no processo de aquisição da linguagem em relação à fala do outro, à língua e à própria fala. Na primeira posição, há uma dominância da fala do outro na criança, uma dependência na fala/interpretação do outro, a fala da criança se ancora na fala do adulto, há uma alienação na fala do outro; na segunda posição, há uma dominância do funcionamento da língua, há um predomínio do erro, o processo metafórico se estende para além do “erro”. Na terceira posição, há uma maior homogeneidade na fala da criança, uma aparente coincidência de sua fala com a fala do adulto. Nesse momento, emergem fenômenos como correções, reformulações, pausas e há uma escuta da criança para sua própria fala. Enquanto sujeito falante, fragmenta-se entre aquele que fala e aquele que escuta sua fala, sendo capaz de reformulá-la, retomá-la, percebendo a diferença entre sua fala e a fala do outro (DE LEMOS, 2002).

De acordo com Azevedo (2000) e Carneiro (2006), a gagueira deve ser analisada à luz da terceira posição, citada por De Lemos (2002), quando a criança escuta sua própria fala. Falar significa combinar partes constituintes selecionadas, partindo do que a língua oferece como possibilidade. Supõe-se que

[...] esteja acontecendo com o gago é uma questão de seletividade, no nível dos fonemas ou no nível das palavras. A seleção parece estar afetada, não por uma dificuldade de acesso, como seria o caso nas afasias, mas porque o gago está “cristalizado”, ou aprisionado na escuta da própria fala (CARNEIRO, 2006, p. 451).

Essa dificuldade de seleção evidencia o movimento articulatório ou corporal da fala do gago. Aprisionado em uma posição, há um deslocamento do sentido para o corpo, o sentido fica em suspenso. Isso gera tensão no sujeito gago e no ouvinte, sendo que este não deve deixar essa tensão se dar a ver. O ouvinte deve assumir a postura de interlocutor, é o que acontece na clínica com o terapeuta. O sentido então volta e o diálogo continua (CARNEIRO, 2006).

Falar implica efetuar duas operações simultâneas: de um lado, selecionar no léxico, uma certa quantidade de unidades linguísticas; por outro lado, combinar as unidades linguísticas escolhidas. O corte da linguagem segue duas direções: a seleção e a combinação. A primeira implica substituição dos termos entre si. A articulação requer uma certa combinação das unidades linguísticas, a começar por uma determinada ordem nas unidades de significação (DOR, 1992). Na sua totalidade, a linguagem é dividida em dois eixos, o plano da seleção (eixo paradigmático) e o plano da combinação (eixo sintagmático), onde Saussure estabeleceu

que o primeiro apareceria *in absentia* como membros de uma série mnemônica virtual, sua sede está no cérebro; e o segundo apareceria *in praesentia*, apoiam-se na extensão em que se baseia em dois ou vários termos presentes inseridos numa série efetiva (SAUSSURE, 2006).

O ficar cristalizado na escuta da própria fala ou terceira posição aprisiona o falante no eixo paradigmático ou eixo da simultaneidade. Há uma sobreposição do eixo paradigmático em relação ao sintagmático e, assim, perde-se o sentido (CARNEIRO, 2006)

O adulto interpreta a fala da criança a partir da tensão entre a díade reconhecimento/estranhamento. Reconhecimento de uma língua familiar, e estranhamento pelo deslocamento dessa língua na fala da criança. O sujeito ficará cristalizado nessa tensão (CARNEIRO, 2006). Nesse caso, não existirá de fato um interlocutor, mas alguém que estará julgando a fala do outro, de forma velada ou não.

1.2 Ótica Linguístico-Discursiva no Cenário Fonoaudiológico

Uso a palavra para compor meus silêncios. Não gosto das palavras fatigadas de informar. (Manoel de Barros)

É relevante destacarmos a importância do enunciado para a Análise do Discurso de linha francesa (AD), uma vez que esse aponta para uma posição sujeito e, ao revelar essa posição, mostra-o em relação ao poder. O discurso é marcado, em sua constituição, por uma historicidade. Essa possibilita/suscita o re (aparecimento) do enunciado que se coloca em funcionamento, acionado por uma memória discursiva, e passa a ser discursivizado diferentemente, em distintas épocas (FERNANDES, 2007).

Conforme Foucault (2014, p. 121), “não há enunciado que não suponha outros [...]”. O enunciado não é frase, proposição, mas discurso. Inexiste enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros enunciados. Não é oculto, mas também não é visível. Não se oferece à percepção, manifestando limites e caracteres. É preciso uma certa conversão do olhar e da atitude para que seja possível reconhecê-lo e considerá-lo (FOUCAULT, 2014, p.135).

Relacionando a gagueira, por algumas vertentes teóricas, como patologia, sem prognóstico de cura, esse enunciado hoje se discursiviza de forma diferente, pois o conceito de fluência está sendo ressignificado como em nossa proposta de trabalho, distanciando-nos de uma perspectiva biologizante de sujeito. A imagem atua como um operador de memória soci-

al em nossa cultura (COURTINE, 2008). Felizmente a imagem do sujeito gago significado como engraçado, doente, menos capaz, há algum tempo vem sendo desconstruída.

Falando sobre figura identitária, Grigolletto e De Nardi (2013) afirmam que embora essa não seja mais vivida, pertence a uma construção identitária, nascendo do seu desaparecimento, pois estava em um tempo-espço que se transmutou e se referem à figura do cangaceiro e compadrito, pessoas que se identificam e/ou são identificadas com essas figuras. Aventuramo-nos a fazer uma analogia à noção de figura em alguns aspectos com o sujeito gago.

A memória interfere no processo de produção de sentidos, promovendo a cristalização ou deslocamento de determinados lugares sociais, cristalização no tempo de uma imagem colada à representação de um lugar social, que pode sofrer deslocamento ao ser discursivizada em diferentes épocas. É pela prática discursiva que se estabelece um determinado lugar social e a figura representa um lugar. Ao se inscrever em certo discurso, o sujeito leva traços do lugar que ocupa socialmente e sua identidade é marcada pela historicidade, pelo lugar social que ocupa sendo afetado por diferentes relações de poder (GRIGOLLETO; DE NARDI, 2013).

O sujeito gago constrói sua identidade de gago pelas práticas discursivas que mantém com o outro, que também o faz ocupar um lugar social ou ter dele uma representação como menos competente, menos capaz, impossibilitado de realizar determinadas atividades, figura estranha, que provoca risos, o “bobo da corte” e assim foi por muito tempo veiculado pela mídia. Como a memória intervém no processo de produção de sentidos, irrompe em seu discurso algo vindo de outro lugar, o pré-construído, o interdiscurso social que o cristaliza à posição de sujeito gago. Mas a memória também permite deslocamentos de determinados lugares sociais. Para isso o sujeito precisa desconstruir essa imagem estigmatizada de falante que construiu ao longo de sua história e de práticas discursivas em que vivenciou sofregamente a posição de sujeito gago.

O sujeito, enquanto fonte e origem do dizer (esquecimento nº 1), produz a cristalização de um sentido, um lugar social, uma identidade (GRIGOLLETO; DE NARDI, 2013). O sujeito gago visto como centrado, estável, portador de uma única identidade ocupa diferentes funções-sujeito conforme se posiciona frente ao interlocutor. É importante ressaltar que não é só a família que produz um discurso autoritário, solicitando da fala da criança algo que escapa a sua capacidade de realização, mas a própria escola é a instituição representante da formação, correção, com valor ideológico de censura com a presença do professor censurador (AZEVEDO, 2000, 2006, 2013). “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”

(FOUCAULT, 2013, p.41). Não só a família, mas a própria escola, os docentes precisam de orientação em como lidar com a gagueira.

O foco da terapia em nossa proposta é a análise de situações discursivas vivenciadas presentes, passadas e identificação das condições de produção geradoras de fluência, gagueira. A previsão *a priori* do erro é discutida, pois obsta a espontaneidade do funcionamento discursivo. Trabalhamos no sentido de refletir sobre o planejamento da fala, a previsão *a priori* do erro agem como motor que move a gagueira. Através de uma escuta interpretativa e da devolutiva do terapeuta sob a forma de estranhamento e/ou questionamento busca-se do sujeito uma reflexão sobre seu agir, pensar, sentir. Procura-se estabelecer um novo sentido para as marcas corporais e para o sintoma na língua através do trabalho discursivo (AZEVEDO, 2000, 2006, 2013).

Ousamos pensar a gagueira de um lugar diferente e distanciado de mensurações, quantificações. Construimos uma diretriz que também nos permite depreender validade pelas experiências vivenciadas no Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira Infantil (GEAGI), o que a gagueira não é.

Percebemos com estudos de Azevedo (2000, 2006, 2001, 2013), Cavalcanti (2011), Petrusk (2013), Friedman (1994, 2001, 2014, 2015), que não existe nenhum falante com uma fluência total, ideal, linear, que a gagueira é um momento da fala e não a fala toda. O sujeito que gagueja, preso que está a sua forma de falar, direciona sua atenção mais a seus momentos de disfluência do que de fluência. O sujeito que gagueja é fluente, apresentando momentos de gagueira e não o inverso. O estranhamento do outro é que interpreta a fala gaguejada como distúrbio (PETRUSK, 2013). Vale destacar que, neste trabalho, abordamos tanto a gagueira fisiológica como a gagueira em seu estágio inicial, quando já é reconhecida pela família e pela criança.

Em sua dissertação de mestrado, Damasceno (2012) afirma que existem diferentes padrões de fala que oscilam entre os polos *fluir* e *disfluir* dependendo das situações comunicativas que, em nossa teoria chamamos de condições de produção. Em sua pesquisa, constatou pela fala dos sujeitos que a gagueira é um atributo que desqualifica, frente aos outros, pois é sinônimo de anormalidade, escárnio. Convergindo com nossos estudos, Damasceno e Friedman (2012) percebem que há uma tendência do senso comum a ver a disfluência constituinte da linguagem como gagueira, estando essa fortemente atrelada à presença do outro.

Precisamos ter respeito ao tempo da criança, aos seus processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem. A criança é uma pessoa que toma distância cognitiva dos eventos para apreciá-los e posteriormente representá-los do seu jeito na linguagem (LIER-DEVITTO, 1995).

De acordo com Scarpa (1995), o sujeito histórico fluente é uma abstração, já que a linguagem é faltosa, incompleta. Os discursos atravessam outros discursos e quem faz a fluência é o outro. A fluência e a disfluência sinalizam diferentes relações do sujeito com a língua. Prosodicamente, a disfluência não acontece nos trechos nucleares, mas nos periféricos, fronteirços (SCARPA, 1995, p. 179). A criança, na fase da gagueira fisiológica, supera a disfluência rítmica dando lugar a um adulto fluente cuja disfluência é secundária (SCARPA, 1995, p. 173). É mais comum a disfluência acontecer em situações em que há uma maior complexidade sintático-semântica, início de tópicos conversacionais, conversão do discurso direto em indireto, quando se tenta responder com expressões não cristalizadas (SCARPA, 1995, p. 170).

De Lemos (2002) considera os processos metafóricos e metonímicos como constituintes da linguagem e convoca a psicanálise para melhor compreender os processos de aquisição da linguagem. A partir da teoria Interacionista em Aquisição de Linguagem, que mostra estar a criança na terceira posição em um momento de autocorreções, Azevedo (2000, 2006) inclui a gagueira natural como possibilidade de estar localizada aí, também como efeito do eixo metafórico (vertical, em ausência, em que a criança tem várias possibilidades de não ditos a selecionar). Com o aporte teórico da AD, a autora ainda afirma que os discursos autoritários da família e escola, como *fale devagar, respire fundo*, entre outros, não mostram o erro à criança, mas o situam nela toda, levando o infante a identificar algo estranho na sua fala e, a partir daí, querer evitar falar, usar estratégias como bate os pés, as mãos, substitui palavras por outras que considera mais fáceis, que o fazem gaguejar ou silenciar. A partir desse momento, depara-se com a diferença, o não assemelhamento. Para o gago, o ouvinte (não todos) é quem o coloca nesta posição, ficando o sujeito submetido ao eixo da língua à medida que não se acha capaz de produzir determinados significantes. Aí está a causa da gagueira nesta perspectiva, com a qual nos identificamos neste trabalho.

Diante de percursos teóricos heterogêneos analisados, estudos e experiência no GEAGI nos encaminharam na direção das pesquisas de Azevedo (2000, 2006; 2013); Cavalcanti (2011); Petrusk (2013) ou seja, que a gagueira não está naquele que fala, nem no interlocutor, mas relaciona-se ao espaço intervalar, o espaço discursivo, às condições de produção,

em uma relação direta com a exterioridade. Tais questões nos movimentaram a perceber o quanto a família, unidade básica, porta de entrada na vida social pode ser fundamental para a criança que gagueja reencontrar, perceber sua fluência.

Encontramos (ou fomos encontrados?) na AD o aparato teórico e metodológico que melhor respondeu a nossas inquietações em muitas questões que, em outras teorias se mantinham lacunares. Não pretendemos abordar os lugares teóricos da AD em sua totalidade, mas trataremos conceitos que melhor atendam ao nosso objeto de estudo.

Apoiamo-nos em Orlandi (2011) em relação ao espaço em que se encontra a gagueira. A autora assevera: “[...] a linguagem tem como condição a incompletude, e seu espaço é intervalar. Intervalar nas duas dimensões: a dos interlocutores e a da sequência de segmentos. O sentido é intervalar. Não está em um interlocutor, não está no outro: está no espaço discursivo (intervalo) criado constituído pelos/nos dois interlocutores [...]” (ORLANDI, 2011, p.160).

É interessante destacar que a AD surge num momento de efervescência política no Brasil, na França, onde o Estruturalismo era a ciência régia, quando Pêcheux percebeu na tríade Saussure, Marx, Freud o delineamento de uma nova base teórica politicamente heterogênea que encaminhava para uma construção crítica, abalando evidências literárias e “certezas” científicas do funcionalismo positivista (PÊCHEUX, 2008). Mesmo que a ação de Pêcheux tenha sido particularmente fecunda, a AD foi fundada por um coletivo intelectual inquieto com as questões da ciência e de sua história, da ideologia, do sujeito (MAZIÈRE, 2007).

A dupla fundação da AD, no final da década de 60, pelo linguista Jean Dubois e pelo filósofo Michel Pêcheux os distancia por preocupações e posições distintas em relação à teoria, apesar de compartilharem um mesmo espaço: a política e o marxismo. Dubois acredita que a AD deve ser pensada dentro de um *continuum*. A passagem do estudo das palavras ao estudo do enunciado (Análise do Discurso) é uma extensão, um progresso possibilitado pela linguística. Para Pêcheux, a AD representa uma ruptura epistemológica com a ideologia dominante nas ciências humanas. A relação da linguística com um exterior se processa diferente para os dois autores. Dubois relaciona dois modelos: o linguístico e um outro, sociológico (ou histórico), psicológico (ou psicanalítico). Em Pêcheux desde AAD69, o objetivo teórico da AD articula o aspecto do discurso àquelas do sujeito e da ideologia e a AD só pode se conceber em relação a uma teoria (do discurso). Dubois parece oscilar entre uma posição estruturalista estrita e uma posição integracionista. Pêcheux desenvolve um pensamento crítico sobre a linguística e suas extensões (MALDIDIER, 1997).

Pêcheux e seu grupo de pesquisadores pensam a língua como constitutivamente fal-tosa, o que permite o equívoco (e não ambiguidade) e, portanto, garante a única possibilidade de fazer “sentido”, a única que importa, a que age no discurso comum, fora das normas de gênero, aquela que não faz do teórico ou do poético um momento “extraordinário” (MAZIÈRE, 2007). Interessa-nos a AD proposta por Pêcheux, seu principal precursor, que ultrapassa a linguística, já que essa exclui de seu campo a questão dos sentidos, expressão das significações contidas nos textos, de acordo com Pêcheux (2012). A AD ultrapassa o sentido literal e contempla o extralinguístico, percebe a mudança dos efeitos de sentido de palavras, proposições, segundo as posições sustentadas pelos sujeitos que as empregam (PÊCHEUX, 2009).

Ao traçar a especificidade de uma disciplina de interpretação, Pêcheux (2011) explicita interfaces e diferenças que a AD estabelece com outras áreas do conhecimento. Ela partilha com a lexicometria a prática de construção do corpus e o uso eventual de algoritmos informatizados; com a semiologia e semiótica tem o cuidado de apreender e descrever as condições de existência do sentido; com a perspectiva arqueológica foucaultiana considera as condições históricas de existência dos discursos e sua heterogeneidade. A AD supõe a língua não como puro sistema, mas como um real específico, que constitui o sítio contraditório de desdobramento das discursividades.

A AD fundada no final da década de 60 por Michel Pêcheux tinha como quadro epistemológico geral, de acordo com Pêchêux e Fuchs (1997), a articulação de três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendida, nesse aspecto, a teoria das ideologias; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Essas três regiões são, de certa forma, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Orlandi (2013), em uma de suas obras modifica essa concepção, afasta a teoria do discurso, expande a noção de linguística e insere a psicanálise como filiação teórica. Vale ressaltar que o próprio Pêcheux fez reelaborações em sua trajetória de tessitura da AD, afastando-se da teoria da ideologia e aproximando-se do sujeito do desejo da psicanálise (VILAR DE MELO, 2005, 2006). As regiões, a partir de então, seriam o materialismo histórico, inalterando a concepção anterior; a linguística constituída pela não transparência da linguagem e com seu objeto próprio, a língua, e esta com uma ordem própria; e a psicanálise com a interpelação do indivíduo em sujeito, constituindo-se na relação com o simbólico. Depreende o sujeito discursivo como constituído pelo inconsciente e pela ideologia.

A AD questiona a interpretação trabalhando seus limites, procurando compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos. Não é herdeira das três regiões do conhecimento, mas as questiona pelo que elas deixam escapar. Interroga a linguística pela historicidade pela qual não se interessa; o materialismo, pelo simbólico que deixa de lado; e a psicanálise como trabalha a ideologia relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2013).

A AD deve ser estudada não só em relação ao aspecto gramatical, requerendo dos usuários um saber linguístico, mas também em relação aos aspectos sociais e ideológicos, pois o estudo da língua sempre se atrela ao aspecto social e histórico. O discurso é como um jogo estratégico em que se presentificam ação e reação, dominação ou aliança, submissão ou resistência, o discurso é o espaço em que se travam polêmicas (BRANDÃO, 2009).

A AD se origina da linguística, mas dela se afasta por se filiar a outras regiões do conhecimento e constitui um novo objeto de estudo, que é o discurso. Esta teoria surge da necessidade de ultrapassar o quadro teórico de uma linguística frasal, imanente, que não conseguia dar conta do texto em sua complexidade. Com o advento da AD, o discurso passa a ser percebido não só como produção linguística, mas produção social, do imaginário (LUCENA, 2004). A AD toma o discurso não só como estrutura, mas principalmente acontecimento, como efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2008). Na AD, o sujeito não é senhor pleno de suas palavras, “capaz de geometrizar o seu dizer em equações puras, lógicas e controláveis (ROMÃO, 2011, p.148). O dizer está sempre à deriva e os sentidos estão sempre abertos.

De acordo com Orlandi (2013), o funcionamento da linguagem se ancora na tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. Os processos parafrásticos se referem a algo que em todo dizer se mantêm, as diferentes formulações do mesmo, a estabilização. Na polissemia, há o equívoco, o deslocamento, a ruptura de processos de significação. É nesta tensão entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente que os sujeitos e os sentidos se movimentam, se significam. Estes processos são bem relevantes para o olhar linguístico-discursivo.

A fala e a escuta do sujeito são determinadas por um fundo duplo, o discurso inconsciente (PÊCHEUX, 2008). O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, o que produz o apagamento necessário ao sujeito de ter um interior não determinado pelo exterior, origem do que diz, causa de si. A ideologia cria a ilusão do sujeito totalmente consciente, autor de seus atos, fornecendo a cada um sua “realidade”, enquanto sistema de evidências, significações percebidas, aceitas, experimentadas. A ideologia e o inconsciente constituem o sujeito

dissimulando sua existência no interior de seu próprio funcionamento produzindo um efeito de evidência subjetiva (PÊCHEUX, 2009).

Outro aspecto relevante da AD são os dois esquecimentos constituintes do sujeito. O esquecimento número 1 consiste no sujeito considerar-se origem do dizer como se pudesse estar fora da FD que o domina. Este processo é de natureza inconsciente e o esquecimento é do tipo ideológico. Já o esquecimento número 2 é enunciativo, ou seja, existe uma ocultação parcial e se caracteriza por um funcionamento pré-consciente/consciente, ou seja, no interior da FD que o domina escolhe um enunciado e não outro, no entanto, está no campo do que poderia reformular (PÊCHEUX, 2009). Esse efeito de ocultação parcial do esquecimento número dois produz a impressão de realidade de pensamento para o sujeito, de sentido único no que diz, “eu sei o que eu digo”, “eu sei do que eu falo” (PÊCHEUX, 1997, p.176). Isso também deriva de um efeito ideológico, pois é a ideologia que faz com que haja sujeitos e, assim, inaugura-se a discursividade. Como não há relação direta entre linguagem/mundo/pensamento, a ideologia atua como mediadora com sua forma de funcionamento imaginário. Ela emerge como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que se tenha sentido (ORLANDI, 2013).

De acordo com Pêcheux (2009), as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas e não há sujeito que não as tenha. É ela que possibilita evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um patrão, um operário, que faz com que uma palavra ou enunciado queiram dizer o que efetivamente dizem. O fato de não existir sentido sem interpretação, corrobora a presença da ideologia, que é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que, dessa forma, produza-se o dizer. A linguagem, o discurso, o sentido, os sujeitos são incompletos. Constituem-se no movimento, na falta e esta falta também é o lugar do possível (ORLANDI, 2013).

Segundo Pêcheux (2008), o sujeito é afetado pelo real da língua e real da história, ambos não transparentes, um real estranho à univocidade lógica. Se o sujeito não fosse afetado pelo real da língua que a faz falhar, e o real da história suscetível de rupturas, não existiria transformação, nem movimento dos sentidos e dos sujeitos.

Um dos três conceitos básicos da AD relevantes neste trabalho são as condições de produção. Nelas estão envolvidos os sujeitos e a situação. As condições de produção em sentido estrito se referem às circunstâncias de enunciação, o contexto imediato. Já em sentido amplo, envolvem o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2013). As condições de produção funcionam com a confluência de certos fatores. Um deles é a relação de sentido.

Para este não existe discurso que não se relacione a outros. Todo discurso faz parte de um processo discursivo mais amplo. A antecipação regula a argumentação e consiste na capacidade do sujeito experimentar o lugar do ouvinte a partir do próprio lugar. A relação de forças consiste em dizer que o lugar do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Por exemplo, se o sujeito fala do lugar de professor sua fala vale mais do que a do aluno. Nossa sociedade é hierarquizada, constituída por relações de força que se sustentam no poder que certos lugares conferem e que se dão a ver nas relações comunicativas (ORLANDI, 2013, p.39-40).

Outro conceito basilar em AD é o das formações discursivas (FD), que Pêcheux (1997) tomou de empréstimo de Foucault (2014), fazendo suas reelaborações.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva[...] (FOUCAULT, [1997] 2014, p.47).

A concepção de FD como estrutura fechada é rompida, já que é constitutivamente invadida por outras FD. Essa agora se define como aquilo que, a partir de uma dada formação ideológica (FI), a partir de uma dada posição e conjuntura, determinada pelo estado e luta de classes, estabelece o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto entre outros) (PÊCHEUX, 2009). O autor traz a exterioridade como constitutiva do discurso, rompendo com a concepção de linguagem como instrumento de comunicação que estava em vigor na linguística estruturalista, e aciona alguns conceitos da psicanálise para refletir sobre a teoria do discurso, ligada à noção de sujeito em que estão inscritos os domínios da ideologia e do inconsciente estes constitutivos do sujeito e do discursivo (DARÓZ et al, 2007).

Conforme Romão (2011), é nas marcas linguísticas que o sujeito tatua as pistas da FD à qual está filiado. As FD correspondem a regionalizações do interdiscurso. Este, por sua vez, é aquilo que fala antes, em outro lugar ou o que se chama memória discursiva. São formulações feitas e esquecidas, que passam para o anonimato, para que possam ser retomadas em nossas palavras e fazer sentido. Para que as palavras façam sentido é preciso que elas já tenham um sentido (ORLANDI, 2013).

Depreendemos que os sentidos não estão nas palavras, eles derivam das FD em que se inscrevem que, por sua vez, representam no discurso as FI (ORLANDI, 2013). As FI não

são nem individuais, nem universais e se relacionam às posições de classe em conflito umas com as outras (FERREIRA, 2001).

Trabalhamos na perspectiva linguístico-discursiva no GEAGI que envolve compreender as formações discursivo-ideológicas presentes nos participantes da pesquisa. Utilizamos a propriocepção fonêmica (Friedman, 1994) para que os sujeitos aprendam a ter confiança em sua capacidade fonoarticulatória e o discurso na perspectiva de se falar livremente, sem correções, percebendo a disfluência como um momento constituinte da fluência (Friedman, 2015). Através do grupo, identificam-se individualmente/coletivamente condições de produção geradoras de fluência e gagueira, nas quais a terapeuta, pesquisadora principal do trabalho, apresenta-se como um espelho, mostrando como as tensões e a previsão do gaguejar produzem uma fala difícil, com esforço. Falar livremente, sem receio, medo, proposta na terapia consiste em percebê-la como algo automático e por isso não precisa prevê-la, planejá-la. Em paralelo ao grupo de crianças, há também o dos pais, no qual lhes é oferecida também uma escuta e é um espaço onde expõem suas angústias, medos, dúvidas, como concebem a disfluência, como lidam com a fala gaguejada. É neste espaço que se concentra nosso trabalho.

O trabalho em grupo é imprescindível, pois atua como mobilizador das dinâmicas inter e intrassubjetivas, o que é relevante para superação dos problemas na fala, linguagem. Potencializa as interações, possibilitando o deslocamento do sujeito de posições fixas que comprometem as atividades dialógicas. Evidencia as manifestações sintomáticas dos pacientes e concomitantemente norteia a escuta e intervenções terapêuticas (FRIEDMAN; PASSOS, 2007).

Cada sujeito oferece ao grupo sua realidade, sua história pessoal compartilhando sensações, a dor, do fato de não serem os únicos a vivenciar o sofrimento que a gagueira traz. Mostrar que aceitar a gagueira, permitir-se fluir pelo eixo do sentido sem se preocupar com a forma do que diz é o que fará sentir-se assemelhado ao outro, é o que permitirá desarticulá-la. Isso envolve compreender o funcionamento discursivo da gagueira e da fluência. No grupo, as dificuldades e expectativas podem ser expostas, discutidas reflexivamente, favorecendo a inclusão, o envolvimento e apropriação dos conteúdos discutidos (FRIEDMAN; PASSOS, 2007, p. 153).

O trabalho em grupo propicia um autoconhecimento, que as pessoas exponham, compartilhem com mais facilidade seus sentimentos e que serão valorizados. Ao reunir pessoas que apresentam em comum dificuldades semelhantes na fala, permite-se a instalação de um movimento de identificação. Cada participante vai construindo novos aprendizados e novas

soluções vão emergindo, tendo como ponto de partida a situação experienciada individualmente (CHIEPPE; FERREIRA; GIANNINI, 2007).

O ser humano já nasce em um meio social, desenvolve-se e aprende na interação social. Acredita-se que, por volta dos dois anos, a criança utilize a linguagem para satisfazer suas necessidades (função instrumental), para dominar o ambiente (função reguladora), para se relacionar com o outro (função interativa), para afirmar sua personalidade (função pessoal), para perscrutar o mundo (função heurística), para brincar (função imaginativa) e para participar de momentos sociais convencionais (ritual) (LAPLANE; BATISTA; BOTEGA, 2007). Trabalhar conjuntamente implica progressos e isso inclui o processo terapêutico.

O trabalho em grupo é, desse modo, concebido como um meio de ultrapassar e de romper com a concepção que reduz a reabilitação e a terapia a um conjunto de ações destinadas a promover a saúde de determinado órgão ou função (LAPLANE; BATISTA; BOTEGA, 2007, p.167). O grupo é um espaço onde se aprende, trocam-se ideias e experiências.

Panhoca (2014) acentua a importância do trabalho em grupo e adota a perspectiva de grupo à luz da abordagem histórico-cultural, que o entende como resultado da dinâmica das interações, significados e representações nele construídos; um contexto essencial não só para o desenvolvimento da linguagem como para identificação de valores, padrões e atitudes sócio-culturais apresentadas e partilhadas pelos participantes do grupo. Existe a presença constante do novo, da mudança, do não definitivo, da não linearidade, não predeterminação.

A valorização da linguagem e das participações dos componentes do grupo vai paulatinamente reposicionando-os neste e no processo constante de significar/ressignificar, no qual cada um se expõe e escuta o outro, emergem subjetividades, a (re)construção de identidades (PANHOCA, 2014).

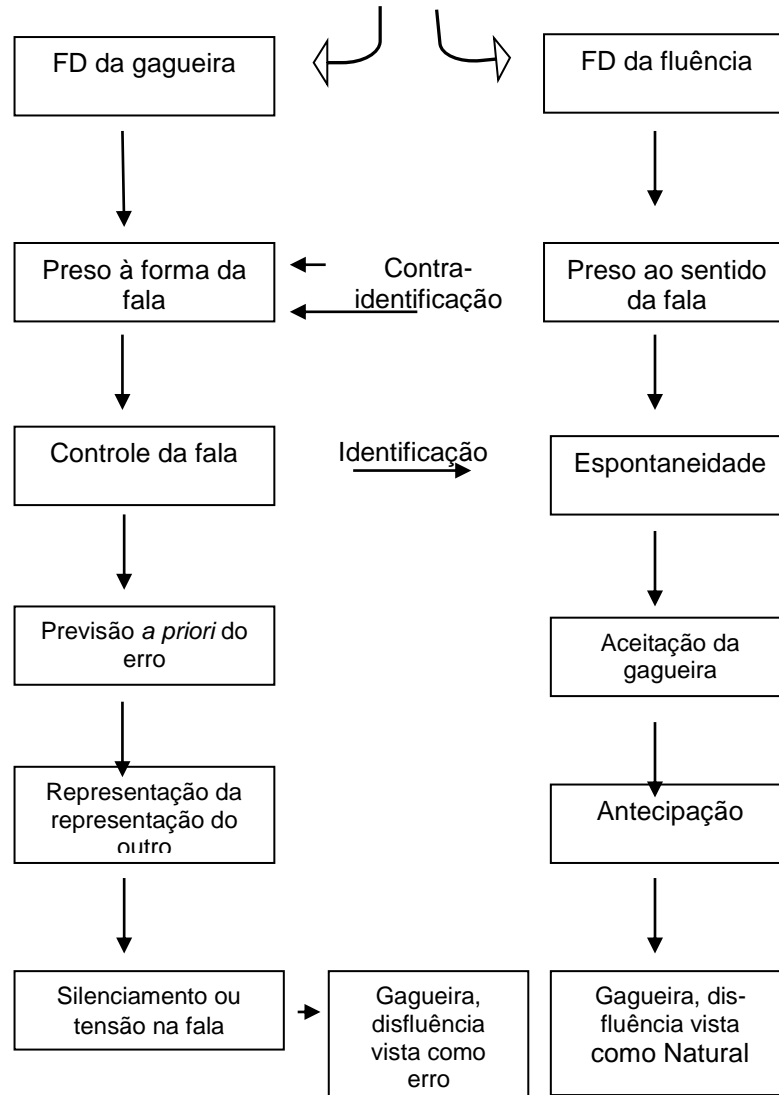
A relação terapeuta-paciente é marcada por processos interativos em que comparecem elementos sócioafetivoemocionais de grande importância. O fazer fonoaudiológico neste modelo de clínica tem como alvo uma “mudança de posição” do sujeito, “por meio da valorização de suas capacidades e potencialidades, em processo em que lhe é oferecida a possibilidade de (re) significação não só de sua linguagem, mas de si próprio, por meio dela” (PANHOCA, 2014, p. 420).

A ótica linguístico-discursiva pretende uma mudança de posição e formação discursiva valorizando assim como fala Panhoca (2014), as capacidades e potencialidades do sujeito

gago, através não só da fala “fácil”, “livre” sem correções, controle, mas também por meio da consciência proprioceptiva.

Podemos visualizar, na figura a seguir, os elementos da formação discursiva de sujeito gago para sujeito fluente, que vai ilustrar o percurso desejado na proposta terapêutica que defendemos.

Figura II – Elementos da FD do sujeito gago e do sujeito fluente



Fonte: Autor, 2015.

1.3 Entretecendo Discursos entre Gagueira e Família na Cena Fonoaudiológica

Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro. Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas). (Manoel de Barros)

Consideramos a família o espaço de socialização primária seminal para a aquisição e desenvolvimento da linguagem, umbral para a vida social, mas que, pautada em relações de força e numa dinâmica disfuncional, instauram sentidos negativos que reverberam nas situações de fala. Consideramos a família inextricavelmente implicada com o que é manifesto e latente na criança. Convocaremos pesquisadores de diferentes filiações teóricas para abordar a teia de relações que se desenvolve no seio familiar, bem como o que pode ou não a mantê-la em equilíbrio.

De acordo com Dolto (1985), a criança é sintoma dos pais. Eles não percebem o problema que criaram para o filho e o término do problema, coloca-os num estranho estado de sofrimento reencontrado que se reatualiza em seus corpos, em suas relações. Lacan (1987), em seu livro “A família” já assevera que esta tem um poder que ultrapassa toda racionalidade educativa. Ela é uma forma complexa em que se supõe que tenha um sentido que a unifica e dirija a sua evolução. A família emana como grupo natural de indivíduos, unidos por uma dupla relação biológica, por um lado a geração, que oferece aos componentes do grupo, por outro, as condições do meio que postula o desenvolvimento dos jovens e que mantém o grupo, sendo os adultos geradores quem asseguram essa função de manutenção. Partindo dessas assertivas supomos que a criança nasce em meio a uma dinâmica familiar criada pelos adultos e que precisa se manter.

O modo de funcionamento de uma família pode estar diretamente envolvido com o sintoma fonoaudiológico apresentado por um membro e a capacidade linguística é uma instância apropriada para que o sintoma se expresse (NASCIMENTO; FERRAZ E FERRAZ, 2004).

Partindo de pesquisas no âmbito da psicologia, mas sem desconsiderar achados da vertente psicanalítica, Nascimento e Ferraz e Ferraz, (2004) afirmam que Minuchim (1990) considera que cada família costuma apresentar uma patologia de grupo e que um de seus membros assume a doença como se fosse individual.

Existe um acordo inconsciente para suportar o equilíbrio psicossociológico do grupo, um pacto patológico, oculto entre o paciente e seus familiares. Ele não quer se livrar do sin-

toma e a família também deseja a manutenção deste, mesmo que os familiares se sintam envergonhados ou tentem esconder as dificuldades do filho, mesmo que o sintoma cause incômodos pelas dificuldades de comunicação que imperam em diferentes situações sociais. (NASCIMENTO; FERRAZ E FERRAZ, 2004). As autoras citam o caso de um paciente em que a interdição do segundo momento de Édipo não se realizou satisfatoriamente. Quando a criança aceita a interdição, no caso se menino sabe que não pode ter o corpo da mãe, se menina percebe o mesmo em relação ao corpo do pai, e assim ingressam na cultura, aceitando as normas, as leis. No caso supracitado, existia uma descaracterização dos papéis familiares, uma disfunção no funcionamento familiar citado como funcionamento antiedipiano, pelo qual a irmã mais velha assumia a posição de mãe e dormia com o irmão que era seu rival, principalmente no que se refere ao desempenho escolar. A mãe separada do marido dormia com o filho mais novo, que ocupava a posição de companheiro, também suscitando muito ciúme no “filho problema” e a interdição não surgia de nenhuma parte para pôr limites à rebeldia da criança que apresentava o sintoma.

Situando-nos em relação ao nosso aporte teórico, acreditamos que uma dinâmica familiar disfuncional em que se presentifique uma relação de forças, uma indefinição na função-sujeito de cada membro do grupo familiar, um não-lugar para a criança como sujeito sem voz, sem vez, silenciada pelos discursos na relação parental, deixa ecoar entre os efeitos de sentido um efeito de evidência da não importância, o não assemelhamento com os outros que lhe são significativos gerando condições de produção desencadeadoras de sintomas. Podemos perceber como autores de diferentes orientações teóricas asseveram a relevância da família no processo de constituição do sujeito.

Conforme Nascimento; Ferraz e Ferraz (2004), o funcionamento do grupo familiar pode influenciar tanto na construção como na supressão de um sintoma de distúrbio da comunicação, por exemplo, por isso a importância da escuta não só do paciente, mas também de sua família para se compreender o lugar que cada um ocupa na estrutura familiar.

De acordo com Faria (1998), na terapia psicanalítica, por exemplo, é preciso dar um lugar aos pais, um lugar que é de escuta. Excluí-los é desconhecer o lugar que a criança ocupa na estrutura. A criança ocupa em relação aos pais um lugar fálico, ela é veículo de alienação do desejo dos pais. A queixa deles não pode ser tomada em seu sentido literal. A queixa vai dizer sobre algo relativo ao desejo que ela encobre, o que remete aos pais como sujeito, uma vez que é isso que se encontra alienado no que se denomina sintoma na criança.

A queixa dos pais se “cola” ao filho e é através da presença da criança que pode ser verbalizada, algo que diz respeito ao desejo do (s) pai(s) e que não pode ser pensado senão atuando no filho. Isso diz respeito ao sintoma na criança. Mas é somente escutando o filho que pode ser realizado o desenlace entre o que é realmente do filho, ou seja, o sintoma da criança e o que é dos pais (FARIA, 1998, p.97).

Atuando em outra perspectiva teórica, Pereira (2008) assevera que os sintomas, na maioria dos casos, estão “na” criança e não são “da” criança, isso significa que a dinâmica familiar está implicada na formação, manutenção dos sintomas e sucesso terapêutico. É preciso compreender o sintoma a partir da história do sujeito o que abarca a história de sua família, o lugar que ele ocupa nesta unidade. É necessário depreender o papel desempenhado pelo sintoma na família, pois, muitas vezes, ele está atuando com a função de homeostase, o que faz compreender os casos que não evoluem, mesmo o profissional lançando mão de todo conhecimento técnico.

Friedman; Pereira e Pires (2010) também acreditam na possibilidade de implicação da família na produção e manutenção de sintomas, por isso se torna relevante sua presença na clínica, tendo em vista o sucesso terapêutico. Em pesquisa desenvolvida sobre a produção científica fonoaudiológica da família, perceberam a existência de três paradigmas de intervenção terapêutica. Por serem a dialética histórica e a positivista as mais utilizadas, não incluiremos a fenomenológica para abordagem da inclusão da família na clínica fonoaudiológica.

De acordo com Oliveira e Friedman (2005), no paradigma positivista, a família atua como informante sobre questões objetivas relativas ao desenvolvimento geral e específico da criança. O trabalho fonoaudiológico junto à família é de orientação, a mãe representa o grupo familiar, é considerada auxiliar, corresponsável pelo processo e sucesso terapêutico, é convocada a seguir as orientações do terapeuta em casa.

Na vertente dialética histórica, a família inclui todas as pessoas que convivem com a criança e não é meramente informante, mas participa ativamente do processo terapêutico expondo suas dúvidas, acompanhando a evolução clínica. Neste paradigma, a origem do sintoma não é linear, mas complexa, de forma que a objetividade, quantificações dão conta de parte do problema, sendo relevante entender como questões subjetivas e sociais se relacionam a este. O paradigma dialético histórico se ancora numa clínica centrada no sujeito, o sujeito da linguagem, constituído na intersubjetividade através da ação dialógica que ocorre socialmente (OLIVEIRA; FRIEDMAN, 2005).

Freire (2000) Acredita que a clínica centrada na objetividade, que inaugurou a fonoaudiologia, estabelece uma postura orientativa e diretiva, um discurso autoritário em que o profissional tudo sabe, cabendo às famílias seguir e onde coloca como foco o sintoma; e a clínica da subjetividade coloca o sujeito e a linguagem no cerne das preocupações. Nela, o sujeito pode dizer de si e de seu sintoma, o dizer do outro está implicado no dizer da criança e se atribui um papel significativo aos pais por se entender que estão implicados na estrutura do sujeito em atendimento.

Os estudos desenvolvidos por Pereira (2008), incluindo entrevistas com fonoaudiólogos, revelam que esses profissionais recebem uma formação médico-positivista tendo pouca ou nenhuma familiaridade com outra vertente epistemológica e que há um despreparo do profissional para trabalhar com a família. Em seus estudos e como supervisora de fonoaudiólogos em atividade clínica, Gomes (1995) converge com os achados de Pereira (2008) e também afirma que o fonoaudiólogo teme o contato com os pais, não está preparado, instrumentalizado para enfrentar questões familiares que emergem no atendimento clínico.

Da mesma forma que Pereira (2008) e Gomes (1995), em sua dissertação de mestrado, Oliveira (2004), em entrevista com fonoaudiólogos, percebe a não formação, o não preparo referente ao trabalho com a família. A autora acredita que o profissional pode potencializar a saúde do grupo familiar não só lhe oferecendo uma escuta, mas resgatando suas responsabilidades, oferecendo-lhe autonomia para as mudanças necessárias.

Em seus estudos, Pereira (2008) entrevistou fonoaudiólogos para saber também quais características da família poderiam estar prejudicando o desenvolvimento da linguagem e os profissionais mencionaram aspectos como ansiedade, angústia, estresse nas relações familiares; superproteção materna em que a mãe fala pela criança e faz coisas por ela, dificultando a aquisição da autonomia existencial, fragilização da função paterna. A falta de tempo dos pais, que emana da ausência na relação entre eles e os filhos, compromete a qualidade das relações familiares. Existem complexas imbricações referentes a conteúdos subjetivos no funcionamento familiar implicados na constituição dos sintomas de linguagem.

Os sintomas ou distúrbios são contemplados dentro de um contexto, visando a compreendê-los como produto de interações do grupo familiar (PEREIRA, 2008), já que como nos fala Elia (2009), a família é a unidade celular e básica, porta de entrada da ordem social.

Explicando a importância da unidade familiar, Gomes (1995) assevera que existem alguns entraves que distanciam e, ao mesmo tempo, requerem a convocação da família a se

envolver no trabalho fonoaudiológico, por exemplo, a criança que muda o comportamento durante as sessões quando algo significativo está acontecendo em casa; a mãe que “orienta” o fonoaudiólogo sobre como atuar com o paciente na terapia; o exame complementar que ninguém faz; o paciente que se sente rejeitado pela família e pensa ser adotado. São situações peculiares que exigem uma análise, escuta e ação singulares.

Azevedo e Freire (2001); Azevedo (2000, 2006) também convocam a família para a compreensão do funcionamento discursivo gaguejante. Asseveram que todos nós estamos sujeitos à ordem da língua, mas não nos submetemos a sua forma e sim ao sentido do que falamos. Isso acontece inicialmente no processo de socialização primária, na família. Com o sujeito gago acontece o contrário. No seu processo de desenvolvimento da linguagem, a criança vai adquirindo um vasto sistema lexical e a dificuldade em selecionar palavras no seu repertório linguístico a conduz à disfluência. A família, então, quando diz “Fale direito! Fale devagar! Respire antes de falar”, está exigindo uma postura linguística da criança incompatível para aquele momento. A disfluência é constituinte do sujeito e permanecerá durante sua vida, visto que o conceito de fluência é ideal.

O efeito do ouvinte na criança pode deslocá-la a recusar-se a falar ou utilizar diferentes estratégias para que a gagueira natural se oculte, o que ao contrário reforça sua presença. Começa a bater os pés, mãos, canalizar a tensão trazida pela possibilidade discursiva para outro órgão ou substitui palavras por outras que considera mais fáceis, ou seja, ou é silenciada pelas condições de produção ou aliena-se no eixo da língua ficando o sentido à deriva. Quando o adulto passa a doar sentido ao que a criança fala, não fiscalizando seu dizer, daí ela passará a posição de interlocutora (AZEVEDO 2000, 2006; AZEVEDO; FREIRE, 2001).

Prosseguindo com a importância da inclusão da família no processo terapêutico, Oliveira (2004) afirma que os aspectos subjetivos da linguagem devem ser valorizados ancorando-se numa perspectiva interacionista, discursiva e dialógica. É relevante ampliar a percepção da criança e suas interações familiares. A família tem um saber sobre a criança que deve ser aglutinado ao saber do terapeuta e a partir desta conexão de saberes, é tecida a construção de uma nova percepção de realidade.

O impacto que a reação da família em relação à fala da criança provoca pode explicar o início, a prevalência da gagueira na infância. É o que afirma Oliveira et al (2010) considerando a gagueira um distúrbio, que se caracteriza por interrupções no fluxo da fala, em que concorrem fatores biológicos, psicológicos, sociais e a interação familiar, um dos aspectos envolvidos nessa tríade. Uma forma de intervenção que pode ser adotada consiste em aumen-

tar a capacidade da criança e reduzir a demanda nos âmbitos motor, cognitivo, emocional e lingüístico.

A demanda pode estar relacionada a fatores ambientais que se expressam com o estresse comunicativo, velocidade aumentada na conversação, vocabulário rebuscado, interrupções verbais, rotina familiar inconsistente, conflitos familiares, falta de tempo dos pais, cotejo e competição entre irmãos. Além disso, comportamento de rejeição dos familiares e outros interlocutores frente à gagueira infantil, por exemplo, não respeito à troca de turnos, aumento da demanda linguística e motora, completar frases, desviar o olhar, entre outros, pode gerar baixa auto estima e crença na incapacidade articulatória, provocando, muitas vezes, a evasão de situações comunicativas (OLIVEIRA et al, 2010).

O estudo realizado por Oliveira et al (2010) teve por escopo verificar o(s) efeito(s) da orientação familiar a curto prazo na fluência da fala de crianças com gagueira. Foi constatada diminuição de disfluências, resultado de possíveis mudanças no modelo de elocução dos familiares, intervenção direta com a criança, assim como o próprio processo de desenvolvimento da fluência da criança.

“[...]É no processo de união com a família que o terapeuta obterá dados sobre a estrutura familiar” (CALIL,1987, p. 36). Esse autor acentua a importância na obtenção de dados do sujeito, incluindo também a família na terapia. O terapeuta poderá compreender o papel de cada membro, que lugar cada um ocupa na estrutura do sistema familiar. Estudos psicanalíticos mostram que os relacionamentos vivenciados entre a criança e seus pais fixam padrões para relacionamentos futuros e como conflitos não solucionados durante a infância e adolescência reduzem a capacidade do indivíduo construir relacionamentos satisfatórios. Padrões de relacionamentos vivenciados na família de origem tendem a ser reproduzidos, desenvolvidos na fase adulta (CALIL,1987, p.76).

Calil (1987) deixa clara a importância da interação familiar nos diferentes tipos de abordagens terapêuticas. Na abordagem estrutural, o terapeuta não se preocupa muito com as características do sintoma, sua história ou qualquer outro detalhe. Pretende esquadrihar a maneira pela qual se organiza a família, se a filha se comporta como mãe, se é a mãe que fala pelos demais e o terapeuta procurará alterar a organização disfuncional da família.

Já a terapia estratégica breve, formulada por Watzlawick e seus colegas do mental Research Institute de Palo Alto, fundamenta-se no princípio de que os problemas trazidos pelo paciente só persistem se forem mantidos pelo comportamento das pessoas que interagem com

o paciente. Geralmente, acontece que a dificuldade se depara com uma tentativa de solução que intensifica ainda mais o problema. É preciso criar novos padrões de comportamento que substituirão os comportamentos atuais (CALIL, 1987). Podemos associar ao que acontece em certas condutas familiares ao surgir a gagueira na criança quando se briga com ela solicitando que fale direito, pense antes de falar e a criança cria um novo padrão de fala procurando planejar o que é automático e então faz força para falar.

O processo terapêutico pode ser representado por um equilíbrio entre duas escolas principais; a psicanalítica e a sistêmica: na primeira, é importante que se considerem as fantasias, conflitos e necessidades inconscientes que a família produz e que mantém sua estrutura, suas formas de interação. Na segunda escola trabalham-se os padrões estruturais e comunicacionais da família (CALIL, 1987, p.164). A família compreendida como sistema implica que o comportamento de um membro influencia e é influenciado pelo comportamento do outro. A pessoa que apresenta um sintoma representa alguma disfunção no sistema familiar. Esse sistema é um todo coeso, interdependente e inseparável (CALIL, 1987, p.17).

Embora o foco do trabalho do fonoaudiólogo não seja a família, o terapeuta precisa estar em alerta em relação às marcas familiares que ressoam no desenvolvimento do sujeito e que, muitas vezes, apresentam-se sob a forma de sintomas. Muitas vezes o sintoma é como uma válvula de segurança que assegura a manutenção do equilíbrio familiar. Os filhos muitas vezes são suporte das tensões vividas pelos pais. É importante na escuta terapêutica apreender o lugar que o cliente ocupa na família, o lugar que a família ocupa na representação do cliente, o funcionamento total do grupo (PASSOS, 1996).

[...] A incorporação do conhecimento sobre família na clínica fonoaudiológica implica, necessariamente, uma perspectiva que redimensiona o sentido do sintoma, uma vez que este deverá ser compreendido no contexto das manifestações globais do sujeito e, portanto, na inscrição desse sujeito e do seu sintoma no âmbito das relações familiares. Nesse caso, a ação terapêutica não incidirá apenas no sintoma, mas deverá levar em conta o processo de subjetivação do qual o sintoma é apenas uma expressão. (PASSOS, 1996, p.63-64).

É preciso que o terapeuta desenvolva uma postura que considere as condições de desenvolvimento e a constituição da subjetividade, sem que para isso seja psicólogo ou psicanalista (PASSOS, 1996).

Convocando a família para a terapia, Tassinari (2009) assevera que, muitas vezes, uma relação disfuncional familiar pode encaminhar o sujeito para a incorporação da gagueira como imanente ao seu ser. Existe inconscientemente um desejo de manter o sintoma como resquício de uma ilusão de completude experimentada no primeiro tempo de Édipo. Estar

atrelado ao sintoma é o mesmo que não existir sem ele. Falta ao gago autorizar-se a ter sem comprometer o ser. Geralmente as crianças melhoram da gagueira quando os pais se conscientizam dos seus ideais e projeções, na forma como escutam o filho, quando se dão conta do peso conferido à fala da criança. No processo terapêutico, o sintoma perde o vulto no momento que a fala da criança é acolhida sem idealizações.

É relevante ressaltar que precisamos de vínculos desde o nascimento e a sua construção requer um ambiente narrativo. Sem a relação com o outro não se conta, nem se constrói a vida psíquica. É essencial a possibilidade de expressar-se por meio de qualquer narrativa seja canto, conto, relato de vida (principalmente a própria) conversa, pois qualquer história pode servir como liame entre pais e filhos. A narrativa gera na criança a subjetividade, identidade, facilita o desenvolvimento (GUTFREIND, 2010).

Somos resultados da qualidade de como estivemos juntos com o pai, a mãe ouvindo o que narravam. O verdadeiro nascimento não é o biológico, mas o afetivo, pois a parentalidade não se restringe a gerar, mas transcende e se amplia com a capacidade de narrar. Ser mãe e ser pai é também cultural, pois há uma transmissão intergeracional de informações, conhecimentos. A possibilidade narrativa propicia aos pais estarem em dia com suas histórias de vida e cria espaço para a transmissão afetiva. A construção de vínculos e a vida psíquica necessitam de um ambiente narrativo e do outro. Segredos ou não ditos podem atrapalhar o relacionamento entre pais e filhos. A família precisa ser incluída na terapia e essa inclusão sinaliza para a história dos pais (GUTFREIND, 2010, p. 32-33).

Madureira (1999), em suas pesquisas sobre família e surgimento de um sintoma de linguagem, utiliza como aporte teórico norteador a psicanálise, tendo como cerne os estudos de Winnicott. Percebe como a criança precisa de um outro que lhe seja significativo para se constituir como pessoa. Ao analisar o caso de C. observou que mesmo utilizando todo seu aparato teórico/técnico e mesmo a criança não apresentando um problema orgânico pouco evoluía. No caso sobre o qual se debruçou, o de L. percebeu como o sintoma está atrelado aos conflitos familiares, ao não conseguir esconder os conflitos familiares, os denunciava através de um sintoma de linguagem. Cada membro da família desempenha um papel e, para que a criança possa diferenciar-se dos familiares, precisa contar com o desejo da mãe. A capacidade de adaptação quase absoluta da mãe às demandas do bebê se torna uma das condições fundamentais para a consecução do pleno desenvolvimento de seu potencial inato nos aspectos físico, intelectual e psíquico (MADUREIRA, 1999, p. 31). A qualidade da relação triangular vivenciada com os pais é também um dos fatores determinantes da estruturação psíquica do

sujeito, do seu desenvolvimento emocional, na definição de seu papel nesta família (MADUREIRA, 1999, p.23).

Concebendo a família como sistema, percebe-se como a alteração sintomática em um membro aponta para uma disfunção neste sistema. A mudança dos padrões no sistema familiar é decorrente de alguns eventos, além da vivência edipiana, como a chegada de um novo integrante, a passagem para a adolescência. A partir de alguns acontecimentos, a família terá que apresentar uma maleabilidade para adaptação a um novo padrão de funcionamento e assim alcançar um novo equilíbrio. Quando não consegue se reorganizar, elege inconscientemente, um membro da família para suportar as tensões canalizadas, vivenciadas no grupo, e tal integrante aceita inconscientemente ser o depositário da doença, assegurando o aparente equilíbrio e saúde dos demais (MADUREIRA, 1999, p.24-25).

A criança pode estar trazendo o retorno de dificuldades mais amplas que não puderam ser solucionadas por seus ascendentes. O infante ou adolescente acabam assumindo a posição de porta-voz da família, trazendo à baila situações que tentou ocultar, controlar (MADUREIRA, 1999, p.46).

O sintoma se expressa como uma maneira do sujeito denunciar sua angústia frente ao desajuste familiar que se acha imerso. Através de um olhar que contemple o sujeito para além do sintoma, pode-se vislumbrar uma falha num sistema mais amplo, a família. É preciso escutar o que não é dito, mas que está ali na terapia significando e o profissional pode atuar como agente facilitador para emergência das capacidades do sujeito (MADUREIRA, 1999, p.48).

Conforme Eiguer (1985), existe uma trajetória inconsciente do vínculo conjugal, do vínculo filial-parental, do vínculo de consanguinidade. A vida familiar é um ciclo constituído por traumas, redefinições de papéis. O trauma fundador seria o processo de desmame, além do nascimento, da ameaça de castração. Com a chegada do primeiro filho, por exemplo, mexe-se com a identidade familiar, criando-lhe um novo estatuto, um novo papel para cada pai. Na adolescência, existirá uma reformulação no vínculo de assimetria pais/filhos, com a renúncia a imagem do filho conformista, o luto pela dependência infantil que escapa e o reconhecimento da necessidade recíproca de autonomia. Na realidade, não existe autonomia completa, todo mundo depende de todo mundo. No caso de famílias em que existe uma relação simbiótica, isso pode obliterar comportamentos individuais.

As leis e funções continuam as mesmas na família. Em cada um existe culpa por querer provocar uma ruptura na tradição e fazer diferente dos pais e antepassados, mas se sente

alegria quando se percebe que o fazer diferente não implica querer ser superior aos pais. Conflitos entre pais e filhos sempre existirão em todos os lugares para que plantios novos não se esclerizem. Se a autoridade paterna está sendo desqualificada pelos outros e por quem a exerce resulta numa família sem amparo da lei. Violências de todo tipo refletem esse desequilíbrio. As manipulações e utilitarismo são mais graves e menos visíveis, que a violência (EIGUER, 1985).

A dinâmica familiar, em suas diversas nuances e acontecimentos, influencia sobremaneira o pensar e o agir de cada membro, sobretudo as crianças em seu processo de constituição e formação. Existem mães que costumam utilizar um filho ou filha para se opor ao pai, são formas de perversão que adotam a perspectiva, aparência de vínculo mãe e filho, asfixiante, possessivo que impede o filho de evoluir. Quando a criança pede, por exemplo, que o novo cônjuge da mãe admita a grande consideração existente pelo pai biológico e que ela não resolveu que os pais se divorciassem, a criança abandona essa demanda de reconhecimento para entrar numa forte oposição. Se o complexo de Édipo foi perturbado por acontecimentos violentos como incesto fraterno, assassinatos, isso pode incrementar a angústia de castração e as transgressões sexuais. A família pode ou não colaborar inextricavelmente para uma dinâmica saudável da criança (EIGUER, 1985).

Não há como fingir que a gagueira não existe, pois nossas expressões, nosso olhar nos denunciam e também não ajudam a superproteger o filho. “A superproteção é uma ação perversa dos pais sobre os filhos, porque, na medida em que evita o esforço das conquistas, impede o aprendizado dos limites e destrói a capacidade de enfrentar a vida, que, cada vez mais, exigirá iniciativa e determinação” (FILHO, 1998, p.88). É preciso aceitar, enfrentar a gagueira para só assim poder desarticulá-la (FRIEDMAN; PASSOS, 2007). Querer padronizar o comportamento, optar pelo o que é mais confortável e atende nossas expectativas é agredir e despersonalizar a criança (FILHO, 1998). Isso vale para o comportamento verbal ou atitudes da criança, pois cada uma tem suas características singulares.

O outro é imprescindível, para que nos percebamos como pessoa, é ele que dá sentido a cada um de nós (FILHO, 1998, p.55). O estranhamento do outro diante da fala da criança, a começar pela família, na qual inicia seu primeiro processo de socialização, a interpretação conferida a determinada manifestação linguística é que alça ao estatuto de doença, pois o outro desempenha papel estruturante na linguagem do sujeito. Algo que estava em processo de aquisição (a linguagem) torna-se patológico por ser interpretado reiteradamente como erro (AMOROSO; FREIRE, 2001; AZEVEDO, 2000, 2006).

É necessário, na leitura do sintoma de linguagem, o fonoaudiólogo compreender a dinâmica familiar. O trabalho de escuta da família possibilita traçar a posição que cada integrante ocupa na estrutura familiar. É importante apreender o sintoma atribuído à criança pelo discurso dos pais e a interpretação da criança sobre seu sintoma. Frente à manifestação linguística, o fonoaudiólogo ocupa um lugar de não-saber, pois, diferente da medicina, não é possível determinar diretamente se tal manifestação é ou não patológica. Busca-se o sentido do sintoma através das palavras (AMOROSO; FREIRE, 2001)

No setor de fluência da fala do Instituto CEFAC, ação social em saúde e educação, desenvolveu-se um trabalho de atendimento a crianças que apresentavam queixa de gagueira, a seus pais e um aperfeiçoamento clínico no período de 2006 a 2009, sob supervisão da Prof^a Dr^a Silvia Friedman. Constatou-se que, quando os pais se envolviam com a terapia e eram acolhidos em suas angústias, dúvidas, em relação à gagueira dos filhos ampliavam suas concepções sobre eles e sua forma de falar, o que resultava numa melhora na fluência da criança percebida pelos pais. Com isso, o processo terapêutico ganhava mais fluidez, eficácia. (PIRES, 2011).

A constituição do processo terapêutico envolve todo o núcleo familiar. Trabalhando-se na vertente dialético-histórica, pretende-se uma mudança na visão dos pais em relação à interpretação da disfluência como gagueira, de forma que possam acolher a fala fluente e disfluente favorecendo a posição subjetiva de falante competente do filho. São transmitidas aos pais algumas noções como hesitação, pausa, bloqueio, que ocorrendo na fala do filho devem ser vistas como parte constituinte do aspecto subjetivo de construção da linguagem. Devem ser acolhidos, respeitados como momentos singulares e produtivos da produção da fala. Com um novo olhar e posicionamento os pais deixam de assumir o papel de fiscalizadores do dizer da criança e se tornam facilitadores dos momentos de fala destas (PIRES, 2011).

A fala da criança revela sistematicidades outras, fugidias que atestam a presença do real da língua, a impossibilidade do significante ser uno. É importante um submetimento à fala da criança para que o saber sobre sua fala seja melhor apreendido (DE LEMOS, 1995). O sintoma emerge como uma máscara ou fala cifrada. Há algo a que não se pode escapar, que é a defrontação com uma história familiar. “A criança, que nos é trazida, não está só, ocupa no fantasma de cada um dos pais um lugar determinado”(MANNONI, 1999, p.59). Enquanto sujeito, está frequentemente alienado no desejo do Outro. O Outro é o que o insere na ordem simbólica, lugar da fala. As falas pronunciadas pelos outros a respeito de sua doença vão ad-

quirir grande importância para a criança, deixando entrever o lugar que ocupa na estrutura familiar, portanto, a criança não pode ser apartada de suas relações familiares.

Em psicanálise, não se negligencia a doença, mas o que se coloca em evidência é como a situação é vivenciada pela criança e sua família. O que assume um sentido é o valor simbólico que o sujeito confere ao que experencia atrelado aos ecos de sua história familiar. Para a criança, as falas ou ausência delas sobre seu problema vão constituir a dimensão do que é por ela vivido, adquirindo importância. Por isso, tão necessário é a escuta familiar e da criança, situar pais e filho frente ao problema do desejo, a relação que se estabelece entre eles, questionando os pais a respeito de suas próprias histórias de vida, gerando uma reflexão sobre o que está se projetando de sua história passada com relação ao que é vivenciado em sua dinâmica familiar.

1.4 Interlocução Possível e Necessária entre AD , Família e Gagueira

Não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade. (Eni Orlandi)

A AD passou por três épocas de acordo com as reelaborações feitas por Pêcheux (1997). É importante assinalar que não se deve interpretar as três épocas da AD, como se indicassem uma evolução, uma cronologia imaginando que as questões colocadas pela automatização não aparecessem na terceira fase (ORLANDI, 2012).

Na primeira época, a AD é um corpus fechado de sequências discursivas, num espaço supostamente governado por condições de produção estáveis e homogêneas. Para realizar a análise discursiva do corpus constitui pré-requisito a análise linguística realizada exaustivamente. A AD1 é um procedimento realizado por etapas, com ordem fixa, começo, meio e fim. A alteridade estrutural corresponde a uma diferença entre máquinas, cada uma idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma.

Na AD2, a noção de interdiscurso é introduzida, o fechamento da maquinaria é conservado e, ao mesmo tempo, concebido como o resultado da irrupção de um “além” anterior e exterior. Poucas inovações ocorreram. O deslocamento existente é, sobretudo, em relação à construção dos corpora discursivos, os quais é possível trabalhar suas influências internas desiguais, sobrepujando o nível da justaposição constatada na AD1 (PÊCHEUX, 1997). A noção de sujeito não é mais marcado pela idéia de unidade como acontecia na AD1. “[...] O sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes funções de acordo com

as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo” (Mussalim, 2012, p.156). Emerge a ideia de que o sujeito é uma função, no entanto, não é plenamente livre, pois sofre coerções da FD da qual enuncia (MUSSALIM, 2012).

Na AD3, o primado do outro sobre o mesmo se acentua, existe uma alternância de momentos de análise linguística e discursiva e há alguns desenvolvimentos teóricos que abordam a questão da heterogeneidade enunciativa. Por exemplo, o discurso do sujeito colocado em cena pelo outro e o discurso do outro se apresentando como discurso do sujeito (heterogeneidade mostrada) (PÊCHEUX, 1997). Nesta fase da AD, a noção de sujeito sofre um deslocamento, que funda uma vertente bastante atual da AD. Com a noção de discurso marcado pela heterogeneidade, afirma-se o primado do interdiscurso e a de um sujeito essencialmente heterogêneo e descentrado (MUSSALIM, 2012).

Pêcheux (1988, 2009, 2012) não estava satisfeito com a noção de sujeito cartesiano, senhor de sua vontade. Para o autor, o sujeito é assujeitado ao inconsciente, a ideologia, ao discurso, a FD. Procurando promover uma ruptura com a concepção tradicional de linguagem, Pêcheux propôs a AD. A AD trabalha com a linguagem enquanto fato, tendo como objetivo construir um método de compreensão dos objetos de linguagem. Convive com a materialidade desta que é linguística e histórica. A AD se constitui no interstício entre a linguística e outras ciências, no espaço de questões que se referem à relação da linguagem com a exterioridade. A AD enquanto semântica, pressupõe a linguística, afastando-se da análise de conteúdo, pois trabalha a especificidade da materialidade linguística. Ao mesmo tempo distancia-se da linguística à medida que considera o seu objeto de estudo o discurso, a determinação histórica (ORLANDI, 2008). A linguagem enquanto discurso é um modo de interação e produção social, não é inocente, natural, neutra, mas local privilegiado de manifestação da ideologia (BRANDÃO, 2012). A ideologia é que produz o efeito de evidência de sermos uma unidade, impondo e dissimulando o assujeitamento do sujeito a uma FD sob aparência de autonomia (PÊCHEUX, 2009).

O empreendimento de Pêcheux significou uma mudança de “terreno”. Realizar AD, área que articulava materialismo histórico e linguística numa época em que a tradição filológica e as descrições linguísticas formais baseadas no estruturalismo norte-americano eram proeminentes e que vivíamos sob a égide de uma ditadura militar, era um gesto de resistência. Resistência que já se apresentava em textos de Althusser e Foucault desde o limiar dos anos 70 e que com a AD ganha nova extensão. Na década de 80, após o restabelecimento da democracia ocorre a consolidação da AD (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011).

A AD no Brasil vem construindo uma história consistente há mais de 30 anos, que se prolifera por vários quadrantes do território. O limiar dessa história ocorreu em Campinas, no final da década de 70, em torno de Eni Orlandi e depois se institucionalizando através do trabalho de docentes e pesquisadores. A reação que a AD provoca em várias pessoas vai desde a rejeição sobre o argumento, que é muito “*difícil*,” até o completo entusiasmo que faz enxergá-la nas situações mais prosaicas do cotidiano. “Com afeto ou sem afeto, o fato é que ela afeta!” (FERREIRA, 2007, p. 13). Ela nos *toca*, *interroga*, *convoca*.

Orlandi (2012) promove uma nova territorialização nos estudos da linguagem. Retoma Pêcheux, mas não fala de seu lugar, tomando o texto com a unidade de análise. Num movimento pendular entre descrição e interpretação a AD analisa a linguagem em sua forma linguístico-histórica, compreendendo a identidade como um movimento na história e os sentidos como caminhos simbólicos e históricos não acabados.

A AD percorre o caminho do primado da análise do discurso político às várias materialidades discursivas; de uma análise automática a uma análise do discurso que admite a contradição, o furo na estrutura, o equívoco, as fronteiras porosas nas FDs, a heterogeneidade do corpus discursivo, a busca de marcas no intradiscorso deixada pelo interdiscorso, a incompletude constitutiva do discurso, da linguagem do sujeito, caracterizando-se como uma área de conhecimento que constrói procedimentos de interpretação do sentido como ponto de deriva (DARÓZ et al, 2014).

A AD explicita o funcionamento do discurso em suas determinações históricas, pela ideologia. Esta é a interpretação do sentido e não se relaciona à falta, mas a saturação, completude que se assenta sobre o já-lá (ORLANDI, 2008). A AD trabalha coetaneamente com diversas materialidades discursivas, desde discursos institucionalizados até os que fazem parte do cotidiano, podendo abarcar o discurso midiático, religioso, pedagógico, dos afásicos, entre outros. Não há como negar que exista um contato da AD com a linguística, mas não pertencimento, não é parte da linguística. A AD trabalha com a língua, como estrutura simbólica que alça o não-sistematizado, o furo, o equívoco; percebe o sujeito como ser-em-falta, efeito de linguagem, sujeito do desejo e da ideologia, concebendo o discurso como materialidade linguística e histórica que incorpora a exterioridade como seu elemento constituinte (FERREIRA, 2007)

O que a AD assevera é que sujeito e sentido constituem-se, ao mesmo tempo, ambos não são transparentes e atravessados estão pelo silêncio. Existe uma doxa social que credita ao silêncio o evanescimento das palavras, pois ele é o vazio, o nada dizer que não significa.

Em nosso trabalho, o silêncio é fundante e, apoiando-nos em Orlandi (2007), exploraremos a respeito deste *continuum* significante. O silêncio não fala, mas significa, nele “sentido e sujeito se movem largamente”(Orlandi, 2007, p.27). Ele não é transparente e é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em determinadas condições que constituem seu modo de significar. Ele não é diretamente visível, é fugaz, escorre entre as tramas do dizer. O silêncio é aquilo que é apagado, excluído, mas em certa região de sentidos é carregado de palavras a não serem ditas.

De acordo com Orlandi (2007, 2013), existe o silêncio fundador, que indica que o sentido pode ser outro, faz com que o dizer signifique e o silenciamento ou política do silêncio que se divide em silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras e o silêncio local, que é a censura. As relações de poder que se instaura numa sociedade hierarquizada como a nossa sempre produzem a censura de tal forma que o silêncio acompanha as palavras. A perspectiva do silêncio é proeminente referente ao sentir do sujeito gago.

Ao longo do dizer há uma margem de não-ditos que também significam (ORLANDI, 2013). Há sempre no dizer um não dizer necessário que abarca noções axiais em AD e nesta dissertação como o interdiscurso, a ideologia e a formação discursiva.

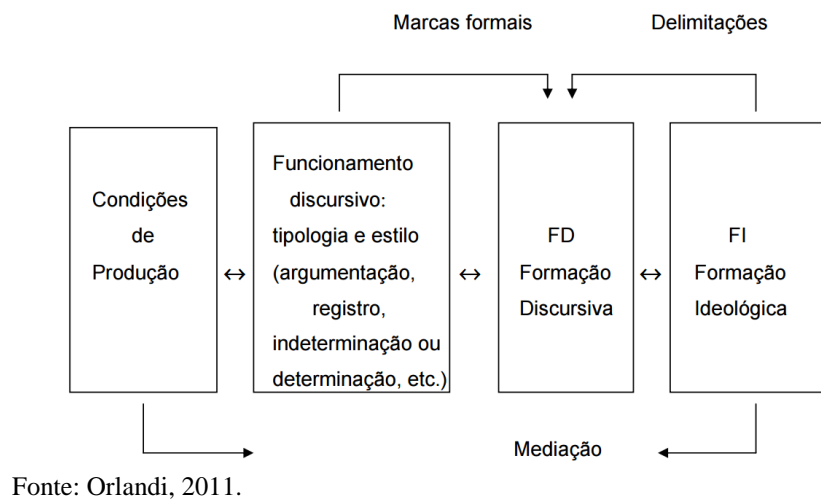
Outro aspecto relevante que entrelaça AD, família e gagueira refere-se à tipologia discursiva. O tipo de discurso deriva do funcionamento discursivo sendo esse definido “como a atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, por um falante determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 2011, p.153). Este determinado não se refere à presença física nem a lugares empíricos dos interlocutores, mas às representações, às formações imaginárias, imagens que resultam de projeções. São essas projeções que possibilitam passar das situações empíricas (lugares do sujeito) para as posições discursivas (ORLANDI, 2013).

De acordo com Orlandi (2011, 2013), existem três tipos de discurso: o lúdico, o polêmico e o autoritário. No lúdico, a reversibilidade entre interlocutores é total, o referente está presente na interlocução resultando numa polissemia aberta. Os interlocutores se expõem aos efeitos da presença do referente totalmente, não regulando sua relação com os sentidos. No polêmico, a polissemia é controlada, a reversibilidade ocorre sob certas condições, o referente é disputado pelos interlocutores, os participantes procuram dar-lhe uma direção, numa relação tensa de disputa dos sentidos. No discurso autoritário, a reversibilidade tende a zero, a polissemia é contida, o referente é apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor atua como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor. O discurso

autoritário procura a assimetria de cima para baixo, o polêmico procura o equilíbrio, o lúdico não coloca o problema da simetria ou assimetria.

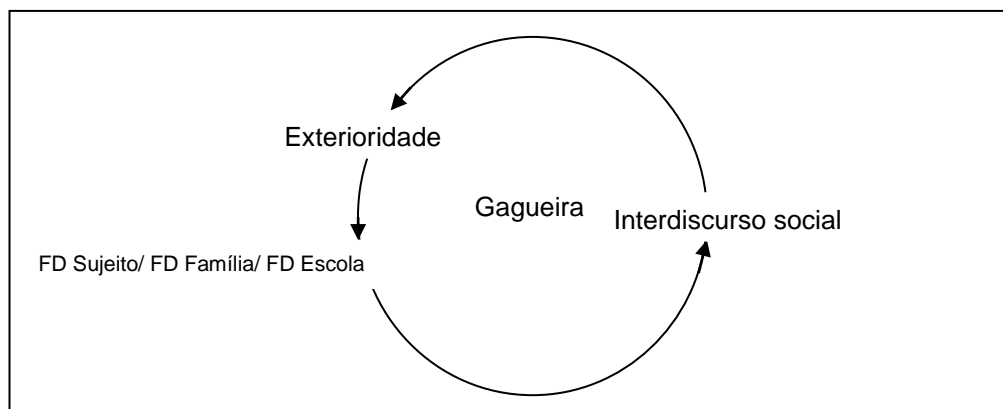
Como não existe relação direta entre a linguagem e o mundo, a formação discursiva dos sujeitos se constituirá como a mediadora nas situações de interlocução. A tipologia discursiva que está presente em qualquer funcionamento discursivo se configura na família e na escola como autoritário, tendo em vista que a criança impossibilitada de refutar o adulto e identificar o seu erro é apagada enquanto sujeito de seu dizer. O funcionamento discursivo pode ser melhor visualizado na figura a seguir.

Figura III - Funcionamento Discursivo



As relações entre as formações discursivas alcançam uma junção pela presença do interdiscurso, lugar de constituição dos sentidos e este determina o modo de existência da exterioridade que constitui o discurso. A gagueira é constituída no espaço discursivo intervalar, em meio a formações discursivas numa relação direta com a exterioridade e é retroalimentada por este ciclo, como se pode visualizar na figura abaixo.

Figura IV - Funcionamento Discursivo da Gagueira



A família terá um papel preponderante para o terapeuta, pois possibilita que esse possa compreender por quais formações ideológicas o sujeito é constituído e como o interdiscurso penetrará o discurso do sujeito no que diz respeito à ideologia do falar-se. O papel da família é ressignificado na clínica fonoaudiológica, onde, em vez de informantes sobre o desenvolvimento da criança, trazem parte da historicidade desta, tendo uma participação direta nesta história de constituição. De quais lugares discursivos a criança irá falar (lugar de pressa, da incapacidade, do medo da gagueira) é essencial para depreendermos por qual processo o sujeito passou e passa no seu funcionamento discursivo (FERRIOLLI, 2002). Existe, conforme Magalhães (2012), uma inculcação inconsciente individual dominante que não é idêntica para duas pessoas, mas que carregará a marca da ideologia dominante. Correlacionando à gagueira existe na sociedade uma ideologia dominante do bem falar, onde falar bem implica total fluência. A correção da fala pode não suscitar a mesma reação em distintas crianças, mas refratará uma maior preocupação com a forma em detrimento do sentido, especialmente na presença de um ouvinte.

Na ordem discursiva, há uma tensão natural, estruturante entre língua e fala que determina todo dizer, de forma que a linguagem resulta da articulação entre língua e fala. No sujeito gago há uma excessiva desarmonia entre língua e fala e a tensão natural transforma-se em oposição. (AZEVEDO, 2000, 2006; AZEVEDO; FREIRE, 2001). De acordo com Jakobson (1995), no comportamento verbal normal, os processos metafóricos e metonímicos constituintes da linguagem estão incessantemente em ação, mas uma observação atenta mostra que sob influência de estilo verbal, modelos culturais e de personalidade ora um, ora outro processo prepondera. Na poesia, por exemplo, pode-se observar esta desarmonia. Nas escolas romântica e simbolista há um primado do processo metafórico, já na corrente literária realista predomina a metonímia.

No discursivo, uma excessiva desarmonia nesta tensão fala/língua; processos metafóricos/metonímicos pode levar o ouvinte a um efeito de estranhamento e atribuição de patológico a fala do outro. Na gagueira, o sujeito privilegia o eixo da língua ou é silenciado pelas condições de produção. De sujeito assemelhado ao outro depara-se com a diferença (AZEVEDO 2000, 2006); (AZEVEDO; FREIRE, 2001). O efeito do outro o desloca para posição de se recusar a falar ou utilizar estratégias cunhadas por Friedman (2004, 1994), de truques para ocultar a gagueira que mais a ratificam, como interpor sons, sílabas, substituir palavras, movimentos associados como bater os pés, mãos, piscar os olhos, movimentos espásticos com a cabeça, protrusão da língua entre outros.

O sujeito gago ocupa uma função sujeito na formação social na perspectiva de normal/patológico e frente ao titubeio de sua fala é visto como socialmente incapaz, anormal. Ele se reconhece na posição de gago porque aí se constituiu e a partir dessa posição que irá falar. Seu dizer é marcado pelo equívoco, pois *a priori* tem a certeza de que falhará, que em determinadas condições de produção gaguejará Azevedo (2000,2006); Azevedo; Freire (2001). Falar implica sempre a possibilidade de errar, pois a linguagem é constituída pela falta, incompletude. “Como um discurso só faz sentido no dizer do outro, é este quem reorganiza o dizer do sujeito” (AZEVEDO; FREIRE, 2001. p. 159).

A forma-sujeito pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui, é atravessado pelo interdiscurso social que se cristaliza no intradiscurso do sujeito. “A forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como puro “já- dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por co-referência [...]” (PÊCHEUX, 2009, p.154). Remetendo ao sujeito gago, ele apresenta um interdiscurso/intradiscurso que o sedimenta a uma única posição de gago e a um discurso circular que marca a sua impossibilidade de dizer. Não percebe no outro um interlocutor, exceto crianças, animais e em certos monólogos e sim percebe o ouvinte como aquele que o julga, censura o seu dizer.

A família, particularmente o pai e a mãe ou quem encarna estas funções, são primordiais na constituição do sujeito, não tendo em nosso entendimento como excluí-los na intervenção terapêutica fonoaudiológica. Um dos construtos teóricos que constituem a AD é a psicanálise e a ela convocaremos neste momento para explicar um pouco sobre a participação da família na constituição do sujeito.

Falaremos brevemente sobre o complexo de Édipo, que nos remete à constituição do sujeito. No primeiro momento, existe uma relação dual entre mãe/criança e a criança é o desejo do desejo da mãe; o segundo momento corresponde à entrada do pai em cena através do discurso da mãe. A função paterna, denominada nome-do-pai ou metáfora paterna, representa a interdição ao incesto. Não representa um objeto real, mas o efeito de substituição de um significante por outro na cadeia. Neste momento, há a passagem do imaginário ao simbólico e a entrada na ordem da linguagem. O terceiro momento do Édipo corresponde à identificação da criança com o pai (LACAN, 1998, 1999). Com a disjunção mãe-criança cria-se a condição para experiência da criança como entidade separada.

No final da dialética edípiana, “a criança abandona a posição de objeto do desejo do Outro, em prol da posição de sujeito desejante, onde lhe é dada a possibilidade de trazer para

si objetos eleitos como objetos substitutivos de desejo colocados metonimicamente no lugar do objeto perdido” (DOR,1992, p. 147). A dimensão do desejo só existe enquanto realidade psíquica e o encontro com o Outro é necessário não só como constituição do sujeito como com o confronto com a falta.

De acordo com Tassinari (2009), a gagueira representa emblematicamente a dificuldade em viver a identificação simbólica com o pai. A frágil sustentação da função simbólica do pai mediada pelo discurso materno é um fator presente na genealogia da gagueira, ou seja, sua etiologia seria decorrente de conflitos edípicos não resolvidos, o que implica a família na produção do sintoma. Este estaria no lugar da castração, interdição violenta ao desejo. O pai é castrador não só pela atribuição fálica que lhe é outorgada, mas pelo fato da mãe encontrar junto a ele o objeto que nela está ausente.

Conforme Tassinari (2009), que analisa dois casos clínicos de B. e P., embora a teoria que sustenta seus estudos seja a psicanálise, traz reflexões teóricas relevantes sobre a imbricação da família na produção da gagueira. Descrevendo rapidamente os casos, no caso B. existe uma marca identificatória com o pai por este ser reconhecido pela mãe com problemas na fala, em relação a prosódia como fala rápida, alta entonação; e uma marca identificatória com a mãe, visto que ela é sempre poupada pelo pai para não ter contrariedades. No trabalho, o pai é líder, em casa não pode discordar da esposa. Embora os pais se escutem, não conversam. Não existia uma construção conjunta de uma percepção de ambos a respeito do filho.

No segundo caso descrito por Tassinari (2009), na família de P. praticamente é proibido falar pela autoridade paterna. Economiza-se como vaticínio para doença e velhice o que impossibilita a família de ter um lazer. P. foi fazer um curso imposto pelo pai e encontrou no alcoolismo um escape, que posteriormente foi substituído pelo cigarro e depois por um grande aumento ponderal. O pai sempre interrompia o filho em sua fala ou pedia que a mãe lhe explicasse o conteúdo. A dinâmica familiar era caracterizada pela falência das palavras, completamente prescindíveis no silêncio ordenador do pai. “[...] o modo como a palavra circula na relação parental tem desdobramentos muito relevantes na relação dos filhos com a linguagem[...]” (TASSINARI, 2009, p.191). O dizer na relação parental pode desnaturalizar processos, mexendo na relação do sujeito com a linguagem.

Dessa forma, é importante ressaltarmos que o comportamento do adulto reverberará os relacionamentos vividos com os pais quando crianças, com o grupo familiar de origem, pois, em se tratando de família, não há uma autonomia absoluta, percebendo-se a contínua influência do papel de cada membro em relação aos outros. O estudo da família requer o re-

conhecimento que as relações nela são interdependentes (COELHO; PASSOS, 2001). As autoras em relação à vivência profissional, afirmam que, para compreender o sentido do sintoma, considerando o contexto familiar, parece favorecer o processo terapêutico à medida que o sujeito aparece de uma forma mais contextualizada onde em suas histórias se presentifica a família. [...] “Um sujeito que traz um transtorno de linguagem, traz também uma família que terá todos os seus membros implicados na manifestação do sintoma” (COELHO; PASSOS, 2001, p.74). A família é nodal para compreensão da trama de relações que envolvem a constituição do sujeito .

É importante compreendermos quem são os pais e o que carregam em suas histórias que podem estar contribuindo para produção, manutenção ou superação no transtorno de linguagem. O sentido do sintoma pode, de certa forma, estar garantindo o equilíbrio familiar e isso precisa ser desvelado pelo fonoaudiólogo. É preciso compreender as condições a que o sujeito está exposto (COELHO; PASSOS, 2001).

De acordo com Coelho e Passos (2001), a função paterna está fortemente implicada no contexto familiar e é primordial na constituição do sujeito. Além de promover um processo de individuação pela ruptura da relação simbiótica entre mãe e bebê, a função paterna se coloca como modelo de identificação essencial ao desenvolvimento da criança rumo a sua autonomia. O que as autoras questionam é sobre sua exclusão, sua fala é negligenciada, sua função esvaziada no contexto da clínica ou será que não lhe é oferecida uma escuta? Falam-se pais, mas contempla-se exclusivamente a mãe. É importante sua presença como integrante deste núcleo familiar, no qual sua participação, assim como da família, transcenda a simples informação sobre a criança. Mesmo sem estar fisicamente na clínica se presentifique pela simbolização apreendida no discurso da criança e de outros membros da família.

É relevante trazermos à baila que da mesma forma que o sujeito fala da posição de gago, pois foi assim constituído ele pode se contraidentificar a essa posição, questioná-la e se desidentificar a esta formação discursiva, identificando-se a uma outra formação discursiva, outra organização de saberes e passar para posição de sujeito fluente. É preciso, no entanto, um trabalho conjunto terapeuta, escola e família particularmente, pois é o grupo e espaço que mantêm maior convivência com a criança e podem contribuir para que esta se inscreva em outra forma-sujeito.

Vale salientar que quem introduziu as diferentes modalidades de forma-sujeito, ou seja, a FD que domina o sujeito foi Michael Pêcheux (2009). É uma relação de desdobramento entre o sujeito da enunciação, o locutor, aquele que “toma posição” com total liberdade,

conhecimento de causa e “[...] o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal” (PÊCHEUX, 2009, p.198.). O sujeito é interpelado por uma ideologia, habitado por uma forma-sujeito.

A primeira modalidade de forma-sujeito expressa-se numa superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. O sujeito realiza uma “tomada de posição” sob a forma de “livremente consentido”, mas está assujeitado. Essa superposição se configura como o discurso do bom sujeito que reverbera de forma espontânea o sujeito, ou seja, o sujeito se submete cegamente à FD determinada pelo interdiscurso e ela realiza seus efeitos dando a impressão ao sujeito de plena liberdade. É uma identificação plena do sujeito com a forma-sujeito da FD que o afeta (PÊCHEUX, 2009).

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito” onde o sujeito da enunciação se rebela contra o sujeito universal através de uma tomada de posição, de um distanciamento, questionamento em relação ao que o sujeito universal lhe faz pensar. O sujeito se contraidentifica com a FD imposta pelo interdiscurso, no entanto permanece nela (PÊCHEUX, 2009).

O sujeito não mais identificando-se plenamente com os saberes da forma-sujeito que o afeta, relaciona-se de forma mais ou menos tensa com essa forma-sujeito. A superposição que ocorre na primeira modalidade produzindo o efeito de reduplicação da identificação e o efeito de unidade imaginária do sujeito, cede lugar a uma superposição incompleta, imperfeita, instaurando a dúvida, a diferença e contradição no âmbito de saberes da FD. Essa modalidade traz o discurso-outro, a alteridade no interior da FD, o que resulta em uma FD heterogênea (INDURSKY, 2011).

“[...] Já a “terceira modalidade” constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação. [...]” (INDURSKY, 2011, p. 201-202). É a identificação com um novo tipo de organização, saberes, é a ideologia funcionando de certa forma às avessas por meio do “desarranjo rearranjo” das formações ideológicas e discursivas.

Há uma ruptura com os saberes de certa FD e a identificação com outra FD, outra forma-sujeito. O sujeito, sem saber já não se identificava com aquele domínio que pensava estar inscrito. Quando o sujeito elabora isto no nível pré-consciente/consciente, a desidentificação já ocorreu, ele apenas não tinha consciência disto (INDURSKY, 2011).

Vale ressaltar que Pêcheux (2009) ao falar que a identificação do sujeito com a FD que o domina é imaginária, diz respeito ao ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo

próprio, baseado na relação com outros sujeitos. Uma das fontes dessa identificação imaginária é o efeito do intradiscurso, relacionado à zona de esquecimento número 2. A disjunção entre identificação e desidentificação, em nenhum pensamento, existe de forma concreta, definitivamente realizada, ou seja, não existe identificação plena, algo falha, tudo resulta de um efeito ideológico, uma tendência.

Perceber a gagueira sob a perspectiva linguística discursiva, tomando como orientação teórica a AD, permite vislumbrar o intrincado nó, para além do orgânico que contempla a família e outros espaços sociais como implicados no desencadear deste distúrbio de linguagem. Longe de contendas e de total consenso, procuramos um novo olhar que não emana do senso comum, mas que também não é mensurado por quantidade, frequência de sílabas gaguejadas, mas parte da linguística e, ao mesmo tempo, dela se afasta. Confluindo com o desejo de Ferreira (2007, p. 21), “que procuremos, cada um em nossas instituições e em nossos grupos não nos fechar em ‘feudos’, mas desconfiar dos consensos e unanimidades, só assim poderemos aspirar vida longa à Análise do Discurso”.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O filósofo Kierkegaard me ensinou que cultura é o caminho que o homem percorre para se conhecer. Sócrates fez o seu caminho de cultura e ao fim falou que só sabia que não sabia de nada. (Manoel de Barros)

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, a seleção dos sujeitos, coleta de dados e técnicas de pesquisa, procedimentos de análise e considerações éticas.

Considerando que a pesquisa é uma construção e um interrogar a realidade, optamos pela abordagem qualitativa, pois ela trabalha com o universo dos significados, crenças, valores, motivos, atitudes, existindo um diálogo entre o mundo e a subjetividade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012).

De acordo com Silva e Menezes (2001), a interpretação dos fenômenos e atribuição dos significados são inerentes à pesquisa qualitativa, com preocupação maior nos processos. O foco deste trabalho são os processos (discursivos) e seus significados (efeitos de sentido).

Conduzimos a pesquisa com abordagem qualitativa da produção discursiva de cinco famílias com filhos diagnosticados como gagos, em processo de terapia fonoaudiológica no Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira Infantil (GEAGI), situado no 7º andar do bloco do mestrado na UNICAP, Recife.

A AD é o nosso instrumento teórico-metodológico. Decidir o que faz parte do corpus já constitui um gesto de leitura do analista. Trabalhando no batimento entre descrição e interpretação, a análise deve ser o menos subjetiva possível e que explicita o modo de constituição dos sujeitos e produção dos sentidos. Os recortes serão tomados como discursos, materialidades em que se inscrevem numa relação direta com a exterioridade (ORLANDI, 2013). A AD como dispositivo teórico e analítico lança mão da paráfrase e da metáfora como elementos que favorecem a operacionalização dos conceitos. Nos recortes discursivos o sujeito delineará diferentes formas de subjetivar-se. Desnaturaliza-se a relação palavra-coisa (ORLANDI, 2013, P.77).

De acordo com Ferreira (2008), o dispositivo teórico está numa relação dialética com o dispositivo analítico e este vivifica ao ser mobilizado nas análises, conseguindo a partir de diferentes materialidades discursivas, produzir gestos de leitura peculiares.

A escuta discursiva tomada como gesto de interpretação do analista irá trabalhar a partir de um olhar acurado de seu dispositivo teórico-analítico, a não transparência da linguagem, questionando o que se mostra evidente, desnaturalizando o que parece natural e colocando em cena a presença do que se manifesta ausente (FERREIRA, 2008)

O método utilizado neste estudo foi o discursivo e o procedimento foi a análise dos funcionamentos discursivos das famílias operando recortes de textos constituídos longitudinalmente, que versam sobre o mesmo tema a fim de caracterizar as FD.

2.1 Seleção dos Sujeitos

Cinco famílias participaram do estudo, atendendo aos seguintes critérios:

- 1- Terem filhos em atendimento fonoaudiológico com diagnóstico de gagueira (fornecido pelos pais e/ou pela própria criança)
- 2- Serem de qualquer gênero
- 3- Serem familiares (pai e/ou mãe, padrasto, avó)
- 4- Serem escolhidas aleatoriamente entre as famílias que atendessem aos critérios descritos.
- 5- Aceitarem livremente a participação na pesquisa e assinarem o termo de livre consentimento e aceitação.

2.2 Coleta de Dados e Técnicas de Pesquisa

Foram realizadas observações das sessões de terapia em grupo (GEAG) das crianças e a análise discursiva das famílias das crianças em situação de terapia fonoaudiológica. Nesse sentido, foi apresentado a cada família o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com base na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), para participação nos estudos (Anexo I). A constituição do *corpus* foi realizada a partir da observação e registro com gravador das reuniões quinzenais realizadas com as famílias, sob coordenação da Prof^a Dr^a Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo, pesquisadora principal

deste projeto, com a participação de mestrandos em Ciências da Linguagem, fonoaudiólogos e alunos de graduação em Fonoaudiologia e Letras da UNICAP.

Em relação à primeira técnica de pesquisa, aproximamo-nos da concepção de Ludke e André (2013) onde nossa observação foi como participante na medida em que interagimos tanto com o grupo de crianças como com as famílias, revelamos nossa identidade de pesquisadores e os objetivos do estudo. Isso nos propiciou o acesso a várias informações inclusive íntimas de cada família, garantindo-se a não identificação dos participantes.

As sessões foram realizadas no período de março de 2014 até novembro de 2015, com duas férias anuais. Aproximadamente 36 sessões com as famílias, foram audiogravadas com a autorização dos participantes e transcritas literalmente para o computador, obedecendo à fala de cada responsável.

Coletamos dados referentes às sessões audiogravadas com duração de uma hora quinzenalmente, num período compreendido em dezessete meses. Em seguida, recortes discursivos foram constituídos de forma longitudinal a partir do *corpus* obtidos nas sessões. A sessão começa com cada um dizendo seu nome, por quem é responsável, se é pai, mãe da criança atendida, como foi a semana em relação à fala da criança em diferentes situações sociais e comunicativas, o que o mobilizou a procurar um grupo de terapia para a gagueira, como souberam do GEAGI na UNICAP. A maioria alega que a gagueira incomoda não só aos ouvintes de casa, como na escola e ao próprio sujeito. Chegaram à universidade através do site, encaminhamentos, da Semana de Atenção à Gagueira realizada anualmente. Seguindo nossa linha teórica, optamos por recortes discursivos em que sua seleção já reflete o gesto de interpretação do analista.

O objeto discursivo permanece para outras e novas abordagens, pois [...] “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (ORLANDI, 2013, p.64). “O recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação” (ORLANDI, 2011, p. 139).

O dispositivo analítico pode diferir dependendo das diferentes tomadas que fazemos do *corpus*, o que mobilizará diferentes conceitos relacionados ao nosso objetivo. Os recortes discursivos constituídos foram analisados para identificação dos funcionamentos discursivos e das FD das famílias. Fernandes (2008) afirma que Santos (2004) considera duas instâncias nos procedimentos metodológicos na AD. Uma em nível de macro-instância, onde situamos o

discurso em uma conjuntura, procurando inteligir suas condições de produção que determinam a produção do discurso; e também a situação enunciativa, os sentidos produzidos e o lugar dos sujeitos na história. Na micro-instância se enfatiza o que ocorre no interior das FD, suas regularidades, operam-se recortes de sequências linguístico-discursivas ou enunciados para a análise, buscando apreender a heterogeneidade, os discursos-outros.

O processo terapêutico fonoaudiológico apresentado às famílias foi a partir do olhar linguístico-discursivo baseado em estudos de Azevedo (2000, 2006, 2013); Azevedo e Freire (2001) conjugado com a AD e referenciais teóricos tradicionais e atuais publicados sobre gagueira, em especial os estudos de Friedman, primeira fonoaudióloga a se afastar do modelo organicista e de controle de fala do sujeito que gagueja. Foram discutidos vários aspectos da gagueira, conforme as dúvidas iam emergindo; etiologia, sintomatologia, condições de produção do discurso, estratégias de evitação e adiamento utilizado pelo filho, FD das famílias.

Procuramos visualizar mecanismos geradores e mantenedores da fluência e da gagueira e discutir estratégias para terapia dos sujeitos gagos, ressignificando o conceito de fluência/disfluência com o enfoque linguístico-discursivo.

É importante assinalarmos que para a AD o sujeito é uma posição material linguístico-histórica engendrada no jogo de tensões e contradições sócioideológicas. Numa determinada análise, busca-se inteligir o processo de produção de sentidos, derivado das posições discursivas de sujeito constituídas (MARIANI, 2003).

Nesta dissertação, a AD foi dispositivo teórico e analítico. A AD procura ouvir naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que também constitui os sentidos de suas palavras. Trabalhando no entremeio entre descrição e interpretação, a AD enquanto dispositivo, vai investir no descentramento do sujeito, na não transparência da linguagem, no efeito metafórico, na materialidade, no trabalho da ideologia (ORLANDI, 2013). Como dispositivo teórico e analítico de interpretação, Orlandi (2012, p.32) afirma que a AD “não interpreta textos que analisa mas sim os resultados da análise, de que esses textos constituem o corpus”. A AD propõe novas práticas de leitura como afirma Orlandi (2012), trabalha os efeitos de sentido, os deslizos, os efeitos metafóricos, interroga a própria interpretação da análise.

A AD deseja depreender os gestos de interpretação: “Como alguns significantes “tomam corpo” na história, prendem-se a sentidos e se tornam signos para uma dada posição sujeito, de onde um sujeito enuncia em determinadas condições de produção, já interpelado

pala ideologia, já falado pelo Outro⁴” (MARIANI, 2003, p. 66). Compreender como alguns significantes se cristalizaram no funcionamento discursivo dos sujeitos é um dos pontos nodais para se aproximar e desvelar como a gagueira se constituiu.

Conduzimos a pesquisa da análise qualitativa da produção discursiva de cinco famílias com filhos diagnosticados como gagos, em processo de terapia fonoaudiológica no grupo de atendimento à gagueira (GEAGI), situado no 7º andar do bloco do mestrado na UNICAP, Recife.

Deliberar sobre o que faz parte do *corpus* já resulta de um gesto de interpretação do próprio analista, já é decidir acerca das propriedades discursivas, ou seja, sua totalidade. Considera-se que a melhor maneira de se atender à constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que atendam critérios decorrentes de princípios teóricos da AD em consonância com os objetivos da análise para que se possa chegar a sua compreensão. Objetivos aliados ao método e aos procedimentos permitem que se visualize o funcionamento discursivo produzindo seus efeitos (ORLANDI, 2013).

A Análise do Discurso pode combinar a construção do *corpus* com a análise linguística das sequências. Isso significa sublinhar o papel do interdiscurso dentro da análise interfrástrica (ou intradiscursiva) e a relevância da análise léxico-sintática e enunciativa para apreensão do interdiscurso como traços que formam a memória (PÊCHEUX, 2012).

O texto analisado remete ao discurso que descortina suas regularidades por apontar para uma ou outra FD que ganha sentido pelo que a formação ideológica (FI) dominante define numa determinada conjuntura. A análise deve ter o mínimo de subjetividade possível aclarando o processo de produção de sentidos do material simbólico observado (ORLANDI, 2013).

Iniciamos o trabalho de análise pela configuração do *corpus*, delineando seus limites, fazendo recortes, no momento mesmo em que se vai incidindo uma primeira análise, retomando-se conceitos e noções, pois o procedimento da AD ao longo de todo trabalho, demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. (ORLANDI, 2013). De acordo com Lier-De-Vitto (1995, p. 47) “dado é *corpus*, ou seja, conjunto de enunciados efetivamente produzidos e assumidos como passíveis de descrição”.

Na primeira etapa da análise, entra-se em contato com o texto procurando ver nele sua discursividade e numa primeira análise de natureza linguístico-enunciativa se constrói o

⁴ O outro de que fala Mariani se refere ao Outro da linguagem e da historicidade, a memória.

objeto discursivo, desfazendo a ilusão que o que foi dito só poderia sê-lo daquela forma. Converte-se a superfície linguística em um objeto teórico, produzido inicialmente por uma abordagem analítica que trata criticamente a ilusão de “realidade” do pensamento (ORLANDI, 2013). Essa etapa prepara para que se vislumbre a configuração de formações discursivas (FD), dominando a prática discursiva considerada. Torna-se visível que, ao longo do dizer, há formação de famílias parafrásticas relacionando o que foi dito, com o que poderia ser dito, com o que não foi dito (ORLANDI, 2013).

Na segunda etapa, partindo do objeto discursivo irá se incidir uma análise que procura relacionar diferentes formações discursivas que podem ter sido planeadas no jogo de sentidos, na análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia, entre outros), com a formação ideológica que governa essas relações. Nesse momento, atinge-se a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos em determinado material simbólico (ORLANDI, 2013, p. 78).

O dispositivo analítico é regido pelo dispositivo teórico e este permite que se trabalhem as fronteiras das diferentes formações discursivas. A vantagem de se trabalhar a AD como dispositivo teórico é que se leva em conta a linguagem como estrutura e acontecimento, conseqüentemente se trabalham aspectos referentes à ordem, à regra e também ao equívoco, ao acaso, a forma histórica da significação na compreensão dos gestos de interpretação. Evita-se a pretensão de chegar à verdade dos sentidos, estando atentos às suas movências, diferenças. Em uma posição de entremeio entre descrição e interpretação, a AD pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos (ORLANDI, 2012).

Há muitos procedimentos em AD como estudo da dominância semântica, estudo do texto em sua totalidade, procurando marcas, propriedades. Neste caso, analisam-se palavras ou frases-de-base que determinam a especificidade do texto. Optamos na análise por operar recortes discursivos que abordem o mesmo assunto e cotejá-los, tencionando caracterizar os funcionamentos discursivos e as FD. Nesta dissertação, pretende-se analisar o discurso de cinco mães que procuram o GEAGI por considerarem seus filhos gogos. As sessões foram gravadas, transcritas e analisadas e constituídos recortes discursivos. As análises foram realizadas ancoradas no funcionamento discursivo dos sujeitos e em sua interdiscursividade para apreensão das FD a que cada família está inscrita.

2.3 Considerações Éticas

Foi encaminhado aos sujeitos da pesquisa (pais ou responsáveis) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com base na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), (Anexo I). O TCLE é uma carta-convite, que contém título, objetivos, metodologia e objeto de estudo para que os responsáveis dos sujeitos identificados como gogos definissem sobre a participação nela. Caso concordassem, assinariam o termo acima descrito e receberiam o termo de compromisso do pesquisador para a garantia dos participantes. Este projeto faz parte de outro maior da Dr^a Prof^a Nadia Azevedo, intitulado Análise do Discurso: mo(vi)mento de interpretações, aprovado pelo Comitê de Ética, sob o número CAAE 01707612.3.2222.5206.

Até o presente momento não estão descritos, na bibliografia, riscos para a pesquisa em relação à metodologia adotada, coleta de dados através de sessões com as famílias. Poderia existir algum constrangimento na participação, já que as falas são gravadas, mas isso é suprimido quando se explica detalhadamente o trabalho que será realizado, garantindo-se o sigilo na identificação dos sujeitos no momento da transcrição.

Os sujeitos foram beneficiados, à medida que se trabalhou uma nova concepção de fluência/disfluência, com um novo horizonte terapêutico, no qual se vivenciam mudanças de posição de sujeito gago para sujeito fluente, a adoção de uma nova postura na dinâmica familiar, assim como um trabalho de escuta em que todos puderam expor sentimentos, reações, demandas. Há também uma devolutiva na análise das sessões em grupo e o trabalho desenvolvido propicia a consciência da plena capacidade articulatória do filho. A privacidade dos sujeitos que optaram por participar da pesquisa está inteiramente garantida, visto que família e sujeito receberam nomes fictícios.

A comunidade científica também será beneficiada através de leituras de publicações oriundas da pesquisa, visto que há pouco esquadramento desta teoria relacionando-a ao trabalho com famílias de crianças identificadas como gagas e seu impacto na dinâmica familiar, social e da saúde no âmbito do norte/nordeste e nacional.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO *CORPUS* DISCURSIVO

A maior riqueza do homem é sua incompletude.
(Manoel de Barros)

A proposta deste capítulo é que, a partir dos relatos das famílias, se identifique sua formação discursiva em relação à gagueira para mudança de posição em suas práticas discursivas. As análises estão divididas em 30 sequências discursivas e duas colunas, em que a coluna da direita representa o discurso das famílias, e a da esquerda representa o discurso da(s) terapeuta(s). Acolhendo o aspecto não homogêneo do *corpus* com limites difusos e dispersos e relacionando o dispositivo teórico com o analítico, analisaremos naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que igualmente constitui os sentidos de suas palavras como fala (ORLANDI, 2013). Passaremos a descrever a legenda que optamos utilizar nas transcrições das sessões, caracterizando que manteremos a forma original do discurso das famílias, sem qualquer higienização no texto. Para facilitar ao leitor a compreensão do processo de transcrição e análise, cabe esclarecer que, ainda que o grupo estivesse trabalhando junto, as falas eram demandadas pelos pais ou responsáveis, que, naquele momento, falavam com os terapeutas, enquanto os outros escutavam, intervindo, ocasionalmente. Por este motivo, optamos por separar cada sujeito em sequência discursiva, oriunda de recortes discursivos diversos.

Legenda das Sequências Discursivas:

A, B, C, D, E – Sujeitos em estudo (pais, responsáveis)

T – Terapeuta

A1 – Sujeito A _ Tia da criança em seu primeiro segmento discursivo

A2 – Segundo segmento discursivo do sujeito A (e assim por diante)

Sujeito D1 – Padrasto da criança dita gaga em atendimento.

Sujeito D2 – Mãe da Criança.

Sequência Discursiva 1

T1-(...) A gente assim queria saber como é que está sendo em relação à fala (das crianças). Quem quer começar a falar?

Sujeito A1- Ah, ela está ótima, assim, pra vista de quando chegou aqui. Ela teve uma crise braba, de não conseguir falar. Ela sempre botava um ah e um ah e nera pra poder sair alguma coisa, foi esse artifício que ela arrumou, mas era muito difícil, mas agora tá bem melhor, falando direitinho sem botar um artifício qualquer pra pode falar e se sentindo segura, aí ela disse:- ai titia nem preciso mais ir! e eu digo:- precisa sim e ela diz:- não precisa ir mais não titia... tem gente que nem diz que eu sou!

Sujeito A2- Pra você ver a segurança né?, Quando ela não vinha ela ficava desesperada, ai meu Deus! A gente notava que quando ela não vinha passava a semana com uma dificuldade de falar, porque não veio. Ela pensava: não fui, vou ficar mais gaga e agora já está pensando em ter alta.

T2- isso é muito bom, porque ela já se percebe melhor. E na escola, em relação à fala?Lapso da terapeuta. Melhor?

Sujeito A3- Na escola, só foi dificuldade mesmo com aquela professora que achava lindo né, que ria, mas quando ela foi pro outro ano, a outra professora já tinha tido aluno que tinha gagueira, ela tinha outra cabeça, estudou na internet pra se dar bem com a aluna. O tratamento com essa professora... Passou dois anos com essa professora em séries diferentes, mas foi muito bom porque ela tinha outra visão. Enquanto a professora da 1ª achava lindo e ria, sabe acho que ela começou a ficar constrangida no início e não queria falar.

Sujeito A4- Ela (a criança) é uma metralhadora assim eu dizia: -Pára um pouquinho... eu quero ouvir isso, mesmo ela gaga, ela sempre foi uma metralhadora, eu dizia:- agora não entendi mesmo! já tinha gagueira em si e ela falava muito rápido. A gente dizia respire fundo, coisas que a gente não sabia que não podia dizer respire fundo, fale devagar, a gente usou muito esse artifício. Depois que ela veio para cá (GEAGI) nunca teve esse problema, mesmo botando ah falava, ah isso, ah aquilo e falava e agora está tão segura que tá achando que tem que ter alta. (...) Ela tá aqui há três anos né, T.?

T2. Acho que pouco mais que 2 anos, passa tão rápido...

T3- A fala dela é bom pra servir pra acalmar o coração de vocês, pra tranquilizar. É um tratamento demorado? É. Não é um medicamento que toma e espera fazer o efeito. É uma coisa que depende muito da criança, dela ter segurança, dela falar, dela se expor, não é a gente querer que resolva em seis meses (...). Cada uma vai ter seu tempo.

Sujeito A5- Ela (a criança) dizia: -Eu gaguejo, mas falo mesmo né?. No começo a mãe até falou em bater com a colher de pau virgem pra vê se ela melhorava.

T4 -Não desistir de falar, a gente sempre incentivar. Tem mãe querendo proteger o filho evita que ele compre alguma coisa, evita se expor, vai que alguém vai rir na frente dele. A disfluência é maior que a das outras pessoas, mas não pode tratar de maneira diferente, porque assim eles vão perceber. Muitos preferem se esconder atrás da gagueira. A gente tem que apoiar, conversar com eles, dizer que não é nada de mais. Às vezes, eu peço pros pais gaguejarem de propósito na frente deles pra eles perceberem que é natural. Oh, tia, minha mãe gaguejou tal dia, minha professora gaguejou tal dia, meu coleguinha. Então deem algumas gaguejadinhas de propósito pra eles perceberem que é algo da fala.

Análise da sequência discursiva do sujeito A

Percebemos pela fala do sujeito A, no primeiro segmento discursivo, que a criança utilizava estratégias discursivas como fala Azevedo (2000, 2001, 2006, 2013), ou truques, termo utilizado por Friedman (2004, 1994), para adiar ou evitar a gagueira, quando interpunha um *ah* antes de começar falar, pois sentia insegurança em relação a sua fala, medo de falhar ao falar. Isso demonstra que a criança previa a gagueira na cadeia de significantes, o que im-

plica que ela estava no funcionamento subjetivo discursivo da gagueira (DAMASCENO; FRIEDMAN, 2012).

No segundo segmento discursivo, o sujeito A já demanda a alta, que em nossa proposta, deve partir do paciente. Não só a família ressignificou o conceito de fluência, como a criança se desidentificou da posição de sujeito gago, deslocando-se para sujeito fluente, não sem dificuldades, pois é um processo às vezes demorado, em que interferem a família e a Escola. Os aparelhos ideológicos do Estado, termo cunhado por Althusser, como a família, a Escola, são responsáveis por transmitir a ideologia dominante; mesmo sem se dar conta disso ou pelo menos de forma parcial, como fala Pêcheux (2009), no esquecimento, que é em nível enunciativo. Prosseguindo neste segmento discursivo percebemos que de acordo com o sujeito A, a criança acreditava que se não frequentasse o grupo a gagueira voltaria como uma relação causa/efeito circulando o sentido de uma relação sinonímica faltar ao grupo é o mesmo que retorno à gagueira.

Assim, retomando a teoria, de acordo com Pêcheux (2009), o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Na Escola, a primeira professora da criança chama a atenção dela para sua gagueira, pois ri e afirma achar linda a forma como ela fala, e sem perceber, mostra um dizer marcado ideologicamente pelo preconceito ao relacionar a gagueira a algo burlesco, que foge ao normal. No terceiro segmento discursivo, a criança percebe que há algo errado em sua fala, mas a professora não a situa na direção do seu erro.

A escola corrige a criança e procura enquadrá-la num padrão de um discurso não desviante. Como instância de inculcação de um discurso circular que se configura entre algumas características com repetições, definições rígidas, encadeamentos automatizados, conclusões exclusivas, dirigidas, como atesta Orlandi (2011), tem poder de modificar ou manter certos valores, o discurso do sujeito. A família converge com a escola em relação a um discurso autoritário, como salienta Azevedo (2000, 2006), ancorada em Orlandi (2011, 2013) e compartilham com o senso comum de que a disfluência é um problema e que a fluência deve ser absoluta como fala FRIEDMAN (2015).

A família, ao solicitar à criança que respire fundo, fale devagar, o que é visto no quarto segmento discursivo, não situa a criança na direção do seu erro, mas parece conduzi-la a identificar esse em qualquer lugar do corpo, nela toda. As instituições Escola e família outorgam dizeres e exercem poder e são elementos de grande influência no desenvolver contínuo e agravamento da gagueira. A família e a escola interpretam a disfluência, inerente ao desenvolvimento da linguagem, como gagueira, e, na tentativa de ajudá-la, solicitam que respire fundo, fale devagar, o que mostra um discurso autoritário sob a perspectiva da AD, que

não traz reversibilidade. Essa ajuda que as pessoas oferecem por acreditarem que a disfluência é um problema é o que pode tornar a experiência comunicativa desagradável (FRIEDMAN, 2015). A criança, por não compreender o lugar do erro, passa a modificar sua fala na tentativa de ocultar a gagueira, pois já prevê o erro antes que ele aconteça (AZEVEDO 2000, 2006, 2013). Dessa forma, o efeito do ouvinte na criança pode levá-la à recusa de falar ou utilizar estratégias variadas frente à tensão trazida pela possibilidade discursiva. No caso desta criança, sempre interpunha um *ah* antes de falar e com a primeira professora chegou um momento em que se recusou a falar, engessada que estava a uma forma-sujeito que a aprisionava ao discurso da impossibilidade do dizer.

De acordo com Orlandi (2007, p.154), “No silêncio, o sentido ecoa no sujeito”. Ao não falar, a criança estava produzindo muitos efeitos de sentido sobre o seu dizer, marcado, censurado pelo riso da professora. Ao mudar de docente, voltou ao “normal”, pois, segundo o sujeito A, no quarto segmento discursivo, a criança sempre foi uma metralhadora, metáfora utilizada pelo responsável que desliza para muitos efeitos de sentido, dentre eles excrescência comunicativa, agressividade. A criança joga as palavras e o sujeito A pede, às vezes, para a criança parar de falar um pouco. O “normal” desliza facilmente para o efeito de sentido contrário, ou seja, a fala da criança era patológica, anormal, com a professora que a apontava como gaga através de risos; e com a outra professora que doava sentido ao que a criança falava, sem dirigir sua atenção para a forma de falar a criança voltou a expor suas ideias livremente. A segunda professora nas formações imaginárias da criança agia como sua interlocutora e não como censora de seu dizer.

No quarto segmento discursivo, o advérbio agora gera um efeito de sentido de mudança na forma sujeito da criança, pois antes não tinha segurança para falar e gaguejava, agora está tão confiante em sua capacidade de falar que acredita não ser mais necessário ir ao grupo. Circula também o sentido da terapeuta como o grande Outro, que fala Lacan, alguém que irá encaminhá-la a uma linguagem fluente.

A demanda de alta deve partir do paciente de acordo com a nossa proposta terapêutica e foi o que aconteceu com a criança. Após dois anos de tratamento se sentia tão segura que não queria mais frequentar o GEAGI. O trabalho em grupo é importante, pois potencializa interações, faz circular os sujeitos suscitando o deslocamento de posições fixas que dificultam as situações comunicativas (FRIEDMAN; PASSOS, 2007).

É interessante ressaltarmos que a criança sempre gostou muito de falar, e a gagueira não se constituiu em um impedimento em sua vida social, exceto no momento em que a primeira professora lhe chamou atenção através do riso. Como a terapeuta falou, é importante

incentivar a criança a falar, pois ela não é portadora de nenhuma patologia e, mesmo que fosse, a linguagem é fundante na constituição do sujeito. A superproteção atrapalha, porque colabora para o não enfrentamento, a não aceitação da gagueira. Somos resultado da qualidade de como estivemos juntos com nossos pais, como diz Filho (2010). A sugestão da terapeuta em brincar de gaguejar, gaguejar de propósito como sugere Friedman (2012) é uma possibilidade de mudança no funcionamento discursivo, porque possibilita à criança transformar a alienação na língua em tensão natural entre língua e fala. Quando o sujeito descobre que pode brincar prosodicamente, ou seja, alterar sons, palavras, prolongando-os, tornando-os mais fortes ou fracos, modificando sua altura, intensidade, ele descobre sua capacidade de linguagem (AZEVEDO, 2000, 2006, 2013).

No último segmento discursivo, percebemos o mito do uso da colher de pau como possibilidade de liberação da fala fluente e fazendo uma analogia à hereditariedade de ideias explicada por Friedman (2012), as ideias são passadas de uma geração para outra porque atuam como dotadas de vida própria que, encontrando um meio cultural favorável podem auto reproduzir-se.

Após dois anos, a criança do sujeito A mudou sua posição discursiva de sujeito gago para sujeito fluente, considerando que não existe fluência absoluta, linear como atestam Friedman (1994, 2001, 2014, 2015), Friedman e Damasceno (2012); Azevedo (2000, 2006, 2013), Azevedo; Freire (2001); Scarpa (1995). Podemos constatar que a criança do sujeito A se desidentificou da posição do sujeito gago e se identificou com a posição de sujeito fluente, ou seja, distanciou-se de certos saberes que a fixavam numa posição para ela imutável. O que é anterior continuará ecoando nessa nova forma-sujeito da criança e do sujeito A, pelo viés do esquecimento conforme fala Grigoletto (2009) relendo Pêcheux. A família também mudou sua FD de fluência ideal, resignificando o conceito de fluência/disfluência e ajudando a Escola a lidar com a situação. A terapeuta ressalta que pode ser um tratamento demorado, pois não depende de um fármaco que se toma e melhora como algumas concepções organicistas. Não existe remédio para a gagueira, o que deve existir é respeito pelo tempo de cada um, escuta, não correção ou controle. Deixar fluir...

Sequência Discursiva 2

*Sujeito B1 – Ela (a criança) é a mesma coisa, ela diz:- Não preciso ir não, não tô gaguejando. Eu digo: (a mãe) Você tá sim comece a ver seu erro. (filha)- Eu não tô gaguejando não. (mãe)- Você tá sim, quando começa a falar você fica gaguejando, **preste atenção**. Em casa, tem horas que ela gagueja, tem hora que ela fala direitinho.*

T1- E quando ela gagueja, como vocês lidam com esse momento?

*Sujeito B2- **O pai dela fica reclamando**. Não pode não!(fala a mãe para o pai)*

T4- Chame ele pra vir no grupo.

*Sujeito B3- **Ele reclama com ela tudinho**, eu digo: - deixa (pai), ela vai e fala.*

T5- se a reclamação surtisse efeito ela pararia de gaguejar. Não é algo que ela quer, é isso que se tem que colocar na cabeça, a criança não gagueja porque ela quer, não adianta pedir para ficar calma, falar devagar, controlar a gagueira porque isso não ajuda, é algo espontâneo da fala dela. Não adianta culpar a criança por causa da gagueira.

(...)

T6- Pois diga a ele que quanto mais ele reclama, mais ele chama a atenção em relação à gagueira dela, é uma coisa que ele faz, sabendo que está prejudicando ela, então creio eu que ele quer o melhor pra filha, ele tem que se segurar.

*Sujeito B4 - **Ela quer falar alguma coisa, fica aquela ansiedade, depois fica calma. Ela melhorou muito, porque antes ela batia as mãos em alguma coisa pra poder falar.***

T7- Não adianta ficar calado com aquela cara de tensão né, angustiada porque a criança, ela percebe. (...) Se a gente for prestar atenção na fala da gente, a gente também falha e como é que vou exigir isso da fala de uma criança?

Sujeito B5- Eu vi na televisão, o Dia da Gagueira no NETV.

T8 Quando acaba o evento, na semana o grupo fica lotadíssimo, principalmente de adultos, a gente pega cadeiras de outras salas, depois é que vai diminuindo mais.

Sujeito B – Olhe que nas quartas feira eu vou pras clínicas, das clínicas é que eu venho prá cá.

T9- É importante ter isso como compromisso. A frequência é muito importante.

Análise da sequência discursiva do sujeito B

O sujeito B, no primeiro segmento discursivo, diz à criança para prestar atenção no seu erro (gagueira), mesmo nas situações em que ela não percebe suas falhas, o que chama a atenção da criança para forma de sua fala. O sujeito B, ao pedir à criança que preste atenção no seu erro, não a situa em direção ao mesmo e a conduz a achar que ele pode estar em qualquer lugar do corpo. De sujeito assemelhado ao outro, depara-se com o não assemelhamento, passando para a posição de sujeito gago que ou é silenciado pelas condições de produção ou aliena-se ao código linguístico. Submetidos à ordem da língua, todos estamos, mas o sujeito gago se submete à forma (AZEVEDO, 2000, 2006; 2013; AZEVEDO; FREIRE, 2001; CAVALCANTI, 2011; PETRUSK, 2013, FRIEDMAN; DAMASCENO, 2012; FRIEDMAN, 2015).

Nos segmentos discursivos 1, 2 e 3, emergem o sujeito B e o pai da criança não como seus interlocutores, mas como censores de seu modo de falar, não doando sentido ao discurso da criança e, privilegiando o eixo da língua, aprisionam-na ao significante gaga. De acordo com Coelho (2000), as crianças presentificam através do sintoma conflitos produzidos na dinâmica familiar sejam eles conjugais ou até entre irmãos. O pai pode ser escutado através dos filhos pelas representações e simbolizações que estes trazem para a relação terapêutica. Percebemos nos segmentos discursivos 2 e 3 o pai ausente da cena terapêutica e não fica bem delineado o lugar simbólico que ele ocupa no núcleo familiar. Percebemos o não-dito marcando sua presença na cadeia de significantes impelindo a criança a se ajustar a um padrão de fala idealizado socialmente

O pai, ao reclamar com a criança, pede que fale, mas fale direito. Esta situação denominada de *dupla vinculação* produz um comportamento paradoxal, como fala Friedman (2004). Na dinâmica da família do sujeito B a fala está imiscuída numa situação paradoxal em

que é exigida e negada. É negado à criança o direito de ser sujeito do seu dizer, ou seja de falar de seu modo, livremente, sem estandardizar um *correto*.

No terceiro segmento discursivo quando o sujeito B afirma que o pai reclama com ela tudindo, este advérbio no diminutivo quantifica que o todo que ele recusa é a fala da criança não interessando a ele o conteúdo da mensagem preso que está a materialidade da língua.

Nas formações imaginárias da criança ela será interpretada de forma desfavorável, o outro fiscalizará o seu dizer, o que a faz prevê o erro e tentar evitá-lo. Essa representação negativa que a criança tem de si está atrelada à ideologia do bem falar e são constitutivas da imagem estigmatizada de falante. É na relação com o sujeito B e com seu pai que a disfluência possivelmente surgiu e está presente. É na relação com o outro que a disfluência emerge e se mantém, é nesta relação que a criança se constitui como gago (FERRIOLLI, 2002).

Os pais da criança não reconhecem o trecho disfluyente como linguagem. A ideologia do bem falar, dá aos pais o efeito de evidência de que a realidade percebida e aceita é de que a fluência deve ser absoluta. A fala do sujeito B produz o efeito de evidência de mais tolerância a gagueira da criança. No entanto, tanto o sujeito B quanto o pai estão inscritos na FD de fluência ideal.

As condições de produção existentes entre o sujeito B, o pai da criança e a criança não preservam a espontaneidade, nem reforçam a capacidade, mas impõem restrições ao titular das palavras. Isto nos leva a constatar que as condições de produção de um discurso, a reação dos interlocutores influenciam de forma determinante o funcionamento discursivo gaguejante. O erro não está na fala, mas na reação negativa dos interlocutores frente a ela (FRIEDMAN, 2015).

De acordo com Orlandi (2013), nas condições de produção, nas formações imaginárias do sujeito, atuam a relação de sentidos, as relações de força e a antecipação.

Na família do sujeito B, a criança está submetida a uma relação de forças conforme explica Orlandi (2013), principalmente por parte do pai, que ocupa uma posição que prepondera sobre a da criança constituindo-se na voz da autoridade. Além disso, nas Formações Imaginárias (Fim) a criança prevê que falhará em falar alguma palavra e, então, quanto mais se esforça para a gagueira não aparecer, mais ela marca sua presença. A família tem um importante papel para o terapeuta, pois a partir dela se pode depreender por quais formações ideológicas o sujeito é constituído e como o interdiscurso atravessará o discurso do sujeito em relação à ideologia do falar-se (FERRIOLLI, 2002), sendo isso fundamental para o terapeuta criar as condições de mudança na posição discursiva.

No quarto segmento discursivo do sujeito B, observa-se que a criança percebia pelo interdiscurso familiar que sua fala não era aceita, passou a querer controlá-la, utilizando estratégias como bater com as mãos, acreditando que a palavra seria mais facilmente liberada. Conforme Azevedo (2000, 2006); Azevedo e Freire (2001), não localizando onde está seu erro, a criança procura a solução no corpo. Isso explica por que ora a criança pode apresentar uma fala sem ou com imperceptíveis rupturas, ora pode utilizar truques bizarros para falar. Tudo depende das condições de produção a que está submetida. Mesmo sem reclamar da fala da criança, ficar com um rosto tenso, esperando a sua fala já é uma atitude que clama por sentidos, pois as expressões faciais também fazem parte das condições de produção do discurso. De acordo com Orlandi (2007), no silêncio o sentido é. O não dito marca sua presença pelo estranhamento, não reconhecimento. Isso nos lembra Pêcheux (2009, p.161) quando afirma que “[...] aquilo eu digo não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer”. A criança percebe a ansiedade do outro e isso pode, também causar-lhe ansiedade; insegurança na capacidade de falar, provocando um estado de tensão e um prejuízo no sinergismo necessário aos músculos, afetando a execução da fala. É importante ressaltar que a ansiedade não causa a gagueira, pois, mesmo em situações que o sujeito está tranquilo a gagueira poderá emergir. As reações dos interlocutores frente a fala gaguejada, uma reiteração de situações discursivas de estranhamento ante a fala é que poderá colocar o sujeito que gagueja numa posição discursiva de inferioridade, o que gera a ansiedade.

A partir da entrada no GEAGI, o sujeito B e a criança estão ressignificando algumas concepções. Já percebem que não existe fluência absoluta em nenhum falante. O sujeito B direciona a sua atenção aos próprios momentos de ruptura e do outro, procurando valorizar os momentos de fluência da criança. A criança está com maior fluidez na fala, pois percebe, no grupo, sujeitos em situação semelhante à sua e que a fala não requer controle para sua emissão.

O sujeito B mostra fazer muito esforço para não faltar, a criança também gosta de participar do grupo. A terapeuta, no último segmento discursivo, fala da importância da frequência, pois é uma forma da própria criança identificar condições de produção geradoras de fluência ou gagueira e como é mais simples falar sem esforço, desmitificando crenças de que movimentos associados liberam a fala. Apesar da resistência do pai em comparecer às sessões, a dinâmica familiar parece ter mudado. O sujeito B está se contraindentificando à FD de fluência ideal e a criança está mais fluente e não bate mais as mãos.

Sequência Discursiva 3

Sujeito C1- Quando cheguei, ela falava... meu Deus do céu! (o sujeito C se referindo à criança do sujeito A) ela falando com ela mesma, meu Deus do céu... meu filho é gago, mas ela, minha nossa Senhora... Meu Deus do céu... eu te confesso, eu pensei: meu filho vai ficar mais gago, hoje você vê o processo, né? Eu percebo também que quando ele não tá com T. não tá sendo acompanhado, ele regride muito, não é pouco não, é muito. Ontem mesmo, ele ia fazer uma apresentação, ele estava assim com o olho (a mãe pisca, mostrando o que a criança fez). Eu disse: - Faz a apresentação olhando pro espelho, ele percebeu e falou: - Eu tô piscando e eu disse: tá. Lembra o que T. falou? Achei interessante, foi instantâneo, ele parou, depois começou de novo. Olha, você está nervoso, ansioso, lembra o que T. disse? Vá fazendo o que ela disse (...)

Sujeito C2- Antes ele pegava na pitoca pra falar depois batia o pé, depois não fazia mais nada. O grupo vai ajudar ele em relação a outras crianças, eu digo a ele você lembra como A. chegou? Todo mundo passa por esse processo e você vai chegar. Ele passou seis meses sem gaguejar nada, não sei se é emocional, não sei se é na escola ou até em casa mesmo. L., que é a irmãzinha dele sabe, ela não fala da fala dele.

Sujeito C3 – Todo ano é um trabalho, no primeiro dia de aula vou falar com a professora. Eu pergunto a ele: - Na escola, como é que está? Ele tinha dois coleguinhas que falavam que ele era gago e ficavam rindo até eu descobrir isso. Falei com a diretora, falei com a professora, falei com os coleguinhas. Eu disse: - meu filho gosta tanto de você e ele ficou chateado porque você ficou rindo da falinha dele. Acho importante ir na escola falar com os professores.

Sujeito C4- Eu acho muito interessante ele com os primos. Os coleguinhas já percebem também, eles vão lá pra casa, quando vão ao cinema, vão as mães, eu vou, quando C gagueja eles não corrigem nada, eles ficam esperando ele falar.

T1 - O trabalho em grupo é muito bom porque eles observam uns aos

Sujeito C5 - Estava passando uma entrevista de 13:00 no jornal e era um médico muito conceituado

outros. A gente começa falando da semana como é que foi. Muitos preferem se esconder atrás da gagueira. Falar gaguejando, falar com força, difícil, falar suave, a gente sempre comenta né, que situação você falou difícil? Que situação você falou fácil? Por que você falou difícil naquela situação? Será que foi porque pensou que ia gaguejar? Você fez força na hora de falar? As crianças são muito observadoras.

e gago e ele tava dando uma entrevista e aí eu chamei: - C, vem ver uma coisa, vem cá vê, você via que ele fazia e controlava. Quando ele ia falar, parava. Eu disse: - tá vendo, C? É natural. Foi no NETV.

Sujeito C6 -Eu achei muito interessante, até chorei no dia ele tava brincando com L. no Ipad, tem um gatinho e tem lugar pra gravar, ele disse: - Oh mãe eu gravei, eu sou muito gago, eu estou muito gago. Eu chorei muito à noite. Eu entrei no site, fui procurando, procurei até fora daqui, soube que a Católica tem um grupo e conheci N. ela até foi professora de uma amiga minha.

Análise da sequência discursiva do sujeito C

Percebemos pela fala do sujeito C, no primeiro segmento discursivo, que a ansiedade foi o que a mobilizou a buscar ajuda. O processo de constituição da gagueira permanece ignorado pelo sujeito C, pois acredita que a fala gaguejada de alguém pode agravar outra. Isso constitui um dos mitos presentes em sua FD. Associa as ausências na terapia como produtoras de mais gagueira o que gera um efeito de sentido de uma relação sinonímica em que ausência no grupo equivale a aumento de gagueira. A fala do sujeito C produz um efeito de sentido de não reconhecimento da fluência que já existe na criança, que não é algo que ela precise buscar fora de si como assevera Friedman (2012). O que está na raiz do modo gaguejante de falar é a previsão a priori de que irá falhar e a ideologia do bem falar. A não aceitação dos pais da disfluência da criança gera um funcionamento discursivo que persegue o objetivo de corrigir, controlar a fala e isto gera a previsão da gagueira como afirmam FRIEDMAN; DAMASCENO (2012), FRIEDMAN (2015); AZEVEDO (2000, 2006, 2013) AZEVEDO; FREIRE (2001); PETRUSK (2013). Algo que seria transitório pode se instalar e esta talvez seja a situação do sujeito C, ou seja, já possui a gagueira sofrimento.

Na criança do sujeito C como em todas que gaguejam a tensão natural entre língua e fala transforma-se em oposição e há um privilégio do eixo da língua sobre a fala, esta se perde, fica à deriva (AZEVEDO, 2000, 2006, 2013; AZEVEDO; FREIRE, 2001).

Essa dinâmica fundante do processo de aquisição, funcionamento e desenvolvimento da linguagem parece ignorada (desconhecida, provavelmente) pelo sujeito C, como mostra na segunda sequência discursiva, que atrela a gagueira a uma possível ansiedade, nervosismo, causas emocionais. A emoção mexe com o tônus visceral, esquelético, mas isto acontece com qualquer pessoa. Considerar o nervosismo como desencadeador da gagueira é um mito e faz parte das formações ideológicas do sujeito C. Os estados emocionais estão presentes em todo processo discursivo e fazem parte do funcionamento da gagueira. Em muitas situações discursivas, a gagueira pode emergir, mesmo o sujeito estando calmo, sem ansiedade, e isso corrobora nossa compreensão de que se trata de um distúrbio de linguagem, relacionado diretamente às condições de produção do discurso caracterizado pela previsão e certeza *a priori* do erro, como asseveram AZEVEDO (2000, 2006; 2013); CAVALCANTI (2011); PETRUSK (2013); FRIEDMAN (2014)

É importante o trabalho em grupo porque atenua o sofrimento, percebe-se que existem outras pessoas que sofrem com o mesmo problema (FRIEDMAN; PASSOS, 2007) e também a terapeuta está trabalhando a mudança da FD da gagueira ao permitir que a criança se reconheça como “autor”, sujeito do discurso e que a disfluência é parte da fluência. Ao mesmo tempo o sujeito C endereça ao terapeuta sua demanda conferindo a este um suposto saber que fará a criança transformar seu sintoma em outra coisa. O importante é valorizar os momentos de fluência, já que a disfluência é uma contingência constitutiva da fluência e que não existe fluência absoluta. O sujeito C desconhece que falar implica a possibilidade de errar, gaguejar, apoiar-se em um significante inesperado, pois a linguagem é constituída pela falta, incompletude (AZEVEDO; FREIRE, 2001). O Outro que é próximo à criança e encarnou a ordem simbólica desde *infans* foi sua mãe. O sujeito C percebe a disfluência como problema desde a mais tenra idade da criança e isso foi passado para esta em diferentes condições de produção, inicialmente em casa através do discurso da mãe, de suas expressões corporais de insatisfação, posteriormente pela escola através das reações de alguns ouvintes frente à fala gaguejada.

Nesta situação, a ansiedade, a atenção direcionada pelo sujeito C à gagueira da criança, a não aceitação de sua fala, possivelmente o constituiu como gago e é, a partir desta posição, que irá falar. Ao interpretar a fala da criança como gaguejada, o sujeito C não se coloca como sua interlocutora, mas avaliadora da fala. Mesmo sem querer, o sujeito C alça um

discurso autoritário que obsta a criança na identificação do erro dentro daquele espaço discursivo. A criança perceberá a existência do erro, mas não o identifica, sendo incapaz de movimentá-lo em seu discurso. Na tentativa de atender à demanda da família, posteriormente da escola e não se mostrar um mau falante, prevê onde falhará e canaliza a tensão trazida pela possibilidade discursiva para outras partes do corpo.

No segundo segmento discursivo, o sujeito C fala que ao ingressar no GEAGI a criança utilizava estratégias não discursivas para liberar a fala, como bater com os pés, pegar no órgão genital. Parou de utilizar esses truques e, atualmente, pisca, quando prevê que a palavra não conseguirá ser dita. A criança acredita que os truques camuflarão a gagueira, mas eles mesmos se constituem em gagueira, agindo como solução para liberar algo que foi previsto e que é suporte à falta de confiança na própria capacidade de falar como afirma Friedman (2015). O sujeito gago se encontra preso à materialidade da língua, ao discurso da impossibilidade. É importante acentuar que o espaço de constituição do sujeito é sempre uma posição *em relação a*, o que pode conduzir o sujeito gago a se deslocar de espaços cindidos e da posição fixa de sujeito para sempre gago (AZEVEDO; FREIRE, 2001; AZEVEDO, 2000, 2006; 2013).

No mesmo segmento discursivo, o sujeito C traz à baila a importância do trabalho em grupo, porque pessoas com as mesmas dificuldades compartilham sentimentos, emoções, dúvidas. Quando acreditamos que o sujeito se esconde por trás da gagueira como uma máscara, como afirma Tassinari (2001), desliza para o efeito de sentido da teatralização de uma cena em que o sujeito resiste em se reconhecer como autor. Circula um efeito de sentido que o sujeito gago não queria ser aquele que está se mostrando, melhor seria se aquele que titubeia na fala fosse um personagem e não ele locutor. Não compreendendo que está numa posição discursiva que pode mover-se, considera-se preso a uma posição de incapacidade. É importante lembrarmos que “[...] O espaço de constituição do sujeito é sempre uma posição em relação a”[...] (AZEVEDO; FREIRE, 2001, P.153). Isso implica que uma posição discursiva pode deslocar-se para outra. Consideramos que usar a gagueira como uma máscara, fixa a criança do sujeito C em uma única posição, para ele imutável, de sujeito gago.

No terceiro segmento discursivo, percebemos que a mãe se coloca numa posição discursiva de informante à escola do que acontece com a criança, quando tal processo deveria ser desenvolvido pelo terapeuta já que os pais estão afetados pela ideologia do bem falar e também devem ser incluídos no processo terapêutico. Já defender o filho da reação dos colegas e pedir a colaboração dos professores no sentido de desenvolver um trabalho nesta direção é pertinente a posição sujeito que os genitores ocupam na formação familiar e social. O que este

segmento convoca é que a mãe precisa superar a tendência de comentar a fala do filho porque isto cria, entre alguns efeitos de sentido que a criança é deficiente, diferente, excluída. Consideramos o trabalho em grupo como um coletivo que propicia força a cada sujeito para o enfrentamento de um interdiscurso social de preconceito que circunscreve a gagueira como desvio, anormalidade. O trabalho em grupo permite a apreensão da linguagem não só no espaço da parentalidade, mas na dinâmica do grupo, mobilizando aspectos inter e intrassubjetivos, favorecendo o deslocamento de posições fixas que dificultam a comunicação (FRIEDMAN; PASSOS, 2007).

No quarto segmento discursivo, o sujeito C evidencia a importância do respeito em relação ao tempo de fala da criança, a não correção de possíveis falhas. O sujeito C já percebe o que faz do outro um interlocutor ou um censor da fala da criança. No quinto segmento discursivo, o sujeito C chama a atenção da criança na televisão para a entrevista realizada com um médico conceituado e gago, o que faz ecoar um efeito de sentido de realização e sucesso profissional independente de gagueira, mostra que esta não é um impedimento social, profissional, que é preciso enfrentá-la. Isso evidencia um processo de mudança nas Formações Ideológicas (FI) do sujeito C, que vê o gago de uma perspectiva positiva. No sexto segmento discursivo o choro cria o efeito de evidência de tristeza, a angústia, insatisfação do sujeito C, muito mais do que a criança, ao ouvir o filho reconhecer sua voz na gravação como muito gaguejada. O sujeito C está inscrito em uma forma-sujeito de fluência como linearidade de fala e não percebe que a fluência é algo que já existe na fala de todos preso que está à materialidade da língua.

É difícil nas escolas desvencilhar as pessoas do interdiscurso social e cultural que insiste em significar o gago como engraçado, descoordenado. De tanto se repetir, este sentido ganhou uma regularização na memória discursiva da sociedade. A memória aciona dizeres que se atualizam no momento da enunciação, produzindo o esquecimento de outros dizeres. A gagueira é percebida como um sintoma que sinaliza uma doença. Para mudar esta situação, é importante uma parceria entre escola, família e terapeuta, porque, dessa forma, se aprenderá a lidar com a situação sem segregação, constrangimentos, correção. Agir naturalmente, respeitar o tempo de fala, deve ser uma prática seguida por todos que convivem com a criança.

No último recorte discursivo, percebemos que a criança toma efetivamente consciência de sua gagueira ao escutar sua própria fala no gravador e o comentário da criança fez ressoar o implícito de sua tristeza, sua atenção ficou presa às rupturas na fala. Após algum tempo de entrada no GEAGI, seu sentimento em relação à fala mudou. A criança apresentou uma evolução e o sujeito C, mesmo inscrito na FD de fluência ideal, com esta se contraidentifica,

na medida em que se distancia e questiona determinados saberes. A forma-sujeito da criança se fragmenta e essa começa a interrogar certos saberes que o prendiam a uma única posição. No entanto, o não dito da mãe se presentifica em sua reação corporal, em suas expressões faciais constituindo uma condição de produção que possivelmente apresenta aos olhos do filho sua ansiedade, tristeza e insatisfação com seus momentos de gagueira.

Sequência Discursiva 4

Sujeito D1 – Está se saindo muito bem em relação ao primeiro dia dele aqui.

(...)

*Sujeito D2 – **Tinha inclusive uma amiga de C. (mãe) minha namorada, que indicou pra ela esperar, que isso era comum, que a filha dela tinha, e gaguejava bastante, tinha isso e parou. Indicou pra ela esperar e ela, acreditando na amiga, ficou protelando, protelando e depois quando surgiu aquela oportunidade na semana da gagueira eu achei uma boa trazer. A minha namorada até achava que ele podia piorar porque também sou gago. Quando eu era criança, minha mãe colocava colher de pau na minha cabeça pra ver se eu melhorava, quando eu comecei a frequentar a fono, vi que a gagueira não pega nem piora outra.***

T1 – Por isso é importante frequentar uma fonoaudióloga, preferencialmente que seja especialista em gagueira. É importante desmitificar algumas ideias que passam pela cabeça das pessoas como dar susto, uso da colher de pau, fazer o pinto piar dentro da boca, pois isso em nada ajuda.

*Sujeito D3 (mãe)- **Ele fazia força pra falar, chegou um momento que não queria mais falar. Ele dizia: - eu sou gago e ficava calado, apontava para não falar. Ele evitava falar... ele tinha 3 anos, agora tá com 4. Agora nem parece como antes fala sem medo***

T2- Com 2 anos e meio, já carregando esse peso da gagueira. A criança hoje começa cedo. Antes começava com 5, 6 anos, hoje em dia vai mais cedo pra escola.

Análise da sequência discursiva dos sujeitos D1 e D2

Percebemos que crianças cada vez mais jovens se constituem como gagas. A criança já se via como gaga ao chegar ao GEAGI, visto que com dois anos e meio apresentava muitos bloqueios e tinha consciência de sua fala gaguejada. Sentia-se silenciada, pois na tentativa

infrutífera de falar bem e não se mostrar gaga fazia esforço tensionando músculos e órgãos responsáveis pela sinergia na execução da fala. No segundo segmento discursivo do sujeito D1, ele fala que o sujeito D2 resolveu esperar, o que evidencia a ideia do senso comum em que não se entende a gagueira como processo inerente ao desenvolvimento da linguagem, mas como algo que desaparece.

O sujeito D1 é gago e já possuía alguns mitos desfeitos, como bater com *a colher de pau*⁵ *virgem sobre a cabeça de quem gagueja* para cessar a gagueira, por ter também já frequentado um fonoaudiólogo. É interessante assinalar que de acordo com Azevedo; Freire (2001); Azevedo (2000, 2006), a gagueira parece surgir na terceira posição relativa à estrutura da linguagem estudada por De Lemos (2002). A criança do sujeito D pode ter percebido uma disfluência maior em sua fala não só por ter escutado alguma conversa em casa, como também situado nesta terceira posição, caracterizada por De Lemos (2006) pela divisão do sujeito entre duas instâncias subjetivas não coincidentes, ter direcionado a atenção para fala do outro e para a sua própria.

No segundo segmento discursivo do sujeito D1, percebemos que o sujeito D2 enquadra a gagueira como uma doença, que com a convivência pode passar para o outro e ficava ansiosa pelo padrasto do filho ser gago. Isso decorre de uma memória discursiva marcada por um discurso médico positivista que encapsula a gagueira a um problema orgânico. Com a convivência no grupo este mito foi desfeito. Percebemos no discurso da mãe a hereditariedade de ideias. A gagueira não tem um traço de hereditariedade e sim a disfluência conforme afirma Friedman (2012). Essa hereditariedade de ideias se refere à reação social constante, imperativa de interpretar a disfluência como gagueira. A criança do sujeito D não *contraiu* uma gagueira, pois essa não é uma doença, mas, pode ter se tornado gaga em função do modo de interlocução que se estabeleceu em sua família, das condições de produção vivenciadas pela criança.

No terceiro segmento discursivo do sujeito D1, observamos que a criança, não se situando em relação ao seu erro, preferia silenciar para não descortinar sua gagueira. Coloca-se em cena a cristalização da criança na terceira posição numa dialética entre reconhecimento e estranhamento da própria fala. A criança, cristalizada na terceira posição, implica estar aprisionada ao eixo paradigmático que se sobrepõe ao sintagmático, como fala Carneiro (2006).

⁵ Há também, no imaginário de alguns sujeitos, mitos sedimentados socialmente, como o de que a gagueira *pega*, como se fosse uma doença; que bater uma colher de pau virgem na cabeça da criança sem ela perceber, com o susto cessará a gagueira, De acordo com Azevedo (2000) e Merlo; Silva (2015) além destes mitos existe ainda a crença que o nervosismo, a insegurança, a ansiedade causam a gagueira o que é desconstruído nas sessões terapêuticas.

No terceiro segmento discursivo, o sujeito D2 afirma que a criança fazia força para falar, pois já tinha uma imagem estigmatizada de falante característica inerente à gagueira sofrimento (FRIEDMAN, 1994). O esforço com o corpo, de acordo com Friedman (2015), é tentar corrigir um erro para não decepcionar pessoas que, para o sujeito que gagueja, são significativas. Preso à forma de falar e querendo controlar o que é automático, o sentido fica à deriva. Ao ingressar no GEAGI e compartilhar com os colegas a mesma dificuldade, a criança começou a soltar a fala, interagir, desprendendo-se do eixo da língua.

O advérbio *agora* marca um momento em que a criança se encontra inscrita em uma forma sujeito de fluência não linear, aceitou o momento de gagueira, como algo natural e que não se cala por isso, mas segue em frente, assumindo seu momento de tensão como parte de seu modo de ser fluente.

O trabalho em grupo criou vínculos tanto para a criança quanto para os sujeitos D1 e D2 e foi capaz de colocar em funcionamento processos de identificação, oposição, aliança entre outros. O trabalho em grupo possibilita ao terapeuta intervir tanto em nível individual quanto coletivo, promovendo deslocamento de posições fixas (FRIEDMAN; PASSOS, 2007). A criança, o sujeito D1, bem como o sujeito D2, começaram a perceber o sujeito enquanto posição e fragmentaram cada um sua forma-sujeito interpelados pelos saberes que circulavam no grupo.

Como em nossa proposta, a demanda parte do paciente e a criança progrediu satisfatoriamente, os sujeitos D1, D2 e a criança deixaram de comparecer às sessões que foram frequentadas por aproximadamente um ano. Como as fronteiras das formações discursivas são porosas, os sentidos podem facilmente mover-se conforme afirma Indursky (2011). percebíamos a mudança de posição da criança facilmente. Mais desinibida, autônoma, feliz com sua fluência, sabendo que todas as pessoas, apresentam, em algum momento, disfluência, que é constitutiva da fala. Os sujeitos D1 e D2 (padrasto e mãe da criança) também se desidentificaram da FD de fluência ideal e passaram a identificar-se a FD de fluência não linear, pois agora compreendem que a fluência é constituída por disfluências e que estas são inerentes ao processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem.

Sequência Discursiva 5

Sujeito E1- Eu achei já algumas melhoras. Ele estava iniciando como se fosse um TOC prá falar. Tava batendo o pé e assim gesticulando muito e agora já melhorou, essa parte ele não faz mais, aí tô achando uma melhora muito grande, pra pouco tempo né? Porque ele já fez acompanhamento quase 2 anos no fono e eu não estava vendo resultado, ele já estava desenvolvendo outras coisas que não era pra acontecer e o irmão dele de 2 anos já percebia, Quando ia falar, já batia como se fosse um sistema nervoso, ele tinha que fazer alguma coisa pra fala sair ou então fazer força. Você tem que ter calma que você vai falar, respire fundo, você nasceu falando, ninguém na família é gago, aí ele agora já notei a melhora.

T1 – Eu me lembro na última terapia da gente, a gente estava vendo como ele também, como ele usa muito gesto pra falar e diz aquilo, aquilo o quê? diz que você consegue dizer né, porque se deixar ele não fala, ele bota alguma coisa no lugar.

Sujeito E2- Assim também mudei de colégio, esse ano ele está em outro, porque ele estava tendo problema, todo mundo chamando ele de gago, aí ele já não queria ir, nem pra ler ele não ia mais pro quadro, quando era pra ler ele não lia. E a professora, eu achei errado isso, porque ela sabia do problema era pra ter contornado a situação, foi deixando levar, chegou a um ponto que nem ela conseguia mais segurar os meninos.

T2 – E outra coisa a gente tem a ilusão que todo professor sabe lidar com gagueira, nem todo professor sabe lidar com gagueira né? O que ajuda é a gente ter escuta pra criança. Então às vezes tem que estar atento.

Sujeito E3- Eu chamei a diretora, é falei o motivo passado coloquei tudo a par. Aí essa até agora não estou tendo nenhum problema, graças a Deus.

T3 – A pior coisa é Bullying né? Ficar com apelido, a criança com apelido de gago...

Sujeito E4- Ele já é um menino que ele tem vergonha

de falar assim, por ele ser assim. Primeiro, ele não é um menino espontâneo que vai logo, ele fica um pouco até... Na primeira vez que ele veio aqui ficou muito calado, não foi?

(...)

Sujeito E5 – Eu conversei com ele em casa, disse que todo mundo tem um probleminha, foi aí que ele já foi...

T4 – E aqui ele está muito assim, deixando ele falar e mostrando que ele pode, que ele consegue falar e que todo mundo tem seu tempo prá falar, né? Mas assim ele usa muito isso, aquilo. Aquilo o que? ele aponta,, né? A gente vem tirando isso dele, botando ele pra falar.

Sujeito E6 – E melhorou muito os tiques dele. Ele tinha muito tique, ele batia o pé e fazia eh, eh, eh e não saia. E botou na cabeça dele que ele não lia porque ele era gago. Eu não consigo ler, eu sou gago, né mainha? Não, você vai ler sim, você vai ver que não é assim, bora comprar um gibizinho começa pelo gibizinho.. Consegui mãe! Agora bora pro livro maiorzinho e aí ele tá indo super direitinho

T5- Uma coisa que eu percebia nele é que ele apontava muito, então alguma coisa que ele queria.

Sujeito E7 – Quando era fácil, ele falava, mas quando ele via que ia travar ele apontava...

T6- É uma coisa que a gente não deixava no grupo, né? Principalmente porque no grupo é o lugar que vocês podem gaguejar mesmo, justamente para tirar esse controle que eles têm de não gaguejar, então aqui vocês não precisam usar truque de nada não precisa ter vergonha de nada. Todo mundo aqui gagueja, então não tem porque ter esse receio.

Sujeito E8 -Eu comprei um karaokê pra ele cantar bora cantar ele e o irmão dele, pra ver se ele soltava as palavras, saiam mais. Novidade... criança gosta de novidade, né?

T7- Quando ele está cantando, a gente sabe que cantando ninguém gagueja, porque o ritmo da música ajuda, a melodia ajuda, então se a pessoa for falar cantando também

não vai gaguejar... agora, isso não é terapêutico. Ninguém vai falar cantando, mas aí a gente pode usar isso pra mostrar a fluência, pra mostrar pra ele que ele pode falar sem gaguejar, porque a pessoa que gagueja costuma ficar prestando atenção só à gagueira, fica dando valor só aos momentos de gagueira, então os momentos que não gagueja acabam passando despercebidos e é um dos pontos que a gente trabalha no grupo, é não focar a gagueira.

T8 - Tente aumentar a segurança dele, incentive ele a falar, a ler, né? Mostre pra ele que é uma coisa que acontece com todo mundo.

T9 - Use o Whatsapp, mas com voz. É isso mesmo, você tem que estimular ele pra ele falar, pra ele se expor, a gente não pode ver a gagueira como limitação, porque a gagueira, ela não é limite pra nada, não impede nada, claro ele pode ter uma dificuldade maior, não pode enxergar a gagueira como não tenho condições de fazer isso, porque eu gaguejo, de jeito nenhum.

T10 - É uma coisa que a gente escuta muito no grupo de adulto... às vezes as pessoas tem uma visão errada da gagueira. Acho que até a mídia tem um pouquinho de culpa nisso, porque às vezes usa a gagueira como algo engraçado.

Sujeito E9.- A tia dele disse E tá bem melhor, eu disse tá, tá evoluindo direitinho bem melhor não tá... mas tá melhorando.

Mãe de E10- Há duas semanas atrás eu estava percebendo que ele (a criança) só queria... eu trabalho e ele mandando mensagem, eu pensei: por que esse menino agora não quer falar? só whatsapp? Ele disse:- Não mãe, porque é mais fácil. (a mãe)- Não, não é mais fácil, mãe quer ouvir sua voz, fale porque eu quero saber se você está bem. Mamãe só sabe se você está bem se ouvir sua voz, não é com mensagem não, ele só queria mensagem, mensagem, já pra não falar.

T11 – teve o caso de uma mãe outro dia, que sua filha ao pegar a condução da escola, outra menina que estava na condução indo pra escola disse: ah! É você que gagueja?. No dia seguinte a mãe pegou a menina da condução e disse: A partir de hoje você não fala com minha filha, ela não é gaga, não tem que falar sobre gagueira. Gente o que é isso? Fazer isso com uma criança!

Análise da sequência discursiva do sujeito E

A fala do sujeito E no primeiro segmento discursivo nos mostra que a criança é frequentemente silenciada pelas condições de produção. Basta existir um ouvinte que ele ou silencia, ou utiliza estratégias defensivas de evitação ou adiamento da gagueira, que apenas a ratificam, como bater os pés, gesticular, fazer força para a fala sair fluente, o que muda qualitativamente seu padrão articulatório, já que não se pode controlar, planejar algo que é automático como a fala.

Percebemos que, após ingressar no grupo, a criança parou com alguns movimentos associados à fala, no entanto se encontra preso ao discurso da impossibilidade, já que gesticula, aponta, preferindo silenciar a ser sujeito de seu dizer. A criança utiliza estratégias discursivas e não discursivas para que a gagueira não se materialize na interpretação do ouvinte.

A criança do sujeito E ocupa uma função sujeito na formação social, ideológica discursiva, que oscila na díade normal/patológico que, ao titubear na fala em suas formações imaginárias, é percebido como alguém que é atropelado pela língua em seu discurso e assim visto como anormal.

Acreditamos que a não aceitação da disfluência, inerente ao processo de desenvolvimento da linguagem, acabou produzindo uma imagem estigmatizada de falante na criança do sujeito E como afirmam Friedman (2001, 2014); Azevedo (2000, 2001, 2006, 2011; 2013).

Falar fluentemente não é algo que se processa apenas no cérebro, ou pela tensão muscular seja na região oral, cervical ou diafragmática, causada pelo bloqueio de alguma sílaba ou palavra, mas, antes disso, processa-se no espaço que envolve o discurso. A criança do

sujeito E aguarda seu momento de locução como uma tarefa árdua, já que além da certeza *a priori* do erro, é silenciado pela posição em que considera ser colocado pelo interlocutor.

No primeiro segmento discursivo, a mãe, no desconhecimento da gagueira como algo não patológico, a associa ao TOC (transtorno obsessivo compulsivo), distúrbio psiquiátrico de ansiedade, a nervosismo. O nervosismo, a ansiedade são estados emocionais que podem estar presentes antes, durante ou após situações de interlocução e não se constituem em desencadeadores diretos, mas fazem parte do funcionamento da fala gaguejada (FRIEDMAN, 2012). A solicitação da mãe para que tenha calma, respire fundo se configura como um discurso autoritário, levando em consideração que a criança não tem como contradizer o que está sendo pedido, nem promover a ruptura dessa interação paradoxal. O sujeito E pede que fale, mas que fale direito, conduzindo a criança a perceber que há algo errado em sua fala, mas não a situa na direção desse erro. A ideologia do bem falar apoia-se numa interdiscursividade que opera como repositório de sentidos onde o sujeito E, a criança, busca no já-dito material para ressignificar. Abre-se espaço para que sentidos negativos se apoiem às vivências de produção da fala da criança do sujeito E produzindo subjetivamente uma imagem estigmatizada de falante. Conforme Azevedo (2000, 2006; 2013), Friedman e Damasceno (2012) a gagueira emerge em função de situações discursivas, das relações de força envolvidas, das formações imaginárias do sujeito. No caso da criança do sujeito E, ela constrói uma teia de representações em que atribui a qualquer interlocutor a posse de uma fluência ideal e superior em relação a si próprio.

Interessante salientar que o sujeito E afirma que a criança já nasceu falando. Sabemos que antes de falarmos somos falados pelo Outros, o que nos permite a entrada no Simbólico. O que o sujeito E afirma ecoa um efeito de sentido de fluência ideal, desde o nascimento e que a gagueira tem uma causa hereditária. Já que na família ninguém é gago a criança não deveria ser, estabelecendo uma relação de causa e efeito. Sabemos com Friedman (2012) que a gagueira não é hereditária, hereditária são as ideias que são passadas em relação ao distúrbio de linguagem em que há reprodução de atitudes de rejeição em relação à linguagem.

O segundo segmento discursivo nos faz acreditar que o medo de errar, a previsão *a priori* que faz da sua falha no momento de falar, o medo que as pessoas riam dele, como aconteceu em relação aos colegas da primeira Escola, faz com que ele utilize estratégias variadas para evitar a gagueira, ou silenciar para que o erro não ganhe visibilidade na interpretação do ouvinte. Percebemos que muitos professores não estão preparados para lidar com essa situação e, sem querer, reforçam o *bullying*, o interdiscurso sedimentado em nossa sociedade que significa o gago como grotesco, esquisito.

No terceiro segmento discursivo, o sujeito E salienta a importância da Escola saber da situação, pois mesmo silenciado no segmento discursivo, o não-dito clama sentidos, que um trabalho coletivo de respeito ao outro, ao tempo de sua fala, favorece que todos possam ser percebidos como interlocutores da criança e não censores da sua fala.

No terceiro segmento discursivo da terapeuta, ela fala do apelido, do *bullying* que sofre o sujeito gago e lembramos o que fala Petrusk (2013): quando afirma que pior que gaguejar é ser apontado, discriminado. Isso também nos remete a AZEVEDO (2000; 2006; 2013), Damasceno (2012); Friedman e Damasceno (2012) que asseveram que a língua, por si só, não desloca o sujeito para a posição de gago, é necessário existir um outro que ocupe a posição de intérprete.

O sujeito E continua inscrito na mesma FD de fluência ideal, mesmo tendo mudado alguns comportamentos frente à fala gaguejada, tendo mais escuta e a criança evoluiu no aspecto de falar mais, colocar-se mais vezes como sujeito de seu dizer, no entanto, em algumas situações discursivas, faz a previsão do erro e prefere apontar, silenciar. Isso ainda acontece porque a criança assim como o sujeito E focalizam sua atenção à materialidade da língua com o objetivo de localizar e substituir a palavra que acredita ser difícil de pronunciar e que, portanto, gaguejará. Essa situação caracteriza um funcionamento discursivo em que o falante perde a posição de sujeito fluente sedimentando a produção de uma fala gaguejante, conforme atestam Friedman; Damasceno (2012); Damasceno (2012); Azevedo; Freire (2001); Azevedo (2000, 2006, 2013); Petrusk (2013).

No quinto segmento discursivo, o sujeito E refere-se à gagueira como um probleminha que todos têm, o que, na realidade, é a disfluência constitutiva da fluência, mas que, para o sujeito não gago, é natural e este só a percebe durante ou após o discurso. Já para o sujeito gago, ele espera o momento de locução como um trabalho difícil porque faz a previsão do erro antes mesmo que ele aconteça, antecipando que o outro não doará sentido a sua fala, mas fiscalizará o seu dizer como afirmam Azevedo (2000, 2006; 2013); Azevedo e Freire (2001); Cavalcanti (2011); Petrusk (2013), Friedman e Damasceno (2012); Friedman (2014, 2015) Não se trata de um probleminha, mas uma disfluência maior relacionada à história de vida, às condições de produção do discurso, à tentativa de uma fala perfeita, ao desejo de controlar algo automático, ou seja, à fala.

No sexto segmento discursivo, o sujeito E afirma melhoras no que ele chama de tiques, que são as estratégias não discursivas muito utilizadas pela criança antes de começar a comparecer ao GEAGI. Neste mesmo segmento discursivo, o sujeito mostra a criança presa ao discurso da impossibilidade de dizer, pois recusa-se a ler para que a gagueira não se evi-

dencie. A convivência nas sessões do GEAGI possibilita a movimentação de sentidos pela interdiscursividade que emerge, colaborando para percepção que a fala não precisa de controle, que existem outros sujeitos com situação semelhante.

A partir da interdiscursividade e de vivências de sensibilização da fala, pois existem também exercícios para que o sujeito perceba sua integridade e potencialidade articulatória, há a desestabilização de sentidos e abertura, deslocamento para sentidos outros, em que o participante do GEAGI vivencia experiências singulares que possibilitam sair da posição de sujeito gago para posição de sujeito fluente. O mesmo acontece nas sessões com o sujeito E em que comparecem outros familiares. Os sentidos circulam, deslocam-se, fazendo circular os sujeitos e a ideologia que lhes é constitutiva.

Com a convivência no grupo, a criança é solicitada a falar livremente e mostramos que a gagueira é um momento da fala e não um impedimento. Respeitar o tempo de cada um é imprescindível e refletir que as estratégias defensivas em nada auxiliam a falar, e quanto mais se tenta ocultar a gagueira, mas ela aparece. A alteração da produção articulatória da criança do sujeito E favorece cristalização da representação de si como mau falante e este não percebe que o motor que move a gagueira é o desejo de falar fluentemente. O sujeito E acredita que a disfluência é um problema não doando sentido aos trechos disfluente. A criança do sujeito E sabe o que vai dizer, mas teme falhar e sente vergonha, falta de confiança na capacidade de falar como atestam Azevedo (2000, 2006, 2013); Azevedo; Freire (2001); Friedman; Damasceno (2012); Friedman (1994, 2015) sem perceber isto afetada que é pelo esquecimento.

No sétimo segmento discursivo do sujeito E, este substitui o termo gagueira pela metáfora *travou*. O efeito metafórico é a deriva, o deslize, a palavra que fala com outras (ORLANDI, 2013) e é um processo constitutivo do sentido. O travar ressoa um efeito de sentido de parada, silenciamento. Travar corresponde a prender o ar que se estava usando na fonação. Tendo em vista que a gagueira é algo indesejável à trava, age como uma proteção, uma necessidade que impede a gagueira de ganhar visibilidade e, ao mesmo tempo, a mantém (FRIEDMAN, 2012). O sujeito relata que a criança, quando acha que não conseguirá dizer a palavra, prefere apontar, ou seja, frente à previsão do erro, foge do discursivo e, através do gesto e do silêncio procura significar. O GEAGI possibilita o encontro de ditos, não-ditos fazendo circular entre tantos sentidos que todos estão naquela sessão pelo mesmo motivo, e compreenderão através de trocas, reflexões que a fala não requer qualquer esforço, controle para sua emissão.

No oitavo segmento discursivo, o sujeito E afirma ter comprado um karaokê para estimular a criança a falar. Alguns pesquisadores de diferentes orientações teóricas consideram que cantando, falando sozinho com crianças, animais, representando, geralmente o gago

não gagueja. Consideramos que isso é relativo, pois mesmo sozinho, o sujeito pode ter uma representação de que existem outros e no caso da criança do sujeito E, mesmo com o irmão mais novo, ele gagueja o que consideramos que este sempre se vê diante de alguém que pode estar avaliando seu discurso. Pelas FI, o sujeito antecipa a imagem que o interlocutor faz dele e esse mecanismo regula a argumentação (ORLANDI, 2013).

A criança do sujeito E antecipa que o interlocutor o prende ao significante gago e só está esperando sua gagueira para rir, censurá-lo. Essa representação que se faz do outro a partir de seu próprio lugar está em suas FI, mas podem ou não estar no outro enquanto FD. Existe presente na fala do sujeito E o senso comum que cantando não há gagueira. Como não é preciso uma linguagem elaborada, é algo que o sujeito já conhece, não se tem aquela responsabilidade ao falar, que conjugado ao ritmo, favorece uma maior fluência na fala. Dificilmente há gagueira.

No nono segmento do discurso do sujeito E, um familiar acha o participante do GE-AGI bem melhor, porém a retirada pelo sujeito E do advérbio *bem* ecoa como efeito de sentido de que ele está preso à ideologia do “bem falar”, não levando em consideração que as repetições, hesitações, prolongamentos são constitutivas do processo de produção da linguagem. As disfluências sinalizam para o sujeito E que a fala ainda está comprometida, não está perfeita o que corrobora com o que afirma Friedman (2015) que a disfluência para o senso comum é um problema. As marcas linguísticas desenharam pistas da FD do sujeito, como assegura Romão (2012). Isso é o que percebemos na fala do sujeito E quando retira da fala de um familiar o advérbio *bem*. O sujeito E permanece identificado à FD de fluência ideal, mesmo mudando algumas de suas posturas frente à fala gaguejada da criança, contraindificando-se a alguns saberes relativos à gagueira.

No último segmento discursivo, o sujeito E percebe que, em certo momento, a criança só lhe envia mensagens e isso sugere que é uma forma de não falar. Percebemos que ele não mudou de posição discursiva, ou seja, encontra-se na posição de sujeito gago, que prefere silenciar a ser sujeito de seu dizer, para que seu possível erro não ganhe visibilidade nas situações de interlocução. O sujeito E então incentiva sua fala, recusando-se a aceitar mensagens. Essas ocultam o sujeito, a fala. A mensagem com voz, a princípio, é evitada pela criança, pois nesta entra em cena o sujeito da/na linguagem. As disfluências podem incidir em maior quantidade, quando se trata de uma gagueira já instalada, o que não implica em algo irreversível, de acordo com a nossa proposta linguístico-discursiva, nem impedimento para realização de diferentes atividades.

3.1. Breves análises e orientação escolar

Sabemos que a AD supõe um sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente, sendo ambas as ordens não coincidentes, o que não implica que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente (PÊCHEUX, 2009). Na interdiscurvidade entre as famílias emerge o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia do bem falar. Essa interpelação produz o efeito de evidência do sujeito-centro-sentido, origem do que diz e acredita que a fluência deve ser linear. Ninguém escapa da interpelação que procura obter um sentido na simultaneidade de um batimento, de uma pulsação pela qual o *non-sense* inconsciente não cessa de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende instalar-se (PÊCHEUX, 2009; GRIGOLLETO, 2008).

Interpelados em sujeitos gagos, cambiantes, pela ideologia do bem falar presente na sociedade, particularmente na família e na Escola, espaços nodais no desenvolvimento da linguagem, esses sujeitos sentem-se enclausurados numa fala entrecortada. A escola espaço que legalmente deve respeitar, colaborar, acolher as diferenças se converte em um local de estranhamento, turgidez frente a fala gaguejada em diferentes situações discursivas. A recusa coletiva do sujeito como *um*, enquanto semelhante, gera o isolamento, a exclusão.

Quando parte da classe imita, rejeita o aluno ressoa entre os efeitos de sentido um interdiscurso comportando um complexo de FD(s) de fluência ideal. É como se irrompesse um pré-construído, encaixando-se ao discurso do sujeito gago, fazendo-o acreditar na sua incapacidade de falar, pois o interdiscurso ressoa como já-dito intradiscursivo. A atitude de aceitação das diferenças em sala de aula reverbera a postura do professor. É salutar que todos os alunos incluindo o que gagueja pesquisem sobre a gagueira, que o professor dê uma aula geral sobre as diferenças individuais enfatizando o necessário respeito a elas.

A gagueira não corresponde ao todo da fala, é intermitente, pode emergir subitamente e desaparecer momentaneamente. É preciso conhecer e respeitar as dificuldades específicas do aluno, perceber quais situações de fala são mais difíceis para ele. É preciso escutar o que o outro tem a dizer, sem se preocupar com a forma como está falando e dar o tempo que necessita para se comunicar. Percebemos nas análises que a maioria dos professores não está preparado para enfrentar a situação de ter um aluno que gagueja em sala.

Pelo relato dos sujeitos, falar em público, apresentar trabalho é uma condição de produção geradora de gagueira, pois terá que expor uma linguagem mais elaborada, talvez não tenha o domínio do assunto tanto quanto queria, portanto não se deve forçar o sujeito a estas

situações constrangedoras. Os sujeitos gogos, pelas suas FI, acreditam que o ouvinte não terá atenção à importância da mensagem, mas como intérprete considerará seu discurso risível.

Quanto mais restrita for a liberdade discursiva, mais acentuada será a gagueira. É importante perceber que a fluência já existe, não é algo a ser buscado fora de si (FRIEDMAN, 2012). É importante não obrigar o sujeito que gagueja a se expor caso ele não deseje, não ignorar e sim mostrar interesse no que o sujeito está dizendo, lembrar e respeitar o seu tempo e modo de falar, compreender que subjetivamente está organizando o que pretende dizer (2015).

Em nada ajuda ficar reclamando da fala do sujeito. Ele não gagueja porque quer, porque faz propositalmente, pelo contrário é um sofrimento e um conflito que se instala, ou seja, falar e falhar ou silenciar e não expor o que tem vontade. É também interessante que se vá à escola, pois os relatos que chegam ao grupo e consultório é que os docentes não estão preparados para enfrentar esta situação, assumindo posturas de rejeição à gagueira.

É necessário fortalecer a forma de falar do sujeito que gagueja, doando sentido, mostrando que é válida diante de situações negativas (FRIEDMAN, 2015). Quando se acredita que o sujeito está gaguejando, não é ele que tem que se adequar a um ideal de fala esperado pelos pais e demais pessoas que lhe são significativas, mas estas pessoas precisam compreender o que é fluência, disfluência e gagueira para não comprometer a confiança do sujeito em sua capacidade da falar (FRIEDMAN, 2012)

Segundo Azevedo (2000, 2006, 2013), sujeitos substituem palavras como estratégia discursiva por se acharem incapazes de produzir determinados fonemas, palavras que em situação clínica produzem normalmente o que nos leva a compreender que as condições de produção e não apenas a previsão a priori do *erro* são fundamentais para a compreensão da origem e manutenção da fala gaguejada.

A Escola precisa estar aliada à família no processo de lidar com a gagueira, pois o *bullying* acontece principalmente com qualquer característica que se acentue. É importante realmente a presença da família na Escola e uma parceria entre família, Escola e terapeuta, para que uma situação transitória não se cronifique, prejudicando o relacionamento interpessoal e o rendimento da criança. É preciso que o pré-construído visto por Pêcheux (2009), como o sempre-já-ai, o encaixe sintático como fala Indursky (2011) e que irrompe no discurso do sujeito não como algo vindo alhures, mas como efeito de produção do próprio sujeito não prenda o sujeito gago ao discurso da impossibilidade, silenciando-o. É preciso desconstruir este interdiscurso presente no imaginário social e o processo terapêutico faz parte do *status nascendi* desta desconstrução.

Conforme Freire (2002), o terapeuta deve colocar-se como parceiro interacional do sujeito. Os distúrbios, desvios de linguagem são indícios de subjetividade, apresentam-se como marcas da história interacional do sujeito, cuja significação precisa ser desvelada.

No último segmento discursivo, a terapeuta esclarece que em nada ajuda o familiar se indispor com algum colega de Escola do filho porque aquele chamou este de gago. Isso só cria um mal-estar dentro da classe e chama a atenção de todos para a gagueira. É preciso, sim, falar com a direção e professores para um trabalho de conscientização com respeito às diferenças. Se o familiar afirma que a criança não é gaga, ecoa um efeito de sentido de não aceitação da fala da criança. De acordo com Friedman e Passos (2007), é preciso que o sujeito entenda a razão de aceitar a gagueira, o que permitirá desarticulá-la. Se a família não aceita, sente vergonha, como poderá o sujeito aceitá-la? O aluno que chamou o filho de outrem gago perceberá que a mãe se incomoda e passa a informação para o outro, que passa para o outro. Isso gera o boato que se constitui um fato da vida social pública, aponta o funcionamento coletivo da palavra. É a ideia de burburinho, notícias anônimas que se difundem publicamente sem confirmação (ORLANDI, 2012). Até chegar aos ouvidos de todos, a criança é solicitada a falar e, então, ou silencia, ou em algum momento corrobora os flancos do dizer.

A ideologia dominante do bem falar faz calar os sujeitos gagos que se sentem numa situação desprivilegiada em relação a outros falantes. A grande dificuldade de enfrentar a ideologia dominante é porque ela não se inculca apenas na consciência, mas intervém também inconscientemente, criando marcas que dificilmente serão apagadas dentro da sociabilidade que a criou (MAGALHÃES, 2012). É difícil para os sujeitos apagarem as marcas da ideologia dominante do bem falar. Isto não implica que os sujeitos não desestremem e reestremem seus discursos, tendo em vista que a FD não é algo fechado. O discurso irrompe nas redes de memória, nos trajetos sociais de que nos fala Pêcheux (2008) e permite uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos não só dos sujeitos em estudo, mas de todos os sujeitos

Acreditamos que todos progrediram no grupo. Os sujeitos mudaram algumas concepções, posicionamentos. As crianças aprendem a não ter receio de falar, não ter que controlar a fala. Duas famílias, a do sujeito A, representada pela tia, e a do sujeito D1 e D2 representada pelo padrasto e pela mãe, mudaram suas FD de fluência ideal para fluência não linear. As crianças das respectivas famílias mudaram suas posições discursivas de sujeito gago para sujeito fluente. A escuta terapêutica foi muito relevante em todo o processo desde o contato inaugural até o momento de alta. As análises dos sujeitos A e E se estenderam em relação aos outros participantes da pesquisa porque consideramos os recortes que mais incidiram a ocorrência de mitos e o silenciamento das crianças gerados pelo estranhamento do professor, o

não saber lidar com a situação em sala de aula. No caso do sujeito E, foram analisados uma quantidade maior de segmentos discursivos. Acreditamos que a gagueira não está no sujeito gago, nem no interlocutor, mas no espaço intervalar, discursivo, em uma relação direta com a exterioridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que desejo contar alguma coisa,
não faço nada; mas quando não desejo contar nada,
faço poesia.
(Manoel de Barros)

Este trabalho objetivou analisar o discurso de familiares de crianças ditas gagas no Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira Infantil (GEAGI) para identificar a evidência de mitos, além do silenciamento da criança, bem como descrever a mudança de Formação Discursiva no discurso da família de crianças identificadas como gagas e constatar a mudança da posição sujeito da criança a partir do discurso das famílias e participação do pesquisador no GEAGI.

Concordando com alguns estudiosos, o sujeito pode ser ideologicamente interpelado. Isso o inscreve em determinadas FD, consideramos que a maioria das famílias analisadas se encontra contraidentificada à FD de fluência ideal, mesmo ainda permanecendo nela inscrita, pois começaram a distanciar-se dela e questionar algumas concepções, o que no início da entrada no GEAGI não acontecia. Os sujeitos A e D já se encontram desidentificados à FD de fluência ideal, bem como suas crianças se inseriram na FD de sujeito fluente, o que resultou em alta terapêutica.

É relevante considerarmos como os discursos da família e da Escola silenciam em muitos momentos a criança. Isto nos lembra Fernandes (2008), quando fala que, na voz do sujeito há ecos de diferentes vozes sociais, caracterizando uma heterogeneidade peculiar à sua constituição. Nas vezes que silencia, pode a criança antecipar, nas suas Formações Imaginárias, (Fim) os diferentes discursos da família, da professora e dos colegas. Com a entrada dos sujeitos e das crianças no GEAGI, houve um salto significativamente qualitativo na produção da fala dessas

Podemos perceber, também, partir da análise dos recortes discursivos das famílias, a presença de mitos e de formações discursivas que, com a entrada no grupo (GEAGI), foram modificados. Evidenciamos mitos como o susto com o uso da colher de pau virgem faz cessar a gagueira; A gagueira pega, é contagiosa; o nervosismo, a insegurança e ansiedade causam a gagueira. Existiram desidentificações de duas famílias às suas FD iniciais e mudanças de posição de sujeito gago para sujeito fluente. As famílias que ainda estão inscritas na mesma FD já se contraidentificam questionando e se distanciando de alguns saberes. O que cola-

borou para este trabalho de mudanças na forma sujeito foi a escuta sistemática das famílias pela terapeuta.

Não consideramos o trabalho concluído, pois a intenção foi iluminar novos caminhos, abrir espaços para diferentes leituras, posicionamentos, questionamentos. Nos consideramos parte de um acontecimento significativo, marcando neste trabalho nosso gesto de interpretação, autoria tendo a AD como solo teórico para o estudo da gagueira.

Como efeito de conclusão acreditamos que os princípios teóricos e práticos da AD se mostram bastante efetivos como base para uma proposta terapêutica que pretende promover mudanças de FDs da gagueira para FDs da fluência, em familiares e crianças assujeitadas a FDs da gagueira, reconduzindo os falantes à liberdade e à espontaneidade da fala.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Regina Moscato; FREIRE, Regina Maria. Os sentidos do sintoma de linguagem na clínica fonoaudiológica. In: PASSOS, Maria Consuelo (org). **A clínica fonoaudiológica em questão**. São Paulo: Plexus, 2001.

ANDRADE, Claudia Regina F. de. Abordagens neurolinguística e motora da gagueira. In: FERNANDES, Fernanda D. M.; MENDES, Beatriz C. A.; NAVAS, Ana Luiza P. G. **P.Tratado de fonoaudiologia**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2014.

_____. **Diagnóstico e intervenção precoce no tratamento das gagueiras infantis**. Carapicuíba, SP: Pró-fono, 1999.

ANZIEU, Annie. et al. Psicanálise e linguagem. **Do corpo à fala**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.

_____. Da carne ao verbo: mutismo e gagueira. In: ANZIEU et al. **Psicanálise e Linguagem**. Do corpo à fala. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. Gagueira e violência oral, Bernard Barrau. In: ANZIEU et al. **Psicanálise e Linguagem**. Do corpo à fala. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. O corpo fantasmático do gago. In: ANZIEU et al. **Psicanálise e Linguagem**. Do corpo à fala. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: Um estudo enunciativo dos sentidos. Revisão Técnica da tradução, Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Jaqueline. Heterogeneidades enunciativas. **Cadernos de estudos jurídicos**. Campinas (19), p 25-42, Jul/Dez. 1990. Disponível em: <<http://www.revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012>>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

AZEVEDO, Nadia Pereira da S. G. **A gagueira na perspectiva linguístico discursiva**: Um olhar sobre a terapia. 2006. 200 f. Tese de doutorado em letras e linguística. Universidade Federal da Paraíba – PB.

_____. **Uma análise discursiva da gagueira**: Trajetórias de silenciamento e alienação na língua. 2000. 132 f. Dissertação de mestrado em fonoaudiologia. Universidade católica de São Paulo. (PUC) – SP.

_____. **Uma análise discursiva de sujeitos com gagueira**. Nº 34, 2013, p. 145-163, 2013. Gragoatá. Disponível em: <http://revista_eletronica_gragoata.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. FREIRE, M. R. Trajetórias de silenciamento e aprisionamento na língua: o sujeito, a gagueira e o outro, In: FRIEDMAN, S.; CUNHA, M. C. **Gagueira e subjetividade**: possibilidades de tratamento. São Paulo: Artmed, 2001.

BOHNEN, Anelise Junqueira. **Estudo das palavras gaguejadas por crianças e adultos**: caracterizando a gagueira como um distúrbio de linguagem. 2009. 196 f. Tese (tese em lin-

guística aplicada). Instituto de letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: editora da Unicamp, 2012.

CALIL, Vera L. Lamanno. **Terapia familiar e de casal**. 8 ed. São Paulo: Summus, 1987

CARNEIRO, C. R. Refletindo sobre a gagueira de um ponto de vista linguístico. **Caderno de estudos linguísticos**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

CAVALCANTI, Tatiana Maria C. **Análise do discurso de adultos diagnosticados como gogos em três cidades do interior do estado de Pernambuco**. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade Católica de Pernambuco – PE.

CELESTE, Leticia C. et al. Influência da mídia sobre o olhar pedagógico da gagueira: Reflexões iniciais. **Revista CEFAC**. v 15, n 05, São Paulo: Set/Out, 2013.

CHIEPPE, Daniela Cais; FERREIRA, Leslie Piccolotto; Giannini, Susana Pimentel Pinto. O trabalho em grupo na área de voz: considerações sobre a prática grupal educativa e terapêutica. In: **Abordagens grupais em fonoaudiologia**. Contextos e aplicações. São Paulo: Plexus, 2007.

CHUNG, Yang. Desvendando os mistério da gagueira através da neuroimagem. **Revista Cerebrum**, 2011. Neurociências. Instituto Brasileiro de Fluência. Gagueira Levada a Sério. Disponível em: <http://gagueira.org.br/conteudo.asp?id_conteudo=256>. Acesso em: 10 de ago. 2015.

COELHO, Elisabeth Cavalcanti; PASSOS, Maria Consuelo. O pai na clínica fonoaudiológica: ausente ou excluído. In: PASSOS, Maria Consuelo(org). **A clínica fonoaudiológica em questão**. São Paulo: Plexus, 2001.

COELHO, Elisabeth Cavalcanti. **O pai na clínica fonoaudiologia**: ausente ou excluído. 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP.

CORRÊA, Maria A. M. **Evolução Histórica da Educação Especial**. Fundação Cecierj/ Consorcio Cederj. Centro de Educação a distância. Universidade Estadual de Santa Cruz. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/educação.../educação_especial.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do R.(orgs). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008.

FRIEDMAN, Silvia. O caso amadeu. In: CUNHA, Maria Claudia; FRIEDMAN, Silvia. **Gagueira e subjetividade**. Possibilidades de tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DAMASCENO, Wladimir A. P. de L.; FRIEDMAN, Silvia. **Quando a posição fluente se perde**: desarmonia entre fala e língua. **Distúrbios da Comunicação**. São Paulo, 24(3): 309-321, dezembro, 2012.

DAMASCENO Wladimir Alberti Pascoal de Lima. **Quando a posição fluente se perde: Desarmonia entre fala e língua.** 95 fls. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo, 2012.

DARÔZ, Elaine Pereira et al. Sobre Michel Pêcheux e Análise do Discurso. In: Barros, Isabella do Rêgo, et al. **Ensino texto e discurso.** 1 ed. Paraná: CRV, 2014.

DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria C. de S. (org). **Pesquisa social.** 31ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan.** O inconsciente estruturado como linguagem. Trad. de Carlos Eduardo Reis. 3ª ed: Porto Alegre, 1992.

DOLTO, Françoise. **Seminário de psicanálise de crianças.** Tradução Vera Ribeiro. Revisão técnica Regina Landin. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1985.

EIGUER, Alberto. **Um divã para a família.** Do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica. Trad. de Leda Mariza Vieira Fischer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito.** Psicanálise passo a passo. 3ªed.Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FARIA, Michele Roman. **Introdução à psicanálise de crianças.** O lugar dos pais. São Paulo: CESPUC, FAPESP, 1998.

FERNANDES, Cleudemar Alves.; SANTOS, João Bôscó C. dos (org). **Percursos da análise do discurso no Brasil.** São Carlos. Claraluz, 2007.

_____. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. 2ªed.revista e atualizada. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERREIRA, Maria C. L. **Linguagem, ideologia e psicanálise.** Estudos da língua(gem). Rio Grande do Sul, UFRGS,2005.

_____. Análise do discurso no Brasil: Notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar A.; SANTOS, João Bosco C. dos (Org.) **Percursos da Análise do Discurso no Brasil.** São Carlos: Clara Luz, 2007.

_____. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange. **Memória e história na/da Análise do Discurso.** São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

FERRIOLLI, Beatriz H. V. M. A. Análise de discurso como proposta clínica fonoaudiológica nos casos de disfluência da fala. Relato de um caso. In: MEIRA, Ísis. **Tratando gagueira.** diferentes abordagens. São Paulo: Cortez, 2002.

FILHO, Luiz Schettini. **Carão com carinho.** 2ª ed. Recife: Bagaço,1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 8ª ed. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **A ordem do discurso.** 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREIRE, Regina Maria. **A linguagem como processo terapêutico**. Socioconstrutivismo. interações eficazes. 2ªed. São Paulo: Plexus, 2002.

FREJ, Nanete Zmeri; Vilar de Melo, Maria de Fátima. Psicanálise e linguagem: Entretecendo um texto. In: Acioly, M. D.; Vilar de Melo, M. F.; Costa, M. L. G. (org.). **A linguagem e suas interfaces**. Pernambuco: Livro Fácil, 2006.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Sobre as teorias sexuais das crianças. (1908 - v. 9).

FRIEDMAN, Silvia. **A construção do personagem bom falante**. São Paulo: Summus, 1994.

_____. A gagueira e o mito da fluência absoluta. **Revista pátio**, nº 74, ano XIX, mai/jul, 2015 p.26-29.

_____. **Gagueira**: definição /causa /tratamento. Entrevista sobre gagueira. X semana de fonoaudiologia, semafon-UNICAMP, 2012. Disponível em:< http://www.gagueiraesubjetividade.info/gagueira_definicao_causa_tratamento.php>. Acesso em: 10/09/2015.

_____. Distúrbios da comunicação. **Cartas a um paciente** (co-autor) um processo de terapia para a gagueira. São Paulo: Educ, 1988.

_____. Fluência da fala: um acontecimento complexo. In: FERNANDES, Fernanda D. M.; MENDES, Beatriz C. A.; NAVAS, Ana Luiza P. G. P. **Tratado de fonoaudiologia**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2014.

_____. **Gagueira**: origem e tratamento. 4ª ed. Rev. e ampliada São Paulo: Summus, 2004.

FRIEDMAN, Silvia; PASSOS, Maria Consuêlo. O grupo terapêutico em fonoaudiologia: uma experiência com pessoas adultas. In: Berberian, Ana Paula et al (org). **Abordagens grupais em fonoaudiologia**. Contextos e aplicações. São Paulo: Plexus, 2007.

OLIVEIRA, Cristiane M. C. de et al. Orientação Familiar e seus efeitos na gagueira infantil. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 15,v 1, p.115-124, 2010.

OLIVEIRA, Polyana; FRIEDMAN, Silvia. **Gagueira infantil**. Disponível em: <http://www.abragagueira.org.br/gagueirainfantil_forun> Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. PEREIRA, Alessandra S. C., Pires, Thais I. Análise da produção científica fonoaudiológica brasileira sobre família. *Revista Distúrbios da comunicação*. São Paulo, v. 22. n. 1, abril, 2010. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/6962/5054>>. Acesso em: 11/11/2015.

GOMES, Ivone C. D. E quando a família vem ao caso? In: MARCHESAN, Irene Queiroz et al. (ORGS). **Tópicos em Fonoaudiologia**. Vol.II. São Paulo: Lovise, 1995.

GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele S. de. Identificação, memória e figuras identitárias: a tensão entre a cristalização e o deslocamento de lugares sociais. nº 34, 2013, p. 197-213. **Gragoatá**. Disponível em: <http://revista_eletronica_gragoata.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

GRIGOLETTO, Evandra. **O movimento de desidentificação do sujeito**: Uma reflexão a partir de “Semântica e Discurso”. Disponível em: <www.anaisdosead.com.br/1sead/paines/evandragrigolletto.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: Mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto L. (Org) et al. **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2 ed. Revisada e ampliada. São Carlos: Pedro e João, 2011.

_____. Tempos brasileiros: percursos da análise do discurso nos desvãos da história do Brasil. In: FERNANDES, Cleudemar A.; SANTOS, João Bosco C. dos (Org.) **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Clara Luz, 2007.

GUTFREIND, Celso. **Narrar, ser mãe, ser pai e outros ensaios sobre a parentalidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

_____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (org) et al. **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2ª ed revisada e ampliada. São Paulo: Pedro e João editores, 2011.

_____. MITTMANN, Solange; FERREIRA, Cristina S.(orgs). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2011.

IRWIN, Ann. **Gagueira**. Uma ajuda prática em qualquer idade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

JAKUBOVICZ, Regina; BASBAUM, Fernanda Tavares. **Tratamento da gagueira na criança**. Exercícios práticos para construir a fluência. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.

JOHNSON, Wendel. **Stuttering in children and adults**. Thirty years of research at the University of IOWA. University of Minnesota Press:Minneapolis, 1955

LAPLANE, Adriana L. F. ; BATISTA, Cecília Guarnieri ; BOTEGA, Marilda B. Serrano. Grupo de avaliação e alterações de linguagem. In: **Abordagens grupais em fonoaudiologia**. Contextos e aplicações. São Paulo: Plexus, 2007.

LACAN, Jacques. **As formações do inconsciente**. Livro 5. Tradução Vera Ribeiro. Versão final Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O seminário**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Livro 11. Versão Brasileira de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Os escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão de Angelina Harari. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995a.

_____. **O seminário.** A relação de objeto. Livro 4. Versão Brasileira de Dulce Duque Estrada. Revisão de Angelina Harari. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995b.

_____. **Mais ainda.** Livro 20. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

_____. **A família.** Tradução Brigitte Cardoso de Cunha et al. Lisboa: Assírio e Alvin, 1987.

LEMOS, Claudia G de. A fala da criança como interpretação. **Cadernos de estudos linguísticos.** Campinas. V 29. p. 17-26, Jul/Dez, 1995.

_____. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. Campinas, jan/jun. 2002. **Caderno de estudos linguísticos.** Disponível em: <<http://www.revistas.iel.unicamp.br/htm>>. Acesso em 15 jun. 2014.

_____. Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na aquisição da linguagem. In: LIER-De Vitto; ARANTES, Lúcia (orgs). Aquisição, Patologias e Clínica de linguagem. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006.

LUCENA, Ivone T. de. Fiando as tramas do texto. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **A pesquisa em educação:** Abordagens qualitativas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2013.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) et al. **Gestos de Leitura.** Da história no Discurso. 2 ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.

MADUREIRA, Denise Lopes. **Implicações da família nos transtornos de linguagem:** um estudo de caso. 1999. Dissertação (Mestrado em distúrbios da comunicação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- SP.

MANNONI, Maud. **A criança, sua “doença” e os outros.** Tradução de Monica Seincman. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 1999.

MAGALHAES, Belmira. In: Discurso, inconsciente e ideologia. Mariani, B; MEDEIROS, V. (Org.) **Discurso e ...** ideologia, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo (homo) sexualidade. Rio de Janeiro: 7 letras, Faperj, 2012.

MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário linguístico. In: Ingo Voese (Org.) **Linguagem em discurso.** v 3. Tubarão: Unisul, 2003.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do Discurso –** História e práticas. Tradução: Marcos Marconilo. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

MEIRA, Ísis. Abordagem fenomenológica da fluência. In: FERNANDES, Fernanda D. M.; MENDES, Beatriz C. A.; NAVAS, Ana Luiza P. G. **Tratado de fonoaudiologia.** 2ª ed. São Paulo: Roca, 2014.

_____. **Gagueira:** Do fato para o fenômeno. São Paulo: Cortez, 1983.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna L. **Da Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. revisada e atualizada. Florianópolis: UFSC, 2001.

MERLO, Sandra; SILVA, Hugo. **Gagueira levada a sério**. Vinte e cinco mitos sobre gagueira. Disponível em: Instituto Brasileiro de Fluência. Acesso em: 28 de agosto de 2015.

MINAYO, Maria C. de S.; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 31ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: Mussalim, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à linguística** - Domínios e Fronteiras. 8 ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2012.

NASCIMENTO, Edinalva N.; FERRAZ E FERRAZ, Maria da G. C. O sintoma fonoaudiológico e a dinâmica familiar. **Revista de Psicologia da UNESP**, 3 (1), 2004, p. 43-54. Disponível em: www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revistas/article/view/file/26/47. Acesso em: 13 de maio de 2015

OLIVEIRA, Adriana M. E. M. de; ORTEGA, Jaqueline M. de Q.; MOLOGNI, Michelo. **Normas e padrões para trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste**. Universidade do Oeste Paulista. 3ª ed eletrônica: São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://unoeste.br/site/biblioteca/documentos/Manual-Normalizacao.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Manuel Q. de. **Reflexões acerca do atendimento à família na clínica fonoaudiológica**. 2004. 115f. Dissertação (mestrado em fonoaudiologia). Universidade Católica de Pernambuco- Recife

OLIVEIRA Polyana S de; FRIEDMAN, Silvia; DAVID, R. A. F. (org). **A Clínica da gagueira**: Diferentes paradigmas e suas consequências. Caderno de fonoaudiologia. V1. São Paulo, 2006.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: Os silêncios da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2013.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Unicamp, 2008.

_____. (Org.) et al. **Gestos de Leitura**. Da história no discurso. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 2012.

PANHOCA, Ivone. Sobre grupoterapia fonoaudiológica: breves reflexões à luz da perspectiva histórico-cultural. In: FERNANDES, Fernanda D. M.; MENDES, Beatriz C. A.; NAVAS, Ana Luiza P. G. P. **Tratado de fonoaudiologia**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2014.

PASSOS, Maria Consuelo. Família e clínica fonoaudiológica, em tese. In: PASSOS, Maria Consuelo (org). **Fonoaudiologia: recriando seus sentidos**. Série interfaces. São Paulo, Plexus, 1996.

PÊCHEUX, M. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1983.

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs). **Legados de Michel Pêcheux**. Inéditos em Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli orlandi. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5ª ed. Tradução Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e discurso**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009.

PEREIRA, Alessandro da S. C. **Estudo da produção científica fonoaudiológica nacional sobre família**. 2008. 54f. Dissertação (mestrado em fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP.

PETRUSK, Larissa Santos Silva et al. A linguagem de sujeitos-gagos e seus interlocutores em sessões de grupo de atendimento. In: AZEVEDO, Nadia P. da S. G. de; FONTE, Renata F. L. da(orgs) **Análise do Discurso: mo(vi)mento de interpretações**. Curitiba: CRV, 2011.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs). **Legados de Michel Pêcheux**. Inéditos em Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

PIRES, Thais Inocência. **O efeito do processo terapêutico para problemas de fluência de fala no discurso de pais**. 2011. 45f. Dissertação (mestrado em fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP.

RIPER, Charles Van. **The treatment of stuttering**. United States of America, 1973.

_____. **The nature of stuttering**. 2ª ed. United States of America, 1982.

ROCHA, Eliana Maria Nigro. **Gagueira: Conversa com professores**. Instituto Brasileiro de Fluência – Gagueira levada a sério. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria S. Formação Discursiva e Movimento do Sujeito: de como cortador de cana é falado na mídia. In: BARONAS, Roberto L. (Org) et al. **Análise de discurso: apon-**

tamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Carlos: Pedro e João, 2011

REYNOLDS, Gretchen. **Dossiê do Estudo Monstro**. Instituto Brasileiro de Fluência. New York Times. 2003. Disponível em: < http://www.gagueira.org.br/arquivos/estudo_monstro.pdf >. Acesso em: 20 de junho de 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCARPA, Ester M. Sobre o sujeito fluente. Campinas, jul/dez. 1995. **Caderno de estudos linguísticos**. Disponível em: < 2ª <http://revista.iel.unicamp.br/htm> >. Acesso em: 15 jun.2014.

SILVA, Larissa Petrusk Santos. **Uma análise linguístico discursiva de sujeitos que gaguejam participantes da terapia fonoaudiológica em grupo**. Recife, 2013, 80p. Dissertação de mestrado em ciências da linguagem. Universidade Católica de Pernambuco.

TASSINARI, Maria I. **Mal-estar na linguagem**: questões sobre Édipo e transferência na clínica da gagueira.2009. 210f. Tese (doutorado em psicologia clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP.

_____. Do Sintoma ao Sujeito: Contribuições da Psicanálise para o atendimento de um Paciente Gago. In: CUNHA, Maria Claudia; FRIEDMAN, Silvia. **Gagueira e subjetividade**. Possibilidades de tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VILAR DE MELO, Fátima. Psicanálise e Análise do Discurso: interlocuções possíveis e necessárias. Latin- American Journal of Fundamental, v1, ano v, Nov, 2005. Disponível em: www.psicopatologiafundamental.org/uploads/.../psicanalise_e_analise_de_discurs... acesso em 10 jul de 2015.

VITTO, Maria Francisca de A. F. Lier-de. **Língua e discurso**: à luz dos monólogos da criança. Caderno de estudos linguísticos. São Paulo: PUC, 1995, p. 45-56.

WEAKLAND, P.; WATZLAWICK, P. ; FISCH, R.; BODIN, A. M. **Brief therapy**: focused problem resolution. Em Family process, 13:141-168, 1971.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa: **O TRABALHO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVO EM UM GRUPO DE ESTUDOS E ATENDIMENTO À GAGUEIRA INFANTIL (GEAGI) COM PAIS DE CRIANÇAS IDENTIFICADAS COMO GAGAS**
2. Você foi selecionado por ser família de criança em atendimento no Grupo e sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.
5. Os objetivos deste estudo são analisar o discurso de familiares de crianças ditas gagas no Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira Infantil (GEAGI) para identificar a evidência de mitos, além do silenciamento da criança, bem como descrever a mudança de Formação Discursiva no discurso da família de crianças identificadas como gagas e constatar a mudança da posição-sujeito da criança a partir do discurso das famílias e participação do pesquisador no GEAGI.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em permitir que sejam utilizadas falas audiogravadas em transcrições para análise, decorrentes das conversas nas sessões de convivência.
7. Não existe riscos relacionados com sua participação.
8. Os benefícios relacionados com a sua participação são o contato com profissionais que trabalham com gagueira, a obtenção de informações sobre a gagueira infantil e o acolhimento no grupo de famílias de crianças com gagueira, o que poderá levar a uma compreensão melhor do processo linguístico-discursivo da terapêutica.
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua identificação.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação (utilizaremos apenas o nome *sujeito* e a letra A, B, C, D, E, diferenciando se é mãe, pai ou outro familiar/responsável).
11. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Profª Drª Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Assinatura

Endereço completo

(81) 9 9754.1144

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 – SANTO AMARO – BLOCO G4 – 8º ANDAR – CEP 50050-480 RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE (81)2119.4376 – FAX (81)2119.4004 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: pesquisa_prac@unicap.br

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

Recife, _____ de _____ de 2016

Sujeito da pesquisa (*)

Pai / Mãe ou Responsável Legal (**)